

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO**

**O TURISMO COMO ELEMENTO DE OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DO RIO
GRANDE DO SUL: TENDÊNCIAS AO TURISMO PERMANENTE**

MARCELO TERRA REIS

Taquara

2015

MARCELO TERRA REIS

**O TURISMO COMO ELEMENTO DE OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DO RIO
GRANDE DO SUL: TENDÊNCIAS AO TURISMO PERMANENTE**

Dissertação apresentada como critério parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faccat – Taquara-RS, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva.

Taquara

2015

Dedico este trabalho à minha esposa,
Camila Reis, pelo apoio incondicional,
amor e serenidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ...

Ao Pai Celestial, por ter me dado força e proteção para cumprir esta missão.

À minha esposa, Camila, minha maior incentivadora.

Aos meus filhos, Solano e Marcela, por terem compreendido minha ausência.

Aos meus pais, meus grandes exemplos de determinação.

À minha avó, Fausta, pelas orações.

Aos meus colegas do escritório, pela ajuda constante e de extrema importância.

À CNEC – Osório, pelo incentivo e apoio à realização deste curso.

À FACCAT, por ter me recebido tão bem!

Ao meu irmão, Maurício Reis, pelo apoio constante.

Ao Dr. Cristiano Sielichow, pelos gestos diários de coleguismo e amizade.

Ao meu orientador, Professor Carlos Águedo Nagel Paiva, pelos aprendizados não somente acadêmicos, mas pessoais e intelectuais.

Aos meus alunos da CNEC Osório e ex-alunos da ULBRA – Torres.

RESUMO

A presente dissertação possui a finalidade de sistematizar o processo de ocupação do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, identificando o turismo como atividade responsável pela urbanização da região, bem como a tendência ao desenvolvimento do turismo permanente. O turismo é, nos termos da teoria do desenvolvimento regional adotada na dissertação, de autoria de Douglass North e expandida por Carlos Paiva, a atividade propulsora do desenvolvimento regional. Por outro lado, o turismo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul não teve somente um viés propulsivo do ponto de vista econômico, mas sim de verdadeira gênese da ocupação da região. O litoral se insere no mapa gaúcho a partir do momento em que o Turismo de Sol e Mar passa a ser massificado. Antes disso, o litoral não desempenhava papel relevante no contexto estadual, seja pela dificuldade de acesso, seja pela dificuldade de escoamento da produção. Exemplo disso, foram as ineficazes colonizações alemãs e italianas, que foram consideradas as mais prejudicadas do estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, o turismo foi a atividade que realmente trouxe à região desenvolvimento econômico e demográfico. A criação dos balneários de segunda residência, como Imbé, Xangri-lá, Capão da Canoa, Tramandaí e parte de Torres, são resultados do processo turístico da região. Como identificado na dissertação, muitos desses municípios ainda continuam sendo municípios de segunda residência, o que possibilita o desempenho do turismo permanente, isto é, a atração dos aposentados para ocuparem tais moradias. Tal como pretendeu-se demonstrar com base no processamento dos dados demográficos e migratórios recentes, a região possui diversos elementos para o desenvolvimento dessa nova figura turística, que é o turista permanente. Por outro lado, o processo de desenvolvimento do turismo permanente encontra-se sob a concorrência do litoral catarinense.

Palavras-chave: Litoral Norte. Turismo. Processo de Ocupação. Turismo Permanente.

ABSTRACT

This work has the purpose of systematizing the process of occupation of the northern coast of Rio Grande do Sul State, identifying tourism as an activity responsible for urbanization in the region, as well as the tendency to development of permanent tourism. Tourism is, in terms of the theory of regional development adopted in the dissertation, written by Douglass North and expanded by Carlos Paiva, the driving activity of regional development. On the other hand, tourism on the North Coast of Rio Grande do Sul had not only a propulsive bias from an economic point of view, but from true genesis of the occupation of the region. The coastline is within the "gaúcho" map from the time the Tourism Sun and Sea becomes massiveness. Before that, the coast did not play a significant role in the state context, either by the difficulty of access, either by the difficulty of transporting production. Example, were ineffective German and Italian colonization, which were considered the most affected state of Rio Grande do Sul. In this way, tourism is the activity that really brought the economic and demographic development region. The creation of second-home resorts as "Imbé", "Xangri-lá", "Capão da Canoa", "Tramandaí" and part of "Torres", are the result of the tourism process in the region. As identified in the dissertation, many of these municipalities are still being municipalities of second homes, which allows the performance of permanent tourism, that is, the attraction of retirees to occupy such houses. As intended to be shown based on the processing of demographic data and recent migration, the region has several elements to develop this new tourist figure, which is the permanent tourist. On the other hand, the ongoing tourism development process is under competition from the Santa Catarina coast.

Key-words: North Coast. Tourism. Occupation Process. Permanent Tourism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	12
2.1	Introdução	12
2.2	Desenvolvimento econômico, demanda externa e atividades propulsivas	14
2.2.1	Das Exportações	14
2.2.2	Turismo em geral.....	17
2.2.2.1	O Turismo Permanente.....	20
2.2.3	Dos gastos do governo	23
3	A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO LITORAL NORTE	26
3.1	Rio Grande do Sul e a sua Constituição	26
3.2	Distribuição de terras, a imigração do RS e do Litoral Norte e a Industrialização	29
3.3	Constituição histórica e urbanização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul	41
3.4	Acessos ao Litoral Norte do RS	46
4	O TURISMO COMO MEIO DE OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DO RS	50
4.1	O turismo como fator de urbanização e crescimento demográfico da região	50
4.2	Definição do território do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul para o presente estudo	57
4.3	Das Emancipações	63
4.4	Distribuição dos municípios do Litoral Norte – Perfil Socioeconômico	66
4.5	Da ocupação dos imóveis no Litoral Norte e a segunda residência	72
4.6	Dados populacionais do Litoral Norte do RS	76
4.7	O Turismo Permanente no Contexto do Litoral Norte e as previsões do Plano de Desenvolvimento do Turismo 2015-2025	84
5	CONCLUSÕES	89
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A – GRÁFICOS REFERENTES ÀS TABELAS APRESENTADAS NA DISSERTAÇÃO	100
	ANEXO A – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO COLHIDO NO MUSEU MUNICIPAL PROF^a. ABRILINA HOFFMEISTER, DE TRAMANDAÍ	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema de deslocamento dos produtos das colônias alemãs do Litoral Norte entre 1856 e 1935.....	37
Figura 2: Osório em 1900.....	45
Figura 3: Abertura do canal Peixoto e Marcelino no ano de 1916.....	47
Figura 4: Escavação do Canal Marcelino-Peixoto em 1919.....	47
Figura 5: Estação Urbana da Ferrovia Conceição do Arroio/Palmares	48
Figura 6: Banhistas das duas primeiras décadas do Século XX	51
Figura 7: Hotel Picoral.....	53
Figura 8: Esquema de deslocamento de veranistas para os balneários do Litoral Norte entre 1890 e 1930.....	54
Figura 9: Balneário de Imbé, em 1950, com traçado viário radiocêntrico, inspirado nas cidades-jardins inglesas.....	55
Figura 10: Limites do Programa de Gerenciamento Costeiro - GERCO	58
Figura 11: Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Litoral em 2008	60
Figura 12: Aglomeração Urbana do Litoral Norte	61
Figura 13: Divisão Político-Administrativa do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em 1964	64
Figura 14: Histórico dos processos de emancipação de municípios do Litoral Norte ..	65
Figura 15: Classificação dos municípios por perfis socioeconômicos.....	66
Figura 16: Modelo gráfico da dinâmica territorial do Litoral Norte	71

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: População absoluta das localidades do Rio Grande de São Pedro em 1780..	43
Quadro 2: Número de estabelecimentos no RS e no Litoral Norte do RS.....	46
Quadro 3: Fases de desenvolvimento da urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1732-2006).....	56
Quadro 4: População e grau de urbanização do Litoral Norte do RS.....	68-69
Quadro 5: Dados populacionais de Capão da Canoa e Tramandaí e municípios derivados.....	70
Quadro 6: Dados populacionais dos Municípios Rurais e Agroindustriais	70
Quadro 7: Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em valores absolutos	72-73
Quadro 8: Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em termos percentuais.....	74
Quadro 9: Dados comparativos da população do RS e do Litoral Norte	76-77
Quadro 10: Comparação da taxa de crescimento e do ranking populacional do RS ...	77
Quadro 11: Processo migratório populacional do Litoral Norte do RS, em valores absolutos.....	78
Quadro 12: Processo migratório populacional do Litoral Norte do RS, em termos percentuais.....	79
Quadro 13: População com mais de 60 anos: comparação entre RS e Litoral Norte	80
Quadro 14: Dinâmica migratória do RS para o Litoral Norte do RS e para o Litoral de SC	81
Quadro 15: Gaúchos em SC, conforme idade.....	82
Quadro 16: Forças e fraquezas previstas no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte 2015-2025.....	86-87
Quadro 17: Oportunidades e ameaças previstas no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte 2015-2025.....	88

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho entende o Princípio da Demanda Efetiva como fundamento primeiro da dinâmica econômica capitalista. Em sua forma mais simples, ele traduz o fato de que, no mundo da produção mercantil, em que praticamente tudo o que é produzido, o é para ser vendido, todos os produtores passam a depender, para a realização de seus objetivos de obtenção de uma renda (e de um lucro) da decisão soberana de agentes compradores que não lhe são subordinados. Na verdade, não existe qualquer decisão de vender. A produção é para a venda. A venda é um pressuposto. A decisão real é de compra. Ela é que pode ou não ocorrer (POSSAS, 1987). Malgrado exceções, condições especulativas, o vendedor é que está a espera do comprador. Não é por outro motivo que Marx já chamava a venda de o momento de “realização” da mercadoria, o seu “salto mortal” (MARX, 1988). Mas será com Keynes (1983) e Kalecki (1983) que o Princípio da Demanda Efetiva ganhará plena determinação, através da diferenciação dos dispêndios efetivamente autônomos (os gastos públicos, o investimento capitalista, o consumo dos receptores de altas rendas e as exportações) dos dispêndios induzidos (o consumo dos assalariados).

Nos termos da teoria do desenvolvimento regional adotada na presente dissertação, de autoria de Douglass North e expandida por Carlos Paiva, a modelagem dos dispêndios autônomos sofre uma pequena inflexão. E isso na medida em que, para esses autores, a especialização produtiva de cada região e a integração entre as distintas regiões impõe modificações no forma de entender (e hierarquizar) o investimento, o consumo autônomo e as demais variáveis de demanda regional. Existem primordialmente três fontes de demanda autônoma (que correspondem a atividades distintas) que impulsionam o desenvolvimento regional¹, quais seja, a exportação, os gastos do governo e o “turismo em geral” (onde estão agregadas toda as formas de demanda de serviços e transferência de recursos de agentes privados sobre territórios distintos daqueles onde auferem seus rendimentos. No primeiro capítulo discorre-se acerca dessas temáticas.

A exportação, em termos de desenvolvimento regional, diz respeito à negociação de bens com domiciliados em outros territórios. Não se está a abordar,

¹ Para detalhes acerca da função menor do investimento na dinâmica regional, a despeito desta variável ocupar o centro da dinâmica na economia nacional, veja-se Paiva (2013), em especial o capítulo terceiro.

portanto, de exportação internacional, mas sim exportação para outras regiões. Quanto aos gastos do governo, eles propulsivos, em diferentes escalas. Construções financiadas pelo Estado, parcerias público-privadas e pagamentos de salários a servidores públicos são dispêndios que mobilizam a economia regional. Mas tais dispêndios apresentam distinto potencial de multiplicação de diversificação posterior, a depender da forma como se realizam, do grau de concentração no tempo, do padrão distributivo, etc. Voltaremos ao tema adiante.

No turismo em geral, aprofunda-se a ideia do turismo permanente. Nessa categoria de turismo, o objetivo é a atração de aposentados para a região, pois com a fixação desses turistas, inexoravelmente há a incorporação de renda primária para a região de forma estável, sem a sazonalidade típica do turismo de veraneio. Todavia, não é tarefa fácil essa atração, uma vez que o aposentado necessita de um local em que se agreguem alguns elementos, como qualidade de vida, acesso rodoviário célere, atendimento de serviços de saúde qualificados e custo de vida não elevado.

Por outro lado, mesmo havendo exigências estruturais para o desenvolvimento do turismo permanente, a manutenção do aposentado na região é salutar, uma vez que ele traz renda sem concorrer com o mercado de trabalho, isto é, a sua adesão ao território não traz risco de perda de emprego para os já domiciliados. Muito pelo contrário, diante da faixa etária elevada, é um consumidor dos serviços de saúde, segurança, gastronômicos e de transporte.

No segundo capítulo, a análise volta-se ao processo histórico de ocupação e desenvolvimento econômico do Litoral Norte do Estado, que buscamos situar no contexto da história do Rio Grande do Sul. Neste capítulo, analisaremos também as primeiras tentativas de colonização da região, buscando identificar alguns elementos responsáveis pelo insucesso das empreitadas.

No terceiro capítulo, avalia-se a repercussão do turismo para o desenvolvimento do Litoral Norte, seja quanto a sua urbanização, seja quanto às dinâmicas populacionais da região.

O problema de pesquisa busca entender “quais os elementos foram determinantes para a ocupação e quais as tendências para o desenvolvimento do Litoral Norte do Estado do Rio Grande Sul?”

A dissertação possui como objetivos avaliar o processo de ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, analisar a relevância histórica do turismo para o

desenvolvimento regional, verificar o processo de crescimento populacional da região e apontar a aderência da região para o desenvolvimento do turismo permanente.

A hipótese levantada é a de que o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, diante da sua formação histórica, com um expressivo número de casas para segunda residência, possui aptidão para o desenvolvimento do turismo permanente, ou seja, para o recebimento de aposentados, como forma de superar a sazonalidade e fomentar o desenvolvimento regional. Entretanto, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul sofre com a concorrência do litoral de Santa Catarina, da Serra Gaúcha, do Litoral Uruguaio – além de outras regiões –, cujas lideranças políticas e sociedade parecem mais alertas e preparadas aos desafios e exigências competitivas do mercado do que as lideranças do Litoral Norte.

Para a elaboração da dissertação, foram utilizadas fontes secundárias, bibliográficas, livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de dados estatísticos, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Também ocorreu pesquisas *in loco* no Arquivo Público Municipal Antônio Stenzel Filho, do Município de Osório, no Museu da Estação Férrea de Osório e no Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister, de Tramandaí.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 Introdução

O desenvolvimento regional é matéria de grande complexidade, a começar pela irredutibilidade da categoria “desenvolvimento” à categoria “crescimento”. Crescimento econômico corresponde ao aumento do Produto Interno Bruto em um determinado período. O desenvolvimento, por sua vez, “é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país [ou território].” (SINGER, 1977, p. 38).

O processo de desenvolvimento pressupõe que o aumento da produtividade do trabalho seja acompanhado de fenômenos socioeconômicos tais como a melhoria do padrão de vida tanto da população urbana e rural, elevação do nível cultural dos cidadãos, criação de parques industriais, transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, dentre outros. Por isto mesmo, “o desenvolvimento constitui um caso particular do crescimento econômico” (SINGER, 1977, p. 38).

Amartya Sen (2015, p. 16) expõe que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, segue-se:

O crescimento do Produto Interno Bruto ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEM, 2015, p. 16).

Desse modo, o desenvolvimento serve como instrumento de remoção das principais fontes de privação de liberdades, como a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEM, 2015).²

² “A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter. Mas essa relação não é exclusiva (porque existem outras influências significativas em nossa vida, além da riqueza) nem uniforme (pois o impacto da riqueza em nossa vida varia conforme outras influências). É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e

Ainda no plano conceitual, não se pode claudicar, também, quanto ao desenvolvimento regional e o desenvolvimento de uma nação, haja vista decorrerem de abordagens diferente. Douglass North (1977) apresenta a noção de que a região, ao contrário da nação, pressupõe grande especialização em suas atividades. A nação, pelo contrário, apresenta uma relação mais complexa com o exterior (mediada pelo câmbio e pelas relações aduaneiras) e, portanto, se vê instada à diversificação.

É cabível definir, ainda, que o objeto a ser tratado no desenvolvimento regional é diverso do desenvolvimento nacional, haja vista a região se tratar, necessariamente, de um território subnacional. A nação, pelo viés econômico, pressupõe “a existência de uma organização particular – Estado Nacional – que regula o fluxo de recursos financeiros, materiais e humanos” (PAIVA, 2013, p. 27). Ademais, o país possui a “capacidade de influenciar a relação entre preços internos e externos via taxa de câmbio”.³ (PAIVA, 2013, p. 166).

Nessa linha, pode-se caracterizar os países que compõem a zona do Euro como “regiões **econômicas**”. Mesmo continuando a se caracterizar como “nações **políticas**” não mais são “nações econômicas” (PAIVA, 2013, p. 166). Desse modo, a questão cambial teoricamente, tenderia se mitigar, como elemento definidor do desenvolvimento de determinado território, passando a ser determinantes outras fontes, como a flexibilidade salarial, a escala de produção, os padrões tecnológicos dominantes e os custos de transporte, dentre outros fatores.

Todavia, a dificuldade a ser abordada é qual a regra a ser utilizada para que determinada região se desenvolva? Schumpeter (1985, p. 47), descreve que “todo processo concreto de desenvolvimento repousa finalmente sobre o desenvolvimento precedente”, assim, todo processo de desenvolvimento alicerça o processo posterior.

Schumpeter (1985, p. 47) apresenta, ainda, a ideia de que o desenvolvimento não segue um “fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio”, mas sim uma

dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.”

³ Acerca do controle cambial, Paiva aprofunda: “Qualquer Estado que abra mão (voluntariamente ou não) dos instrumentos de controle de fluxo de recursos com as nações vizinhas e, em particular, que perca sua autonomia monetário-cambial deixa de cumprir as funções que definem o território sobre o qual exerce suas funções regulatórias como uma “nação” em sentido econômico rigoroso.”

mudança “descontínua nos canais de fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.”

Depreende-se, portanto, que o desenvolvimento é um processo com acentuado elemento histórico, haja vista ser relevante o conjunto de ações tomadas anteriormente para se seguir o planejamento de desenvolvimento de determinado território.

Na mesma linha de Schumpeter (1985), mas abordando a questão regional, Paiva (2013, p. 15), afirma que “cada região é uma região particular e distinta. De sorte que não há “receita de bolo” simples e unívoca para o “desenvolvimento regional”, porque não há um único regional, mas inúmeros”.

2.2 Desenvolvimento econômico, demanda externa e atividades propulsivas

Com vistas a identificar os elementos mais concretos capazes de articular uma região ao seu entorno de forma positiva e inclusiva, viabilizando seu desenvolvimento econômico, Paiva (2013, p. 102-103) entende que é cabível definir três grandes linhas de “atividades” que determinam o desenvolvimento econômico regional, no viés econômico, quais sejam: as exportações, as transferências privadas (ou “turismo em geral”) e os gastos do governo. A saber, tais atividades impulsionam o desenvolvimento regional pois representam demandas autônomas e capazes de gerar renda primária para o território:

“Vale lembrar que a renda primária regional é a renda determinada por uma demanda **autônoma** no sentido keynesiano e kaleckiano. O consumo dos trabalhadores domiciliados não é autônomo, pois depende de uma renda prévia. As demandas autônomas que incidem sobre qualquer território são aquelas que independem da renda dos domiciliados. Estas são: 1) as demandas capitalistas de consumo e investimento (que tem lastro o patrimônio dos demandantes, e não sua renda); 2) as demandas do governo em geral e do governo central em particular (pois é a instância com maior liberdade de incorrer em déficits, tomar empréstimos e alterar o padrão e a política fiscal); 3) as demandas externas, definidas pela renda e/ou patrimônio e/ou gastos governamentais de não-domiciliados.” (PAIVA, 2013, p. 187-188).

2.2.1 Das Exportações

A exportação, do ponto de vista regional, não é a exportação para outros países (a internacional), mas principalmente a exportação para outras regiões.

Pautado na análise de Hirschman, Paiva expõe que “as regiões só podem intercambiar com outras regiões da nação caso apresentem vantagens absolutas” (SEHN; PAIVA, 2010, p. 2).

Desse modo:

“[...] o ponto de partida do desenvolvimento mercantil de um território periférico é a identificação de um ou mais produtos (atividades, cadeias) em que o território apresente vantagens absolutas suficientes para se especializar e exportar para as regiões mais desenvolvidas” (PAIVA, 2013, p. 87).

As vantagens absolutas regionais podem ser definidas, primordialmente, como a capacidade de produzir com o menor custo de produção a partir da exploração de vantagens competitivas inerentes ao território (qualidade do solo, vantagens logísticas, vantagens minerais, etc.).

Como regra geral, em regiões novas, em processo de integração, há polos mercantis consolidados, o produto de exportação tende a ser de base agropecuária e/ou mineral. Não obstante, esse produto raramente pode ser transportado sem algum grau de beneficiamento industrial. E, algumas vezes, o grau de beneficiamento exigido pode ser muito elevado. Além disso, o sistema de produção do bem “exportado” implica em diversificação da produção local. É que nos ensina North (1977, p. 312):

“determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região, e conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias. ao induzir o aumento de investimentos não apenas na indústria de exportação, mas, também, em todos os outros tipos de atividade econômica o tipo da indústria subsidiária, a distribuição da população e o padrão de urbanização, o tipo da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas da região”, além de impor a flutuação da renda e do emprego.

Prudente notar que o referido produto ou atividade tanto pode ter origem agropecuária como industrial, sendo definido como bens *tradeable*, ou seja, passíveis de exportação, bens transportáveis (PAIVA, 2013).⁴

⁴ Por oposição, os bens não-*tradeables* (não transportáveis) são os que resultam da construção civil, dos serviços industriais de utilidade pública com rede distributiva local (como sistema de esgoto, saneamento, fornecimento de água, coleta de lixo, dentre outros semelhantes) e os serviços em geral (incluindo as atividades turísticas).

A exportação é de tamanha relevância que é concebida como sendo a principal fonte de renda primária da região, caracterizando-se uma atividade propulsiva do desenvolvimento (PAIVA, 2013).

É cediço que o aumento da demanda dos produtos passíveis de exportação da região ou a redução dos custos de processamento e de transferência têm dado azo a consequências múltiplas na região.

Nesses termos, ao influenciar o tipo de indústria subsidiária, pode-se concluir que a exportação fomenta uma cadeia produtiva. Paiva (2013, p. 137) parte do princípio de que a atividade (aqui fala-se de exportação) para ter um caráter propulsivo, necessariamente, deve atender ao mercado externo, desse modo, “envolvendo a solidariedade de (pelo menos) duas atividades num mesmo sistema: produção e transporte. Além disso, não se pode produzir coisa alguma sem a aquisição de insumos.”

Ademais, além da produção, do transporte e dos insumos, há, ainda, o papel varejista ou atacadista. Assim, por mais simples que seja a atividade de exportação, constituir-se-á uma cadeia em torno de si.

A integração do território na cadeia produtiva possui vários desdobramentos, dentre os quais a redução de investimentos pesados. Desse modo, para a promoção do desenvolvimento regional não é regra a realização de investimentos de grande monta:

...o ponto de partida do desenvolvimento regional não pressupõe investimentos pesados, podendo se basear no aproveitamento dos recursos do território que definem “a sua” (ou as suas poucas) vantagem (ns) absoluta (s). E (a despeito de suas limitações evidentes) este ponto de partida será eficiente desde que o território alcance integrar verticalmente parcela expressiva da cadeia produtiva articulada à montante e/ou à jusante de seus elos originais. (PAIVA, 2013, p. 154).

Evidentemente, a capacidade propulsiva da atividade de exportação poderá ser de maior ou menor relevância ao desenvolvimento regional:

A capacidade propulsiva de cada “atividade encadeada” será tanto maior quanto maior for o número de agentes que auferem rendimentos em seu interior e que: 1) trabalham no território, adotam-no por domicílio e despendem seus rendimentos no mesmo: 2) adquirem bens e serviços produzidos no mesmo ou, pelo menos, ofertados pelas firmas comerciais locais (PAIVA, 2013, p. 138).

Desse modo, quanto maior for a participação de empresas da região na cadeia, maior será a movimentação e consequência dos recursos auferidos por meio da exportação. Mais, imperioso para o sucesso da atividade encadeada que as pessoas beneficiadas com a renda proveniente da exportação tenham vinculação – seja domicílio, seja despenderem recursos – com a região, pois, dessarte, eleva-se a capacidade propulsiva.

Assim, vista a questão da exportação, verificar-se-á a relevância do turismo para o desenvolvimento regional.

2.2.2 Turismo em geral

A definição dos termos “turismo” e “turista” passou por diversas etapas. A Sociedade das Nações Unidas, em 1937, conceituou turista como sendo as pessoas que viajavam por uma duração de 24 horas ou mais a um país diferente de onde era domiciliado. Em 1953, a Organização das Nações Unidas – sucessora da SNU – incluiu o prazo de 12 meses como o máximo para que uma pessoa seja considerada visitante (termo inserido pela ONU). Após algumas alterações, em 1993 a Comissão de Estatística da ONU adota o termo “visitante” como sendo o gênero – pessoa que viaja a um local que não seja o seu ambiente habitual por menos de 12 meses e com principal propósito que não seja o exercício de atividade remunerada – de em que são espécies o turista – visitante com estada de pelo menos uma noite em um alojamento coletivo ou privado – e visitante do dia – que não passam uma noite (SIQUEIRA, 2005, p. 79).

Conforme o Marco Conceitual do Ministério do Turismo, há diversos segmentos turísticos, como o Ecoturismo⁵, o Turismo Cultural⁶, o Turismo Religioso⁷,

⁵ Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

⁶ Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

⁷ Turismo Religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas. O Turismo Religioso está relacionado à religiões institucionalizadas tais como as afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católica, as de origem oriental, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio.

o Turismo de Estudos e Intercâmbio⁸, o Turismo de Esporte⁹, o Turismo de Pesca¹⁰, o Turismo Náutico¹¹, o Turismo de Aventura¹², o Turismo de Sol e Praia¹³, o Turismo de Negócios e Eventos¹⁴, o Turismo Rural¹⁵ e o Turismo de Saúde¹⁶. Em que pese sejam diversos segmentos, esta caracterização é uma listagem meramente descritiva que peca por: 1) não ser exaustiva (não foi incluído, por exemplo, o importante “turismo de compras”, que mobiliza cidades e regiões que se organizam como zonas de livre comércio, tais como Miami, Hong Kong, Ciudad del Este, etc.); e 2) por permitir duplicidades (por exemplo: o turismo sol e praia pode se confundir com o turismo náutico e este com o de pesca; o turismo de intercâmbio com o turismo cultural e este com o religioso).

A concepção de turista que adotamos aqui é distinta e de caráter **estritamente econômico**, referindo-se ao agente que **realiza dispêndios de recursos em um território sem ter auferido recursos no mesmo território**. E isto independentemente do período de tempo em que se encontra no referido território, podendo ser inferior a um dia ou superior a um ano. Ou seja, **ser turista do “território X” significa auferir rendimentos fora do território X e despender-los no território X**. Nos termos de Paiva (2013, p. 102):

-
- ⁸ Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.
- ⁹ Turismo de Esportes compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
- ¹⁰ Turismo de Pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora.
- ¹¹ Turismo Náutico caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas como finalidade da movimentação turística.
- ¹² Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.
- ¹³ Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.
- ¹⁴ Turismo de Negócios e Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
- ¹⁵ Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.
- ¹⁶ Turismo de Saúde constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.

Tal como as exportações (X) são a parcela positiva da balança comercial regional (por oposição às importações, que correspondem à parcela negativa desta balança), as transferências por serviços (TrS) que cumprem papel propulsivo são apenas os ingressos do exterior, vale dizer, a parcela positiva da balança de serviços regional. Esta parcela corresponde à renda apropriada por agentes produtivos do território que atendem demandas de agentes não domiciliados (em trânsito) ou que se encontram domiciliados transitoriamente no território, mas auferem renda do exterior.

Paiva (2013, p. 102-103) apresenta diversos padrões de turismo subjacentes ao turismo em geral, quais sejam: 1) turismo de lazer, incluindo-se viagens de férias, conhecimento de novos lugares e veraneios; 2) turismo de compras e serviços, cujo objetivo é o acesso a centros comerciais diversificados, a profissionais liberais (médicos, advogados, contadores, etc.), centros educacionais, assistência técnica e de saúde; 3) turismo de negócios, com o escopo de adquirir insumos, participar de feiras e de congressos e para utilização de equipamentos específicos, como portos e alfândegas; 4) turismo permanente, “representado pelo aposentado ou rentista que opta por domiciliar-se em um território distinto daquele que trabalhou e/ou que lhe proporciona renda atual por avaliar que o novo domicílio lhe proporciona uma qualidade de vida superior”

A forma como o turismo é pensado e apropriado na perspectiva teórica do desenvolvimento regional na linha da Base de Exportação e, em especial, na interpretação dada por Paiva aos trabalhos seminais de Douglass North é muito distinta da perspectiva oficial, que se expressa nos indicadores ONU-IBGE (IBGE, 2007).

Não se deve atrelar a visão de turista somente ao lazer, mas sim ao utilizador dos serviços de um território. Por exemplo, o produtor de soja de um município do interior “que despende os recursos adquiridos a partir de sua atividade rural (inclusive aposentadoria) no polo urbano regional é um “turista” que sustenta o comércio da cidade polo”. Não se trata, primordialmente, de um “turista de lazer”, mas, sim, de um “turista de serviços” (PAIVA, 2014, p. 40).¹⁷

¹⁷ “Do ponto de vista econômico, o turismo envolve um amplo e diferenciado leque de atividades e é a atividade propulsiva básica de todos os polos urbanos estruturados em torno da oferta de serviços de média e alta complexidade. O que implica dizer que, do ponto de vista da Economia, o turismo não é um tipo específico de atividade, que conta com uma base técnica peculiar e/ou que gera um produto específico (tal como ocorre com a indústria petroquímica, a construção civil ou a produção de suínos). Na realidade, desconhecemos a distinção entre atividades “turísticas” e “não-turísticas”. E isto porque, para os economistas, é turista todo o agente que despende, num dado território, recursos auferidos em outro.”

As atividades arroladas, certamente, diferenciam-se da conceituação promovida pela ONU, todavia, aqui, a ideia é o aporte de recurso do exterior para a região e será assim que o turismo em geral contribuirá para o desenvolvimento regional e não, como regra, pela utilização dos serviços pelos domiciliados na região. A saber, o turismo em geral, *in casu*, é atividade propulsiva, isto é, geradora de renda primária, de renda básica, calcada no deslocamento do cliente e não do produto – como na exportação –. Contudo, são atividades propulsivas reflexas, “pois sua eficácia como fonte de renda e emprego depende do poder de compra (capacidade de dispêndio) do não-domiciliado que se desloca” (PAIVA, 2013, p. 103). Portanto, a periferia – que usufrui do turismo – não poderá ser decadente, deverá ter poder para adquirir os serviços apresentados pelo polo.

Desse modo, nos termos de Paiva (2014, p. 40), emergem duas conclusões da definição econômica do turismo: 1) o turista não precisa voltar para sua origem: ele é turista enquanto a fonte de sua renda for externa ao território no qual o dispêndio é realizado; 2) promover o turismo é promover a vinda de mais pessoas para um território para usufruir de seus benefícios (via dispêndio de recursos auferidos fora) pelo maior período de tempo possível.

2.2.2.1 O Turismo Permanente

Não se está a falar de turismo permanente enquanto adjetivação de determinado território, por exemplo, “Gramado possui turismo permanente”, mas, sim, em termos de substantivo, definindo uma categoria de turismo. Evidentemente, gera debate a existência do turismo permanente, cuja conceituação é totalmente antagônica à definição de turismo. Porém, não há melhor forma de qualificá-lo, pois como o turista permanente vive de renda e não possui vínculo profissional com o território, ao seu alvitre é possível, sem maiores problemas, a alteração de sua residência (PAIVA, 2013, p. 184).¹⁸

¹⁸ “A categoria “turismo permanente” é contraditória. Mas esta é uma contradição verdadeira (dialética). E isto porque a opção domiciliar do sujeito que vive de rendas e não tem vínculos profissionais com o território pode ser alterada a qualquer momento. Manter este tipo de turista no território não é tarefa fácil. Afinal, ele também conta com a alternativa de ser um viajante crônico e despender seus recursos em territórios distintos ao longo do ano. De outro lado, o afluxo e preservação de “turistas permanentes” para um território é uma fonte particularmente auspiciosa de desenvolvimento regional. Não é gratuito que esta fonte de recursos tenha se tornado o foco estratégico de inúmeras regiões e objeto de disputa internacional como Flórida (EUA), Bali (Indonésia), ilhas do mar Egeu (Grécia), Andaluzia (Espanha), etc. O turismo permanente

Da ideia de turista permanente, decorrem duas reflexões: 1) mesmo parecendo autocontraditória, existem “turistas permanentes” e eles perfazem um dos segmentos mais disputados no cenário internacional, isto é, aposentados que migram para regiões mais quentes, mais seguras e aptas a oferecer um sistema de serviços diversificado, de maior qualidade e de custo relativamente baixo; 2) a promoção do turismo é, indubitavelmente, promover a vontade de retenção do consumidor pelo maior tempo possível (no limite, para sempre), portanto, promover o turismo é promover o bem-estar da população domiciliada (PAIVA, 2014, p. 42).

Desse modo, o melhoramento da condição de vida para o recebimento e a retenção do turista permanente, inexoravelmente, melhorará a vida dos domiciliados, ou seja, da população permanente. Verifica-se dos pontos abordados por Paiva, a necessidade do território apresentar condições de segurança melhores do que em outros locais. Isso decorre, também, da fragilidade do público consumidor (aposentados), já que, diante da faixa etária elevada, imprescindível a existência e o sentimento de segurança.

Outro elemento relevante trazido por Paiva (2014, p. 42) é a busca pelos aposentados por locais de baixo custo. Desse modo, em territórios em que o custo de vida não seja elevado, há propensão para a promoção do turismo permanente. Por exemplo, no caso do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em que muitas das residências são de propriedade de pessoas domiciliadas em outros locais, o turismo permanente deve ser fomentado. Isso porque o custo de moradia não precisaria ser arcado pelo turista permanente, já que ele mesmo é o proprietário da moradia.

Ademais, o turista permanente, novamente em virtude da faixa etária, necessita de um sistema de saúde de atendimento rápido e infraestrutura viária de qualidade, capaz de atender a demandas urgentes. Desse modo, locais com fácil acesso são mais propícios ao turismo permanente.

apresenta inúmeras vantagens para o território, dentre as quais: 1) estabiliza a renda de um território turístico rompendo com a típica sazonalidade do turismo de lazer; 2) apresenta alta sinergia com as demais formas de turismo (em especial, de comércio e serviços de saúde); e 3) é um grande mobilizador do nível local de emprego, pois as demandas típicas do aposentado (um sujeito na terceira idade cujas necessidades de bens materiais duráveis encontram-se essencialmente satisfeitas) são por serviços de saúde, segurança, transporte, gastronomia, etc. E o aposentado migrante não concorre com o domiciliado no mercado de trabalho ou por nichos de mercado. Ele gera demanda pura (vale dizer: desacompanhada de qualquer oferta) que se volta a serviços de livre entrada altamente empregadores.”

Nessa linha, não é tarefa deveras facilitada a manutenção desse turista no território, haja vista a facilidade de locomoção e êxodo da região. Há de se notar que o turismo permanente apresenta inúmeras vantagens à região:

1) estabiliza a renda de um território turístico rompendo com a típica sazonalidade do turismo de lazer; apresenta alta sinergia com as demais formas de turismo (em especial, de comércio e serviços de saúde); 2) é um grande mobilizador do nível de emprego, pois as demandas típicas do aposentado (um sujeito na terceira idade cujas necessidades de bens materiais duráveis encontram-se essencialmente satisfeitas) são por serviços de saúde, segurança, transporte, gastronomia, etc. E o aposentado migrante não concorre com o domiciliado no mercado de trabalho ou por nicho de mercado. Ele gera demanda pura (vale dizer: desacompanhada de qualquer oferta) que se volta a serviços de livre entrada altamente empregadores (PAIVA, 2013, p. 183).

Dessa forma, vê-se a relevância do turismo para o desenvolvimento regional, principalmente pela sua capacidade de gerar renda primária para a região, o que implica em ser caracterizado como uma atividade propulsiva e de caráter reflexo (dependente do potencial de consumo dos não domiciliados). Importante salientar o fato de o turista permanente não concorrer com os domiciliados no mercado de trabalho, uma vez que já possui a sua formação e encontra-se estabilizado em termos profissionais.

Impõe apresentar, por ora, um paralelo entre o turismo, exportação e atração de empresas:

Promover o desenvolvimento com base no turismo – vale dizer: na “importação de consumidores” ao “invés da exportação de bens” – é a estratégia que gera maiores benefícios por unidade de custo. Afinal, enquanto as estratégias de desenvolvimento com base na atração de empresas industriais via subsídios fiscais oneram o cidadão (que paga impostos sem receber o retorno devido em termos de serviços públicos básicos), a estratégia de atração de turistas passa pelo oferecimento de sistemas de lazer, de entretenimento e de serviços em geral (culturais, gastronômicos, de educação, de saúde, de transporte, etc.) que beneficiam, simultaneamente, o agente externo e o cidadão domiciliado (PAIVA, 2014, p. 42).

A questão da unidade de consumo diz respeito ao fato de que o turista não possui alternativa de despender seus recursos em somente um estabelecimento. Isto é, o turista que utiliza dos serviços de um determinado território irá, por exemplo, a um restaurante, arcará com os valores de estacionamento, comprará um produto, repousará em um hotel, fará mais refeições em outros estabelecimentos, etc. Desse

modo, ao contrário da exportação que remeterá um produto para outro território – por mais que possa existir uma cadeia dentro do território – no turismo invariavelmente o simples fato de o turista estar na região o instigará a despender seus recursos em vários estabelecimentos (PAIVA, 2014).¹⁹ Essas proporções de utilização de serviço podem ser majoradas com o turismo permanente, uma vez que o turista permanente permanece quase integralmente no território.

2.2.3 Dos gastos do governo

Os gastos do governo também possuem o caráter propulsivo para a economia da região, entretanto, há determinadas variáveis que determinarão a potencialidade das vantagens. Inicialmente, é possível estabelecer um paralelo entre os investimentos esporádicos, por vezes vultosos, dos valores contínuos – e por vezes protegidos por garantias constitucionais (estabilidade), como os vencimentos do servidores públicos –.

Na hipótese de grandes obras, por exemplo, em que há um grande investimento em determinada região, evidentemente que haverá um aporte de recursos que não dizem respeito à produção local. Por certo, tais investimentos podem propagar o desenvolvimento da região. Por isso, tem-se presente que, como regra, investimentos de maior envergadura, os quais são superiores à arrecadação do governo, são promovidos pelos governos estadual ou pelo federal. *In verbis*:

Os descompassos entre arrecadação e gastos num determinado território estão associados, como regra geral, a instâncias superiores de governo (Estadual ou Nacional). E estas instâncias são pressionadas politicamente para alternar os territórios beneficiados por gastos significativamente superiores à arrecadação (PAIVA, 2013, p. 104).

Desse modo, não há como não reconhecer a relevância dos gastos esporádicos, entretanto tais investimentos podem estar marcados por circunstâncias

¹⁹ “O mais interessante é que esta definição retira toda a ambiguidade da categoria. Porque ela elimina a questão: por que te deslocaste até aqui? Qual “o” atrativo turístico que determinou o teu deslocamento. Uma questão que é falsa em si mesma. Não existe, nunca, um único motivo. Ninguém vai a Miami só para fazer compras. Mesmo quando este é o principal objetivo, não há como deixar de se encantar com as águas verdejantes, ou resistir aos apelos dos bares e da agitada vida diurna e noturna da cidade, de suas mansões suntuosas e de seus edifícios Art Déco. E assim é com Nova York, Paris, Tóquio, Roma e Berlim. Nunca se vai por um motivo só. Na realidade, o critério de seleção do destino é justamente: qual me proporciona mais benefícios por unidade de dispêndio? E a diversidade de fruições é um (dentre outros) benefício almejado.” (PAIVA, 2014, p. 40-4).

pontuais, fadadas pela descontinuidade. Ademais, não raro, Municípios recusam verbais federais para construção de escolas, por exemplo, por não terem condições de suportar a operacionalização posterior, ou seja, receber a verba para construção não se mostra tão complexo quanto colocar em funcionamento posteriormente.

Um ponto importante a ser abordado é a exogenia dos gastos dos governos estadual e federal no território. Isso porque os investimentos dessas esferas da administração não estão sob o controle da região, o que dificulta a tomada de decisões. Ademais, não se tratando de uma ação interna da região – endógena –, tende a longo prazo “tendem a crescer a uma taxa inferior às taxas de crescimento do produto e da arrecadação da nação, dos estados e dos governos centrais”, em decorrência da “concorrência e pressões políticas de outras regiões sobre os governos nacional e estadual” (PAIVA, 2013, p. 104). Isto é, a partir do momento que os governos estadual ou federal investem em uma região, normalmente outras também postulam e exercem pressão política.

Por outro lado, os investimentos do governo local tendem ao equilíbrio, entre o que se arrecada e o que se gasta, o que permite uma previsibilidade nos investimentos públicos. Por outro lado, quando a região arca com incidência de impostos menor do que os gastos do governo na região, “as consequências são similares às que resultam da emergência de atividades “TrS propulsivas” (PAIVA, 2013, p. 113-114).

Além dos investimentos esporádicos, há os gastos contínuos em uma região, os quais são representados pelos gastos de previdência social e pagamento de salários, soldos e demais formas remuneratórias de servidores públicos, aposentados e pensionistas.

Municípios como Santa Maria são marcados, justamente, por receberem um volume de recursos governamentais (em especial, do governo federal) muito superior à arrecadação local. Os soldos dos militares e os salários dos professores universitários e dos demais funcionários públicos perfazem uma parcela muito importante da “renda básica” (no sentido de North) da região. Estes proventos ocupam o mesmo papel das exportações na formação da “renda básica” das típicas economias periféricas no modelo simplificado de North (PAIVA, 2013, p. 92-93).

Os desdobramentos da renda primária proveniente do poder público são as mais diversas, sendo uma delas a potencialidade dos turistas permanentes em

determinado território, uma vez que os vencimentos representam renda primária para a região:

Num país como o Brasil, onde a previdência pública é hegemônica e a parcela majoritária da renda dos aposentados é um gasto governamental, poderíamos perfeitamente bem classificar o “turismo permanente” como um desdobramento do gasto governamental. Os polos de região difusa (como o município de Santa Maria, já referido) que se especializam em serviços públicos básicos de educação, saúde e administração da justiça e segurança, recebem um aporte expressivo de recursos federais, que são responsáveis (via multiplicação) pela maior parte da renda local (PAIVA, 2013, p. 113-114).

Evidentemente, os gastos do poder público representam, nos termos já exposto, renda primária.

3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO LITORAL NORTE

Neste capítulo serão analisados aspectos históricos do Litoral Norte, estabelecendo um paralelo com o Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada com fontes secundárias e com pesquisas no Arquivo Histórico de Osório.

3.1 Rio Grande do Sul e a sua Constituição

O Estado do Rio Grande do Sul, em seu povoamento, possui as características semelhantes a outros Estados brasileiros, mais precisamente quanto à ocupação indígena, com o grupo Guarani, o Kaingang, o Charrua e o Minuano (LAROQUE, 2011).

Os guaranis, até idos do século XVI, se situavam, no Rio Grande do Sul, nos territórios localizados nas várzeas do Rio Uruguai, Rio Jacuí, da Lagoa dos Patos e do Lago Guaíba (SOUZA, 2008, p. 14). Os Kaingangs ocupavam o Rio Piratini – afluente do Rio Uruguai – e as cabeceiras do Rio Pelotas até o Planalto, as margens da bacia hidrográfica do Rio Jacuí, com extensão até o Rio Paraná (BECKER, 1976, p. 13). O grupo Charrua ocupava as margens do Rio Uruguai, já o Minuano se localizava na Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim e Lagoa Mangueira, até as proximidades de Montevideu (LAROQUE, 2011, p. 17).

Além das características naturais da organização indígena, como a culinária, vê-se a grande aderência da ocupação nos limítrofes dos rios, aí já se denota uma das características da ocupação do Rio Grande do Sul, marcada pelas demarcações fronteiriças, mas especificamente a delimitação do território pelos rios.

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul “é possível prever a existência de dois grandes grupos – arachãs e carijós – e ambos são citados como subgrupos da grande nação guarani” (MARQUES, 2004, p. 38).

No século XVII, o Rio Grande do Sul se constitui como uma Região-limite entre dois impérios. O português com sede no Rio de Janeiro e o Espanhol, com sede em Buenos Aires (LUVIZOTTO, 2009, p. 15). Nas palavras de Luvizotto (2009, p. 15):

Teoricamente, pelo Tratado de Tordesilhas de 1493, a linha que separava os dois reinos católicos passava, em sua extensão meridional, ao largo do litoral do atual Estado de Santa Catarina, e a região que viria fazer parte do Rio Grande do Sul pertencia aos espanhóis. Portugal, por sua vez, sempre procurou estabelecer como sua real fronteira, como limite extremo de seu império na América do Sul, não uma linha abstrata, mas sim a margem esquerda do Rio da Prata. Todos os conflitos entre o Brasil e seus vizinhos do Prata foram decorrentes dessas duas visões antagônicas sobre quais eram os marcos verdadeiros que os separavam.

Em 1626, os jesuítas se alocaram ao leste do Rio Uruguai e criaram as 18 reduções jesuítas na província do Tape. Esta província também era o núcleo de catequese jesuíta e um importante porto logístico espanhol, uma vez que o local em que se introduzia o gado Vacum²⁰ e os cavalos trazidos da província de Corrientes, na Argentina (RÜCKERT, 1997). Nesse contexto, o povoado precursor foi o de São Nicolau do Piratini, seguido das colônias de Canelaria, em Piratini, e Candelária, em Ibicuí, em 1627. Após, em 1628, foram fundadas as colônias de Caaró, de Assunção e de São Francisco Xavier. Um ano depois, em 1629, foi a vez de São Mártires do Japão, em 1631 foi fundado o povoamento de São Carlos e em 1633 o de Apóstolos (TECHAUER, 2002, p. 84).

Após este momento de fundação das colônias jesuíticas, são fundados os conhecidos Sete Povos das Missões, a partir de 1707, os quais foram compostos pelas reduções de São Francisco de Borja, de São Nicolau, a qual foi refundada, após os bandeirantes expulsarem o povo anteriormente lá habitante, de São Miguel Arcanjo, de São Lourenço Mártir, de São João Batista, de São Luiz Gonzaga e de Santo Ângelo Custódio (FONSECA, 2011).

O trabalho jesuítico constantemente era interrompido pelas ofensivas bandeirantes, as quais, interessadas no perfil dos índios já pacificados e disciplinados para o trabalho, capturavam-nos e vendiam como escravos no centro do país, principalmente para as regiões açucareiras (PESAVENTO, 1994).

Essa presença bandeirante gerava grave tensionamento na região, além de

²⁰ Em torno do ano de 1630 ocorre a introdução do gado no Rio Grande do Sul, entretanto o território ainda está praticamente intocado pelos espanhóis e portugueses. Ademais, nesta época que se iniciam as investidas quanto à propriedade do local, e em virtude das batalhas havidas, é recorrente que o gado fique a esmo, espalhado pelos campos do estado. Nos termos de Pesavento: "O gado penetrou no Rio Grande do Sul através da ação dos padres jesuítas que se haviam estabelecido com suas missões na margem oriental do Rio Uruguai, na primeira metade do século XVII. Repelidos da região pelos bandeirantes paulistas, que desciam ao sul para aprisionar os índios aldeados nas missões e vendê-los como escravos nas lavouras de açúcar do nordeste, os padres voltaram para suas missões do lado argentino, deixando os rebanhos à solta." (PESAVENTO, 1985, p. 21).

muitas batalhas. Inobstante os embates entre índios e bandeiras, os Jesuítas também sofreram um processo gradativo de desgaste, o que culminou com a expulsão da Companhia de Jesus das terras portuguesas em 1759.

Em 1767, ocorreu a expulsão dos Jesuítas das terras espanholas. No ano posterior, os Jesuítas foram retirados completamente das terras portuguesas e espanholas, permanecendo os Sete Povos das Missões com os espanhóis, até o ano de 1801, quando Portugal, com a tropa de Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, conquista em definitivo as terras e instala um governo militar na região e forma o território hoje conhecido como Estado do Rio Grande do Sul (FONSECA, 2011).

Concomitante ao período de expulsão dos Jesuítas, mais especificamente a partir de 1747, inicia-se um processo de desenvolvimento populacional no Rio Grande Sul, com a criação da freguesia de Viamão, também conhecida como Campos de Viamão²¹, a qual deu origem nas décadas posteriores às freguesias de Triunfo (1756), de Santo Antônio da Patrulha (1763) e de Porto Alegre (1772) (KUHN, 2004).

Quanto à constituição dos povoados:

Na região dos denominados Campos de Viamão, o contexto populacional nos anos iniciais do povoamento europeu era bastante diversificado: além de portugueses e luso-brasileiros (principalmente paulistas e lagunistas), encontramos uma variada gama de indivíduos de origem hispânica ou hispano-americana (KUHN, 2004, p. 49).

Outra frente importante que foi constituída no Rio Grande do Sul, foi o povoamento lusitano de Rio Grande, o qual era uma fortaleza militar, mas também era uma colônia, que foi erigida ao patamar de “vila” em 1751. Com isso, os lusitanos detinham o controle do acesso à Lagoa dos Patos, e, por conseguinte, o tráfego pluvial até Porto Alegre (KUHN, 2004, p. 54).

O controle da coroa portuguesa ficou ainda maior quanto ao território do Rio Grande do Sul com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, por D. João V de Portugal e rei Fernando da Espanha. O acordo determinava que a Colônia de Sacramento seria entregue para a Espanha e as Missões Orientais do Uruguai pertenceriam à Portugal. Entretanto, o Tratado não foi cumprido, sendo que somente

²¹ Conforme Kuhn (2004), os Campos de Viamão, em 1751, tinham 132 casas, com uma população aproximada de 800 pessoas, sendo 45% escravos.

50 anos após a coroa portuguesa se apropriou das missões (CESAR, 1979).

Com essa definição, o território do Rio Grande do Sul se constitui e passa por outros movimentos, como a colonização europeia e a definição do estado como um entreposto para o governo brasileiro para a conquista do Uruguai.

3.2 Distribuição de terras, a imigração do RS e do Litoral Norte e a industrialização

O Rio Grande do Sul, nos termos de Piccolo, foi tardiamente ocupada, pois o seu desenvolvimento foi condicionado pelas lutas entre Portugal e Espanha, já que ambas pretendiam ter o domínio do Rio do Prata. O estado de beligerância e a militarização emergente resultante das disputas fronteiriças marcaram social e politicamente o estado (PICCOLO, 1993, p. 93).

A localização estratégica do Rio Grande do Sul, como ligação entre o restante do território nacional e demais territórios da América também foi determinante para a sua militarização, o que fica nítido na Guerra da Cisplatina:

Na década de 1810, a Capitania do Rio Grande de São Pedro foi ponta-de-lança e fornecedora dos recursos necessários à intervenção na Banda Oriental, movimento esse que visava preservar a monarquia lusa da convulsão liberal e revolucionária que atingia o Vice-Reino do Prata. A intervenção militar que culminou com a incorporação da Banda Oriental ao Reino do Brasil como o nome de Província Cisplatina (1821) era ponto de convergência dos interesses de estancieiros, charqueadores e comerciantes sul-rio-grandenses e da Coroa lusitana. Para os estancieiros, as campanhas militares permitiram o acesso às terras e rebanhos da Banda Oriental (MIRANDA, 2008, p. 1).

Com isso, o Rio Grande do Sul desempenhou o papel primordial²² na Guerra o que representou a anexação de parte do território uruguaio ao Brasil. Tal subjugação ocorreu em 24 de janeiro de 1824, com o acordo em que o governo brasileiro entrega Montevideu às Províncias Unidas do Rio do Prata (MIRANDA, 2008).

Com essa extensão de território, “os comerciantes portugueses instalaram-se em Montevideu, o que ajudou a estimular o desenvolvimento das charqueadas

²² Não somente em termos de território, mas, também, em recursos humanos. “A província do Rio Grande do Sul foi, sem dúvida, a que mais sofreu com os impactos do recrutamento para as lutas nos campos da Cisplatina. Ponta de lança dos interesses imperiais na região do Rio da Prata, deveria contribuir com seus homens e bens para a causa monárquica.” (LUFT, 2013, p. 77).

gaúchas, que se beneficiaram do fluxo de gado vindos dos campos da Cisplatina.” (KUHN, 2004, p. 79). Desse modo, o Rio Grande do Sul passava por um momento facilitado em termos de acesso e fluxo de mercadorias. Era um momento em que “os sul-rio-grandenses já podiam cuidar melhor de suas casas, livre como se achava a Fronteira de novas ameaças dos caudilhos uruguaios. Essa ilusão durou pouco” (CESAR, 1979, p. 22).

As batalhas eram constantes, por terra e mar, até que no início de 1828, o Brasil perde o controle da Província da Cisplatina e dos Sete Povos das Missões. Diante da instabilidade da região, em 27 de agosto 1828 é firmada a Convenção Preliminar de Paz, entre o Brasil e República das Províncias Unidas do Rio do Prata, em que a Colônia de Sacramento e Montevideú são reconhecidas como de propriedade do novo país constituído – também pela convenção, qual seja, a República Oriental do Uruguai (GRINBERG, 2007).

Com o acordo, duas consequências principais emergiram; uma, o desgaste da coroa, pelo recuo e perda do território, e a segunda, a dívida gerada e cobrada de forma desigual entre as províncias, vindo a comprometer a economia do Rio Grande do Sul:

Mas o principal ponto de tensão eram as dívidas oriundas da guerra. Em 26 de outubro de 1828, a determinação para que não mais fossem aceitas as letras passadas para cobrir as despesas de guerra atingiu vários setores da população da província. Essa medida decorria das elevadas despesas envolvidas e da Lei de 15 de novembro de 1827 que buscava regular e fundar a dívida interna do Império. Mas a entrega das cédulas da dívida fundada não era realizada e os juros e a amortização estabelecidos pela lei não estavam sendo pagos, colocando os credores do Rio Grande de São Pedro em “piores circunstâncias do que os de outras províncias”. O governo central parecia desconsiderar que a maior parte dessa dívida tivera origem nos suprimentos para as “despesas da guerra em defesa não só desta província, mas sim de todo o Império” (MIRANDA, 2008, p. 2).

Diante desse cenário, aliado a outros fatores, como define Kühn (2004), a política não-protetionista do governo imperial, o qual não taxava a importação do charque platino, bem como ao interesse das elites escravistas do centro do país, que destinavam o charque para alimentação dos escravos, portanto desejavam uma carne com preço módico; além da centralidade do governo imperial, consubstanciada na Constituição de 1824, culminaram em outra guerra, a Guerra dos Farrapos, de 1835 a 1845. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul vê na colonização europeia, uma forma de diversificar a produção e reordenar a ocupação

territorial no estado.

Ademais, o Brasil a partir do século XIX inicia um processo de extinção da escravidão, com legislações que gradativamente vão impossibilitando as medidas escravagistas. O diploma inaugural é a Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, a qual define que todos os escravos que adentrarem no território nacional serão considerados livres, com exceção dos que vierem de países em que a escravidão é permitida ou os que vierem na condição de fugitivos de territórios ou embarcações estrangeiras.²³

Essa legislação possui um espectro deveras limitado, vindo a ser incrementada pela Lei 581, de 04 de setembro de 1850, a qual veda a importação de escravos, já em um âmbito geral. Cabe salientar que a legislação foi aprovada em decorrência da pressão inglesa, cujo país não aceitava o tráfico de escravos desde o ano de 1845 (HÖRMEYER, 1986).

Ressalta-se da referida legislação o seu artigo 4º, *in verbis*:

Art. 4º. A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

Com isso, torna-se tipificado o tráfico de escravos, além de definir a devolução dos escravos para os portos de onde tiverem partido e a garantia da tutela estatal caso demore o retorno.²⁴

Diante da impossibilidade de utilização massificada da mão-de-obra escrava, além da diminuição da repercussão econômica do charque, que se estabelece a imigração no Rio Grande de Sul, que contemplava, essencialmente, açorianos, alemães e italianos.²⁵ Como o tráfico de escravos passava por impeditivos, bem

²³ *Art. 1º.* Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetua-se: 1º. Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações. 2º. Os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil.

²⁴ *Art. 6º.* Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos de onde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fora do Império, que mais conveniente parecer ao Governo; e enquanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.

²⁵ “A colonização no Rio Grande do Sul foi feita essencialmente por açorianos, alemães e italianos. Segundo o despacho do Conselho Ultramarino de Portugal, em 22 de junho de 1729, a

como pelo fato de não serem aceitos para imigração, pois somente prestavam um trabalho servil, não havia alternativa, senão trazer imigrantes europeus. Todavia, a distribuição de terras no Brasil seguia a Lei das Sesmarias, que “provieram de legislação portuguesa de 1375, que visava identificar as terras vazias e improdutivas por causa da peste negra” (COVOLAN *et al* 2008, p. 5813).

Por outro lado, a Lei das Sesmarias não se adequou à realidade Brasileira, uma vez que o território nacional era bem diferente do vivenciado em Portugal, aqui era vasto e pertencente à coroa. Na Lei das Sesmarias, o objetivo era a ocupação de terras para fins de produção, entretanto no Brasil não havia a limitação territorial, assim gradativamente o regramento foi sendo alterado. Como todas as terras brasileiras pertenciam à Coroa Portuguesa, a utilização do solo dava-se nos moldes de um regime de concessão²⁶.

Tal regime de concessão não atendia a um caráter paritário²⁷ de distribuição das terras, bem como não gerava segurança para a sua exploração, haja vista a constante discussão acerca do legítimo possuidor, gerando até mesmo conflitos armados (NOZOE, 2006, p. 598).

Com a independência do Brasil, em 1822, o Imperador “suspendeu o sistema de sesmarias sem substituí-lo por qualquer sistema legal que regulasse o acesso à terra, o que somente ocorreria em 1850 com a Lei de Terras.” (COVOLAN *et al* 2008, p. 5815).

A Lei de Terras, Lei nº 601/1850, ainda em vigor, pois não revogada expressamente, estabelecia a impossibilidade de cessão de posse e determinava a compra e venda como única forma de aquisição de terras devolutas²⁸. Todavia, a

colonização efetuou-se com colônias de origem açoriana, completando-se com casais estrangeiros, desde que não fossem de origem inglesa, holandesa e castelhana. D. João VI e D. Pedro I, na fase da colonização alemã e mais tarde D. Pedro II, na fase da colonização italiana, não criaram objeções, facilitando essa iniciativa. O programa inicial de colonização foi chamado de *Walkerfield*, que constituía na "distribuição de um lote de terra, ferramentas, animais, sementes aos agricultores, pagamento de módicos subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de estabelecimento". HERÉDIA, Vania. *A Imigração Européia no Século Passado: O Programa De Colonização No Rio Grande Do Sul. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona nº94 (10), 1 de agosto de 2001. p. 2.

²⁶ “As cessões de terras em sesmaria tornavam-se então simples concessões administrativas sobre o domínio público, gravadas com o encargo de cultivo.” Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. (NOZOE, 2006. p. 593).

²⁷ “Ao lavrador de poucos recursos, analfabeto e desprovido de meios para influenciar os governantes, convinha a posse das faixas situadas entre os limites das grandes propriedades ou, no caso dos mais audazes, a migração para as paragens mais distantes dos núcleos de povoamento, em demanda de terras que, de tão remotas, ao senhor de fazendas não lhe valia ainda a pena requerer de sesmaria.” (LIMA, 1988, p. 47).

²⁸ Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de

imigração determinava uma abordagem diferente, uma vez que era interesse das províncias, com a do Rio Grande do Sul, a chegada dos europeus. No caso, italiano, *v.g.*, a aquisição de terras não se deu pelos europeus, mas sim por uma espécie de consórcio, que era custeado pela província e pelas companhias que atraíam os imigrantes:

A área que se destinaria a essa nova colonização era uma gleba de 32 léguas quadradas, que em 1869 a Província do Rio Grande pleiteara e por Aviso de 9 de fevereiro de 1870 lhe cedera o Governo Imperial para aquele fim, sob condição de as povoar em lotes, comprometendo-se a introduzir ali anualmente 2.000 colonos no mínimo e 6.000 no máximo, com um limite de 10% que não fossem agricultores. A concessão inicial impunha a proibição do emprego de escravos, por força de legislação imperial de 1848 e a condição aos colonos que desmatassem seus lotes até um prazo de cinco anos. Deveria a província indenizar o Império na proporção de 1 real por braça quadrada medida (AZEVEDO, 1975, p. 29).

Desse modo, vê-se que a destinação das terras para o italianos se tratava de uma política específica, diferentemente do que a Lei de Terras previa para a destinação das propriedades no Brasil. Cabe notar, ainda, que a própria Lei de Terras não era observada em sua integralidade, uma vez que havia, sim, um percentual elevado de fraudes²⁹, mesmo nas referidas compras e vendas. (MENDES, 2010, p. 129).

Quanto aos imigrantes, nota-se que os açorianos desembarcaram com o objetivo de imigração em 1752, em anos anteriores já haviam chegado casais esparsos, todavia neste ano há a vinda numerosa de pessoas (TORRES, 2004). Ou seja, antes mesmo das questões escravagistas aflorarem. Posteriormente aos açorianos, os alemães chegaram ao estado. Para constar, em 1807 o Rio Grande do Sul possuía 50 mil habitantes (AZEVEDO, 1975, p. 30).

No ano de 1824, período anterior a própria Revolução Farroupilhas, os primeiros alemães desembarcaram nas terras da Feitoria Real do Linho Cânhamo, o que viria a se constituir na colônia de São Leopoldo (RÜCKERT, 2013, p. 200).

compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

²⁹ “Mesmo na província do Rio Grande do Sul, distante das plantações de café, cerca de 750 mil hectares de terras devolutas teriam sido transferidas de modo fraudulento a particulares, por meio de falsas legitimações, nos 35 anos que separam o Regulamento da Lei de Terras e a Proclamação da República. Esta situação também se verificou em grande escala em Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Raramente as fraudes na obtenção de escrituras eram cometidas por imigrantes, eles próprios vítimas de posseiros e empresas colonizadoras que lhes revendiam os terrenos.” (MENDES, 2010, p. 130).

Quanto à colonização italiana:

A colonização com imigrantes europeus de terras devolutas na Serra do Rio Grande do Sul foi uma decisão do Governo Imperial que ganhou forma inicial com a criação das colônias Conde D'Eu e Dona Isabel (Ato de 24 de maio de 1870)... Dentro deste contexto de investimentos do Governo Imperial na imigração e na colonização de terras devolutas no Rio Grande do Sul, o projeto de ocupação da Serra por italianos diferenciou-se da experiência da Colônia de São Leopoldo em dois aspectos principais: a prática da venda dos lotes de terras públicas e a existência de uma legislação e de um quadro administrativo criado especificamente para promover a ocupação e o funcionamento das colônias imperiais (RÜCKERT, 2013, p. 203/204).

Cabe notar que a vinda dos imigrantes para o Rio Grande do Sul teve um propósito diverso do restante do país, uma vez que para cá o motivo de atração foi a possibilidade de ocupação de terra e a formação de núcleos de colonização. Já no restante do país, prioritariamente, a vinda dos europeus deu-se para fins empregatício, ou seja, eram assalariados vinculados às atividades de lavoura (DALMAZO, 2004).

Pesavento (1984, p. 46), reputa algumas distinções entre as colonizações alemãs e italianas. Quanto à alemã, o objetivo primordial de trazê-los era a constituição de povoamentos e colonização em áreas virgens, possibilitando, assim, a constituição de núcleos de pequenos proprietários agrícolas, capazes de, pelo seu peso, não esmorecerem em detrimento das oligarquias regionais. Já a colonização italiana possuía o escopo, *prima facie*, de abastecimento do mercado interno brasileiro e de formar no sul núcleos coloniais “bem sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigrantes estrangeiros”.

Schneider (1999, p. 23), destaca também o elemento desbravador dos alemães, com uma forma de “povoamento rural disperso”, em que os colonos estabeleceram uma ocupação geofísica pautada na abertura de caminhos chamadas de linhas ou picadas. Assim, ao longo desses caminhos, foram constituindo suas moradas, demarcando as terras e definindo as propriedades. Tal forma de ocupação, aliada à etnia, ao domínio da linguagem e as dificuldades de comunicação externa – principalmente pela precariedade das estradas – foi “fator decisivo à formação e manutenção de uma sociedade com alto grau de endogamia e relativamente fechada”.

Desse modo, os povos trazidos ao Rio Grande do Sul não foram escolhidos

aleatoriamente. Havia um objetivo básico de alteração dos meios produtivos no estado. “Pensava-se desenvolver a agricultura já que era predominantemente pecuária a produção na Província e possivelmente também se tinha em mente criar mão de obra livre” (AZEVEDO, 1975, p. 25). Ademais, há nítido objetivo de suplantar a força de trabalho escrava e criar uma “classe média rural” (AZEVEDO, 1975, p. 24).

Desse modo, a participação dos imigrantes possibilitou um incremento à economia gaúcha, os quais, com o acesso e posse da terra, estabeleceram diversas atividades produtivas, “um grande elenco de produtos agrícolas, manufaturas e atividades comerciais” (DALMAZO, 2004, p. 41). Desse modo, o Rio Grande do Sul passa a contar não somente com a pecuária como atividade impulsora, mas também com a lavoura colonial, que paulatinamente vai adentrando a um modelo agroindustrial. Assim, verificou-se nesse período “uma grande expansão econômica e demográfica, demonstrando a economia regional um dinamismo notável e peculiar na sua forma, pois foi amplamente determinado pela demanda interna à região” (SCHMIDT; HERRLEIN JR., 2001, p. 3-4).

Pesavento (1985, p. 29), avalia como relevantes fatores para o incremento da economia gaúcha o comércio intermediário, estabelecido nas “colônias centrais”, como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Montenegro, os quais tinham uma posição estratégica para a distribuição de alimentos.

A tarefa dos imigrantes, em linhas gerais, não era fácil, posto que deveriam ser “um misto de colono e soldado, capaz não só de colonizar as terras da Serra e do Planalto, fornecendo alimentos para a população urbana da província, ainda, como garantir a proteção do território português” (SCHNEIDER, 1999, p. 21).

Ademais, principalmente quanto à colonização alemã, a questão política do estado foi um determinante para o enfraquecimento das entradas de imigrantes, principalmente na segunda metade do século XIX. Pesavento (1984, p. 47) destaca-se que os 10 anos de Revolução Farroupilha³⁰³¹³² geraram insegurança para as

³⁰ “...a Guerra dos Farrapos foi fundamental para a constituição da própria identidade rio-grandense. O episódio forneceu uma série de elementos que, ainda hoje, compõem o imaginário político gaúcho... a província do Rio Grande apresentava uma combinação explosiva nas primeiras décadas do século XIX, em que se misturavam a condição fronteira e militarizada, a insatisfação com o governo regencial e a difusão das ideias liberais exaltadas.” (KUHN, 2004, p. 79-80).

³¹ Ainda acerca da Guerra Farroupilha: “O primeiro momento se caracteriza pela formação do conflito, encabeçado por homens de destaque no cenário rio-grandense, como grandes

comunidades – mesmo que o excedente da produção agrícola do Vale dos Sinos tenha abastecido Porto Alegre no período farrapo –, bem como a alternância dos governos imperiais e provinciais, as promessas do governo não cumpridas, a falta de uma legislação adequada, fizeram o Brasil perder credibilidade na Alemanha, passando a não ser um local propício para imigração (AZEVEDO, 1975, p. 24).

Por essa razão, em 1830 ocorreu a suspensão das imigrações alemãs, vindo a serem restabelecidas somente em 1846, com uma predileção para a expansão imigratória para os vales do Taquari e Rio Pardo. Nesta etapa, há o surgimento do comerciante alemão, uma figura nova, pois a existente anteriormente era a do colono alemão (KUHN, 2004, p. 91).

Como forma de fomentar o desenvolvimento do Litoral Norte, em 1826 fundaram-se duas colônias alemãs, uma em Três Forquilhas e outra em São Pedro das Torres, próximo a Torres. As colônias eram compostas por 90 famílias, sendo as 37 católicas enviadas para São Pedro e as 53 protestantes para Três Forquilhas. Mulhall afirma que a “posição escolhida para esses estabelecimentos foi longínqua e inapropriada”. Tanto é verdade que 17 famílias deixaram Três Forquilhas e foram para São Leopoldo (MULHALL, 2012, p. 95).

Cabe notar que a colonização alemã no Litoral Norte não teve a mesma ascensão da colonização em São Leopoldo e região, isso porque no litoral os colonos permaneceram praticamente isolados, ficando “sem qualquer comunicação até 1849” (MULHALL, 2012, p. 95). Em São Leopoldo, o excedente da produção alemã servia para abastecer Porto Alegre, já no Litoral Norte não havia possibilidade de escoamento da produção, o que impossibilitou o desenvolvimento das colônias. Tal pensamento é endossado por Marcos Antônio Witt, que atribui ao Rio dos Sinos a rota utilizada para o desenvolvimento da colônia alemã:

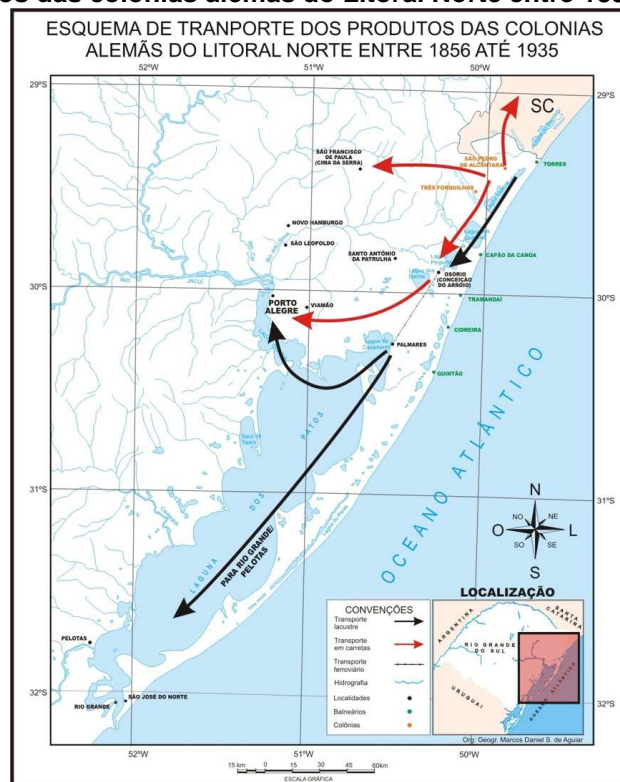
estancieiros, charqueadores, comerciantes e representantes da cúpula militar. Primeiramente, buscou-se uma negociação com o governo brasileiro. Com a perpetuação da política centralista da regência imperial, a revolta culminou com a proclamação da República Rio-Grandense. De início, muitos dos líderes farroupilhas não eram nem republicanos nem separatistas, mas a impossibilidade de negociação com a governança regencial acabou por conduzir ao desfecho de uma República.” (DORNELLES, 2010, p. 169).

³² Piccolo apresenta que o movimento farroupilha teve três grandes fases, quais sejam: 1ª - de setembro de 1835 a setembro de 1836, da deposição de Fernando Braga à proclamação da República Rio-Grandense; 2ª - de setembro de 1836 a maio de 1840, da proclamação à maioria de Dom Pedro II; 3ª - da maioria à pacificação do Rio Grande do Sul. (PICCOLO, 1986/1987, p. 43).

As primeiras descrições da Colônia de São Leopoldo já identificavam o rio dos Sinos como um elemento da natureza indispensável para o progresso do núcleo de imigrantes alemães recém-formado. Desde logo, ficou visível que proprietários de lanchões e de outros tipos de embarcações controlariam o transporte através dos rios, sobretudo aqueles que estivessem ligados às causas de comércio, tanto da Colônia quando da capital da província (WITT, 2008, 217).

Ademais, São Leopoldo recebeu o primeiro trecho ferroviário do Estado do Rio Grande do Sul, em 1874, o que permitia o envio de produtos para Porto Alegre, e em 1876, possibilitou o transporte de passageiros, o que determinou um diferencial à região, haja vista o encurtamento de distância. Roche (2012, p. 151) definiu as colônias alemãs no Litoral Norte: “É de longe a mais pobre das áreas teuto-brasileiras”.

Figura 1 - Esquema de deslocamento dos produtos das colônias alemãs do Litoral Norte entre 1856 e 1935



Percebe-se, portanto, a diferença no escoamento da produção dos alemães sediados no litoral norte dos sediados no Vale dos Sinos. Enquanto os do litoral norte dependiam da locomoção por carretas, no Vale dos Sinos o escoamento da produção era por ferrovia. A situação do escoamento da produção litorânea se altera quando da fundação da via férrea.

A atividade agrícola da porção setentrional do litoral gaúcho usava como principal meio de transporte os barcos e as carretas tracionadas por bois e cavalos. Desde a segunda metade do século XIX, quando as colônias alemãs atingiram razoável produção (1856), boa parte desta (o excedente) se dirigia aos mercados de fora da região. Essa produção, que encontrava sérias dificuldades para o seu escoamento como já afirmado, no início do século XX (1922) com a construção de ferrovia entre Palmares e Osório, obtém novo fôlego ao esquema de transporte da produção colonial aos centros consumidores (AGUIAR, 2006, p. 64)

Outro caso de colonização malsucedida no Litoral Norte foi a polonesa, que formaria a Colônia Marquês do Herval, onde hoje é Barra do Ouro. Em 1890, 948 imigrantes chegaram ao Litoral Norte, entretanto, quase a totalidade deixou a região no primeiro ano, acabando por não se formar um núcleo de colonização no local. (SILVA, 2014).

No final do século XIX, uma nova fase se instala, a da industrialização. Aqui, os alemães comerciantes – com as reservas de capitais – passam a investir em outras frentes, como em “cervejarias, fábricas de calçados, olarias, curtumes e na construção naval” formando “dinastias familiares de origem germânica”, tomando notoriedade famílias como Ritter, Renner, Mentz, Dreher, Sperb, Vontobel e Gerdau (KUHN, 2004, p. 92).

O crescimento industrial do estado está vinculado com as pretensões do Partido Republicano Rio-Grandense, o qual estabeleceu na Reforma Tributária de 1902 o imposto territorial e a abolição e redução geral dos impostos de exportação.³³³⁴

Paiva (2004, p. 38), observa:

³³ Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, no jornal A Federação: “Se estamos realmente convencidos da necessidade de amparar nossas indústrias, não vejo outra medida protetora possa ser adotada com mais eficácia de que a supressão gradual e rápida das taxas de exportação. A reforma tributária de 1902, tendo por base a instituição do imposto territorial, favoreceu o comércio e as indústrias pela abolição parcial e redução geral dos impostos de exportação. Coincidiu, felizmente, este fato com a sábia política aduaneira que orienta a União, cujas tarifas exercem preponderante influência na vida econômica.

³⁴ “A esse respeito, muitos produtos — na maioria dos casos produtos artesanais, embora incluindo também algumas mercadorias de origem industrial — não só tiveram suas alíquotas do Imposto de Exportações reduzidas, mas, também, depois de algum tempo, tomaram-se isentos. É o caso das exportações de arreamentos, de artefatos de ferro, de chapéus, de calçados, de chocolates e caramelos, de licores, de móveis de madeira e de ferro, de obras de couro, de perfumarias e de vinhos. Já as cervejas tiveram suas alíquotas reduzidas de 4 para 2 %. Tudo isso, de 1902 a 1914. A têxtil, o mais complexo ramo industrial gaúcho do início do século, teve a alíquota de seus produtos reduzida de 4 para 3% em 1904 e ficou isenta em 1923... destacam-se os estabelecidos pelas Leis nº 201 e nº 215, de 1916. A primeira concedia aos frigoríficos que se instalassem no Rio Grande do Sul a isenção dos impostos sobre as exportações que os mesmos efetivassem durante um período de 30 anos. Já a segunda, com a intenção de viabilizar a implantação de frigoríficos com capital de origem nacional, oferecia a esses capitais, através de pagamentos de juros, a garantia de rendimento de 6% sobre o capital aplicado.” (ALMEIDA, 1992, p. 10).

É digno de nota que o imposto territorial deveria substituir dois impostos: o incidente sobre a exportação e sobre transmissão de propriedade. Eram mantidos os impostos sobre herança e legados (estadual), sobre propriedade urbana (municipal) e sobre importações do estrangeiro... Pergunta-se, então: qual o sentido da eleição daqueles dois impostos...?... Porque ela é a base de toda uma política econômica de estímulo ao desenvolvimento mercantil e interno. O imposto territorial desestimula, tanto a preservação de terras ociosas para fins especulativos, quanto a autarquia do latifúndio e da economia camponesa.

Tais medidas acabam por acentuar conflitos regionais no Rio Grande do Sul, principalmente entre o norte – com matriz produtiva diversificada – e o sul – pautado nos latifúndios e na indústria do charque (PAIVA, 2004, p. 40). O governo, por meio de sua política fiscal, acaba por incentivar a diversidade, o que se coaduna com a filosofia positivista. Todavia, o positivismo vinculou-se a uma certa interferência na economia governamental “não comum aos moldes do liberalismo clássico, que entendia o Estado como apenas administrador de alguns serviços sociais, como justiça e segurança” (FONSECA, 1983, p. 93). Nesse contexto, o governo estadual encampou a barra e o porto de Rio Grande, em 1919, e a Viação Férrea, em 1920, (FONSECA, 1983, p. 96) demonstrando, pois, uma pretensão de participação efusiva do Estado em pontos estratégicos da economia, principalmente pelo fato de que o PRR, em sua grande maioria, entendia que o Rio Grande do Sul possuía problemas de distribuição da produção, mesmo com o aquecimento da economia regional.³⁵

A partir da década de 30, as conjunturas econômicas do Rio Grande do Sul se alteram, muito impulsionadas pelo contexto nacional. Nas palavras de Müller (1993, p. 354):

O período da história brasileira, que vai da Revolução de 1930 ao movimento armado que culmina com o golpe de Estado de 1964, pode ser visto como o tempo no qual se extingue o processo de articulação de várias economias regionais, que compunham a economia nacional, e se cria a economia brasileira integrada e regionalmente localizada. Ou seja, os mercados regionais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul se fusionam, perdendo suas características próprias de expansão das forças de produção, dando lugar a uma economia industrial integrada e, preferencialmente, localizada no centro-Sul do país.

³⁵ “Esta expansão da produção, com aumento do volume das exportações rio-grandenses, trouxe para dentro do âmbito político-governamental o antigo problema dos transportes. E o grupo no poder – Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) –, dentro da perspectiva de intervir em setores onde a iniciativa privada se mostrava incapaz, chamou a si a solução deste problema. O governo encampou os serviços das obras da barra e do porto de Rio Grande (1919), e a Viação Férrea (1920).” (ANTONACCI, 1993, p. 232).

Destaca-se que esse movimento decorre da criação e da expansão da hegemonia do capital industrial do centro do país, isto é, poucas empresas – Müller (1993, p. 354) define como um movimento de oligopólio – dominavam a industrialização brasileira, o que redefiniu a forma de articulação entre as regiões, uma vez que a economia brasileira passou a girar em torno da produção industrial.

No âmbito estadual, nos anos finais da década de 30, o estado foi atingido por uma crise na lavoura de arroz, acentuando o problema do êxodo rural, em que colonos partiram para Santa Catarina e para a Argentina a fim de trabalharem na colheita de arroz do país vizinho. Além das crises temporais, pequenos agricultores iniciavam um processo de reivindicação do policiamento rural (KONRAD, 2008, p. 136).

Ao passo em que há um êxodo rural, a população urbana cresce no Rio Grande do Sul mais do que a população total do estado. Dos anos 20 aos anos 40, a população urbana cresceu 3% ao ano e 3,2% na década de 50. Já a população total cresceu 2,1% e 2,3% respectivamente (SCHMIDT; HERRLEIN JR., 2001, p. 6).

Schmidt e Herrlein Jr. (2001, p. 7), analisa que, associada à manutenção do papel de exportador agropecuário e agroindustrial para o mercado interno brasileiro, o crescimento populacional urbano no RS demandou uma “certa estabilidade” ao longo da primeira metade do século XX.

Todavia, esse aumento da população urbana não determinou uma alteração na matriz econômica do Rio Grande do Sul, uma vez que até os anos 60 o estado permanece com “um modelo primário-exportador regional”, pautado em função das exportações primárias ao mercado brasileiro (TARGA *et al*, 1998, p. 230).

3.3 Constituição histórica e urbanização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul, região dividida em quatro ambientes, faixa de dunas entre o mar e as lagoas, a planície entre as lagoas e a encosta, a íngreme encosta e o planalto de araucárias, teve o seu povoamento realizado por açorianos, alemães e italianos, mas diferentemente de outras regiões, não há presença jesuíta, nem mesmo bandeirante, haja vista o número de índios não ser expressivo (SCHMITZ, 2012).

Registros apontam que em 1719 as primeiras expedições de Laguna a Rio Grande começaram a passar pelo Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Alegando a abertura de caminhos de tráfego, Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor de Laguna, postula a concessão de sesmaria das terras de Tramandaí a Rio Grande, o que não foi deferido (BARCELLOS, 2004).

A movimentação na região torna-se mais intensa a partir de 1725, quando ocorre a condução de gado da região do Prata para São Paulo. Como a distância era muito extensa, campos de pastagem foram criados no caminho, sendo que o Litoral Norte também contemplava esses entrepostos (SOARES, 2002).

A primeira partição de terra no Litoral Norte, e por consequente no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu em 1732, com a concessão de terras a título de sesmaria para os Capitães Manoel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro, ambos moradores da Vila de Laguna, dos Campos de Tremandy – Tramandaí (SOARES, 2002).

Os Campos de Tremandy eram a extensão de terras que compreendiam a área desde Itapeva até o Rio Capivari, divisa do atual Município de Viamão (AGUIAR, 2007, p. 61). O início do povoamento do litoral deu-se a partir da fundação da Capela Grande de Viamão, em 1741, o que possibilitou a realização de cerimônias religiosas e passou a ser o embrião da constituição de uma vila, cujo reconhecimento deu-se em 1747, com o reconhecimento do Campos de Viamão, desmembrando o território de Laguna.³⁶ Com isso, o governo estabelece a fiscalização dos rios Tramandaí e Mampituba, com a cobrança de taxas para a travessia.

Conforme dados do Arquivo Histórico do Município de Osório, em 12 de abril de 1742, Domingos Gonçalves dos Anjos construiu uma capela de madeira coberta de palhas e marcou onde seriam as ruas do povoado que deu origem a Conceição do Arroio, hoje Osório. As primeiras ruas foram a Rua da Igreja, Santo Ângelo, 12 de Abril, São João e Conceição.³⁷

³⁶ “A fixação de colonizadores de origem lusitana nos Campos de Viamão é anterior à própria fundação da vila de Rio Grande, sendo que os primeiros pedidos de sesmarias na região datam de 1732, enquanto o estabelecimento da vila foi somente cinco anos mais tarde. Com o passar dos anos, mais do que povoados por gado, os Campos de Viamão foram povoados por famílias. Em 1747 é criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, possibilitando aos habitantes das estâncias casarem e batizarem seus filhos sem precisar se deslocar até Laguna.” (BLANCO, 2011, p. 1).

³⁷ Arquivo histórico. Slide.

A partir de 1752, o litoral gaúcho seria impulsionado, do ponto de vista econômico e social, pelas atividades agrícolas dos imigrantes açorianos, os quais receberam a promessa do governo de cessão de 270 hectares, mais instrumentos agrícolas, animais e sementes, cujo objetivo era constituir um povoamento capaz de inibir a presença de invasores. A cultura do trigo foi a “escolhida pelo governo para a produção por parte desses colonos, aumentando àquela destinada à subsistência das populações do então *Continente de São Pedro*” (AGUIAR, 2007, p. 62).

Com o tráfego de pessoas entre Viamão e Laguna, conforme Aguiar (2007), surgem povoados em meio ao trajeto, os quais passam a se caracterizar como freguesias – categoria inferior à de vila, semelhante aos distritos, hodiernamente –, cita-se Conceição do Arroio (atualmente Município de Osório) e Santo Antônio da Patrulha. Mais ao Sul, entre Viamão e Rio Grande, surgiram, nas extensas faixas de areia junto ao oceano, os núcleos de São Luiz Gonzaga de Mostardas, hoje Município de Mostardas, Conceição do Estreito, Estância Real do Bojuru e o Povo do Norte, respectivamente, distrito de Estreito, distrito de Bujuru, ambos distritos de São José do Norte, e o próprio Município de São José do Norte (AGUIAR, 2007, p. 63).

Em que pese ocorra o surgimento de Santo Antônio da Patrulha e posteriormente Conceição do Arroio, toda a navegação e relação comerciais de maior expressão eram realizadas por navegação interna, pelo Rio Jacuí, Lago Guaíba e Lagoa dos Patos, os quais uniam as cidades de Rio Pardo, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Desse modo, o litoral da orla oceânica estava praticamente excluído das rotas da economia regional (AGUIAR, 2007, p. 64).

Quadro 1 – População absoluta das localidades do Rio Grande de São Pedro em 1780.

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	LOCALIDADE	POPULAÇÃO
N. S. Madre de Deus de Porto Alegre	1.512	N. S. dos Anjos da Aldeia	2.355
VILA de São Pedro do Rio Grande	2.421	N. S. de Oliveira da Vacaria	571
N. S. Conceição do Estreito	1.254	Bom Jesus do Triunfo	1.277
S. Luiz Gonzaga de Mostardas	591	S. José de Taquari	689
N. S. da Conceição de Viamão	1.891	Santo Amaro	720
Santo Antônio da Guarda Velha	1.189	N. S. do Rosário de Rio Pardo	2.374
N. S. da Conceição do Arroio	417	S. Nicolau da Cachoeira	662
		TOTAL	17.923

Fonte: (AGUIAR, 2007, p. 64).

Giza-se que a economia gaúcha, no início do século XIX, estava impulsionada pela franca ascensão do charque³⁸, o que determinou o êxodo populacional do Litoral Norte para o Sul do Estado. Conforme Aguiar:

Dessa maneira, o sul passa a ser o espaço econômico do Rio Grande do Sul por excelência. Outro fator que atraía a população para essa nova região e para essa atividade era a dominação portuguesa por ocasião da criação da Província Cisplatina (1822-1825) – atual República Oriental do Uruguai, na qual havia disponibilidade de terras e de rebanhos. O litoral do Rio Grande do Sul em sua porção setentrional torna-se periférico, social, política e economicamente. (AGUIAR, 2007, p. 66)

No litoral setentrional, conforme os relatos de Auguste de Saint-Hilaire, que realizou visitação ao Rio Grande do Sul em 1820, a “mandioca é ainda a planta mais cultivada nas cercanias. O mesmo ocorre com o trigo... Na serra onde o solo é argiloso e os ventos menos violentos, podem-se plantar bananeira e cana-de-açúcar” (SAINT-HILAIRE, 2012, p. 44). Desse modo, verifica-se a diferenciação nas atividades econômicas empreendidas entre norte e sul, e a razão pela qual o sul passa a ser uma região economicamente mais interessante, tanto que as dificuldades avistadas pelos colonos provenientes dos Açores na “agricultura, as facilidades proporcionadas pela criação, o rápido enriquecimento dos

³⁸ Segundo Kuhn, pode-se definir, quanto à pecuária, que há fases bem específicas de sua exploração. Ela inicia, em Pelotas, com o processo de exportação do couro e do sebo, principalmente para a região sudeste do país. Até meados de 1730, perdura essa fase, em que o estado se integra efetivamente aos trâmites econômicos nacionais, ao passo em que o gado, de tração e de corte, passa a ser valorizado e remetido para Minas Gerais.³⁸ Neste mesmo período, começam as concessões de sesmarias, as quais são direcionadas aos chefes tropeiros e para os militares. Diante do fato de que o estado se torna eminentemente rural e com uma economia subsidiária – dependente do centro do país –, além de ser território de fronteira, surge o estado militarizado. A segunda fase está vinculada ao charque, cuja produção começa com um viés comercial na segunda metade do século XVIII, abastecendo o centro e o nordeste do país e com um vertiginoso crescimento entre os anos de 1780 a 1820. Entre os anos de 1790 a 1815, a produção pecuária (charque, couro, venda de cavalos, mulas e bovinos) correspondia a 70% das exportações, contra 30% de produção de trigo e queijo. (KUHN, 2004, p. 67). Conforme Pesavento, o apogeu do charque decorreu da facilidade da mão-de-obra (escrava), a concessão de terras gratuitas provenientes da sesmaria – o que diminuía os custos – e principalmente pelas questões de concorrência. Esse momento de crescimento da pecuária foi concomitante ao período de crise na Banda Oriental, especialmente com a guerra contra Oribe-Rosas. Durante o conflito, um elevado número de gado uruguaio foi contrabandeado para terras sulinas, fato também que diminuía significativamente o custo do negócio. O declínio do charque platino em relação ao gaúcho se estendeu até o término do conflito com o Brasil, com o Tratado de 1851 que estabelecia a entrada do gado uruguaio sem qualquer imposto no território nacional. Já o charque platino, por sua vez, era exportado com elevada carga de imposto, o que onerava a compra do produto. Desse modo, “beneficiavam-se as charqueadas sulinas, com a possibilidade de obtenção de matéria-prima a baixo preço, tendo por outro lado dificultada a entrada do concorrente no mercado interno”. (PESAVENTO, 1984, p. 41).

charqueadores, arrastam os filhos dos colonos para as campinas do sul” (AGUIAR, 2007, p. 63-64).

Como é cediço, o litoral norte compunha a região denominada de Campos de Viamão, a qual sofreu não somente com o desenvolvimento econômico do sul, mas também pelo surgimento de Porto Alegre:

Viamão está encravada numa coxilha donde se descortina vasta extensão de campos levemente ondulados, no meio dos quais se levantam tufos de bosque. Embora desfrute agradável situação, foi ela quase abandonada depois da fundação de Porto Alegre, que está melhor posicionada para o comércio (SAINT-HILAIRE, 2012, p. 52).

A situação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, portanto, era das mais complexas, considerando estar dissociada das rotas de produção no Estado do Rio Grande do Sul.

Desse modo, é possível definir que o Litoral Norte do Rio Grande do Sul passou por quatro grandes fases. A primeira até 1900, em que era sede de estâncias e fazendas, cujos elementos naturais utilizados eram os campos, os rios e as lagoas, sendo pequena a população litorânea.

Figura 2 - Osório em 1900.



Fonte: Arquivo Histórico de Osório. (1900)

A segunda fase do litoral – a qual será aprofundada no Capítulo 3 – está pautada pela utilização do mar para fins terapêuticos. Aqui, há o início do

povoamento das áreas mais na costa e a instalação dos primeiros hotéis. Tal fase vai de 1900 até 1940. Soares aponta que “a maioria dos veranistas hospedava-se em hotéis. Com o tempo, começaram a adquirir terrenos no litoral e a construir suas casas de veraneio. Passavam na praia três meses” (SOARES, 2008, p. 37). Desse modo, inicia-se a urbanização do litoral norte tal como há hodiernamente. Começa, desse modo, a terceira fase da urbanização do litoral norte, com a criação dos balneários para fins de segunda residência, que perdura da década de 40 a década de 80.

A última fase de urbanização do litoral é a existente atualmente, com a organização das cidades e a formação de condomínios horizontais e verticais, característicos de municípios como de Tramandaí, Capão da Canoa, Torres e Xangri-lá.

Quadro 2 – Número de estabelecimentos no RS e no Litoral Norte do RS

	Condomínios prediais	Restaurantes e similares	Comércio varejista de vestuário e ace.	Com. Var. De ferragens, madeiras e materiais de const.	Construção de edifícios
Rio Grande do Sul	11359	13630	14223	8303	8188
Litoral Norte	1100	785	633	528	448
Osório	7	79	68	51	30
Capão da Canoa	637	169	144	101	169
Imbé	7	66	11	32	25
Torres	215	131	107	64	52
Tramandaí	107	113	122	63	55
Xangri-lá	110	49	25	40	67

Fonte: IBGE, (2010).

Conforme se verifica nos dados acima, as cinco atividades que possuem mais estabelecimento, ou se referem a serviços ou a condomínios. Isso denota a migração da forma de urbanização do litoral, que passa de casas para prédios.

3.4 Acessos ao Litoral Norte do RS

É de se notar que o acesso ao litoral norte do estado se constituía de forma precária até a década de 1920, quando uma viagem de Porto Alegre a Tramandaí levava cerca de três dias. O trajeto, à época, era realizado com carretas à tração animal. O panorama do litoral começa a alterar em 1921:

Em 1921, o governo do Estado implementa importante projeto no setor de transportes da região, uma conexão intermodal ligando Palmares do Sul a Torres, tornando-se responsável, a partir de então, pela administração do sistema lacustre-ferroviário. Esse sistema intermodal de Serviços de Transporte entre Palmares do Sul e Torres (STPT) constituía-se de ferrovia entre Palmares do Sul e Osório, e de navegação lacustre até Torres, através de canais interligando as lagoas do Marcelino, do Peixoto, da Pinguela, do Palmital, das Malvas, dos Quadros, até a de Itapeva. A administração do serviço de transporte lacustre-ferroviário passou para a iniciativa privada, a partir de 1929, em sendo muito utilizado até a década de 1950, principalmente para o transporte de cargas (STROHAECKER, 2007, p. 73).³⁹

Para a efetivação do transporte lacustre, canais foram abertos como forma de interligar lagoas que não tinham acesso, como a Lagoa do Marcelino e a Lagoa do Peixoto, em Osório, cujas obras iniciaram em 1916.

Figura 3 - Abertura do canal Peixoto e Marcelino no ano de 1916



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Osório (1916).

³⁹ “Em 1913, o governador Borges de Medeiros anunciou o Plano de Viação do Estado indicando, entre outras obras previstas, a importância do porto de Rio Grande e do projeto de um novo porto em Torres para o escoamento dos produtos gaúchos. Getúlio Vargas, sucessor de Borges de Medeiros, retomou o projeto de implantar um porto no município de Torres. No entanto, a conjuntura econômica mundial recessiva e a ascensão de Vargas à presidência do país, em 1930, inviabilizaram esse projeto.” (STROHAECKER, 2007, p. 73).

Figura 4 - Escavação do Canal Marcelino-Peixoto em 1919



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Osório (1919).

A ferrovia tinha primeira estação Conceição do Arroio, hodiernamente Osório, cuja inauguração ocorreu em 15 de novembro de 1921.

Figura 5 - Estação Urbana da Ferrovia Conceição do Arroio/Palmares.



Estação Urbana da Ferrovia Conceição do Arroio/Palmares-Inaugurada em 15/11/1921. Intendente da época Manoel Estevão Fernandes Bastos.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Osório (1921)

Outra forma de transporte foi a utilização dos hidroaviões, os quais passaram a ser utilizados, em pequena escala em virtude do alto custo, após a fundação da VARIG. Soares apresenta que a Revista do Globo, de 1929, há “propaganda de voos de hidroaviões para as praias, especialmente para profissionais liberais que não estivessem em férias” (SOARES, 2008, p. 38).

As rodovias passam a ser o acesso mais facilitado ao litoral norte a partir da inauguração da RS 030, em 1938, que ligava Porto Alegre ao Balneário de Tramandaí (Município de Osório), passando, ainda, por Gravataí.

Duas décadas após à inauguração da RS 030, conclui-se a obra da BR-59, hoje BR 101, e da RS 040, ligando Porto Alegre ao Balneário de Cidreira. Essas alternativas de ingresso ao litoral acabaram por impulsionar a desativação do transporte ferroviário, o qual ligava Palmares a Osório, em 1960, e a navegação lacustre, em 1958 (AGUIAR, 2006, p. 64).

A conjuntura altera de forma significativa com a BR 290, *free-way*, nos termos de Aguiar:

Em período posterior, dando celeridade ao processo desenvolvimentista, no ano de 1973 é finalizada a construção de alternativa rodoviária à ligação de Porto Alegre com Osório, que até então era feita somente através da rodovia estadual RS – 030, já exígua para a demanda apresentada. A nova rodovia foi concebida como autoestrada, sendo a primeira do País nesses moldes, propiciando, pioneiramente, um acesso muito mais rápido e seguro à região litorânea. A *free-way*, como popularmente ficou conhecida, tornou-se caminho obrigatório para o litoral norte, fazendo com que, para se chegar ao balneário mais próximo da capital não se levasse mais do que duas horas de automóvel. Constitui trecho da BR-290, cujo percurso corta o RS no sentido leste-oeste (Osório-Uruguaiana), passando pela Capital e ligando-se com a BR – 101 (AGUIAR, 2006, p. 20).

Desse modo, o litoral norte se conecta de forma ágil e segura à capital gaúcha.

4 O TURISMO COMO MEIO DE OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DO RS

No presente capítulo far-se-á a análise do processo de ocupação, urbanização e crescimento populacional do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

A análise histórica do turismo no Litoral Norte será o primeiro ponto a ser enfrentado, passando para os dados regionais e demográficos, para finalizar com as projeções de crescimento populacionais da região e potencialidades para o turismo permanente.

4.1 O turismo como fator de urbanização e crescimento demográfico da região

Conforme analisado no primeiro capítulo, o turismo pode ser considerado como uma atividade propulsiva do desenvolvimento, pois há a transferência privada de valores, ou seja, pessoas de outras regiões acabam por usufruir dos serviços do território, o que implica em ingresso de recursos primários para a região e, por extensão, de rendas primárias para domiciliados na região, que serão multiplicadas em demandas e rendas reflexas.

Quanto ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul, o turismo desempenhou atividade não somente propulsiva, mas também demográfica, como será analisado alhures⁴⁰. É de se notar que o turismo no Litoral Norte inicia no final do século XIX, quando alguns habitantes de Viamão, Capivari, Águas Claras e Porto Alegre se dirigem a Cidreira e Tramandaí para realizar tratamentos médicos, os quais consistiam em banhos de mar.

Os primeiros grupos a virem ao litoral eram de origem alemã, seja pelo conhecimento e orientações médicas, pois a hidroterapia era prática difundida na Alemanha⁴¹, seja porque o organizador das empreitadas era também alemão, Jorge Francisco Eneas Sperb⁴², o qual fabricava as carroças e, posteriormente, fundou o

⁴⁰ Também se poderia dizer “propulsiva primária” ou “propulsiva de região nova”, nos termos de Douglass North, de uma região em processo de ocupação e, portanto, cuja expansão demográfica é indissociável da identificação e desenvolvimento de uma atividade propulsiva.

⁴¹ Os banhos terapêuticos orientados pelos médicos alemães possuía como fundamentos a técnica de Sebastian Kneipp (1821- 1897), exposta no livro “Meine Wasserkur” de 1886. No final do século XIX, na cidade de Hamburger Berg foi instalado um estabelecimento de saúde que se pautava pela hidroterapia de Kneipp. (CORREA, 2008, p. 6).

⁴² Soares (2000, p. 35). “De Porto Alegre a Tramandaí, as carroças de carga traçadas por bois, levavam oito dias de viagem. Cinco dias antes de Jorge Sperb sair para Tramandaí com sua

Hotel Sperb no litoral, em Cidreira, no ano de 1898 (CORREA, 2010, p. 168).

Figura 6 - Banhistas das duas primeiras décadas do Século XX.



Fonte: Museu Professora Abrilina Hoffmeister, de Tramandaí.

A viagem, por vezes penosa, era realizada por meio de carroças puxadas por bois e levava de Porto Alegre oito dias (SCHOSSLER, 2010, p. 7). Esse tráfego de pessoas deu ensejo ao empreendedorismo local, com o surgimento de estabelecimentos propícios ao recebimento do público. É o caso do Hotel da Saúde, primeiro estabelecimento fundado no Litoral Norte, na praia de Tramandaí, em 1888, (SCHOSSLER, 2010, p. 7) de propriedade de Leonel Pereira Sousa. Sousa criou, ainda, uma peixaria em Tramandaí, a qual, na primeira década do século XX foi considerada por Roquette-Pinto, a principal do setor, tendo uma equipe de trabalho de 15 pescadores (WITT, 2012, p. 276)⁴³

família de São Leopoldo, onde moravam, ia a Porto Alegre para despachar as carroças de bois, de sua propriedade, carregadas de bebida, alimentos e outros artigos que se faziam necessários para a manutenção e funcionamento do Hotel Sperb As carroças de bois carregadas com mantimentos, que saíam cinco dias antes de Porto Alegre, seriam alcançadas pela carroça de cavalos da família de Jorge E. Sperb. Era tudo muito bem calculado. Chegavam mais ou menos juntas.”

⁴³ Acerca de Roquette-Pinto: “Com uma pequena canoa, percorreu as águas de Tramandaí a Torres, descrevendo, em detalhes, a fauna e a flora local. Como cientista enviado pelo Museu Nacional, Roquette-Pinto investigou e coletou material de diversos sambaquis, cuja análise resultou no relatório ora estudado. No que se refere à excursão do cientista pelo LNRS, destacaram-se cinco temas para serem discutidos: as lagoas e os rios, as vilas, os sambaquis, a fauna e a flora, e a pesca (produção de bagre).”

Schossler (2010, p. 107-108), expõe que o desenvolvimento do litoral norte, em termos de iniciais de ocupação, seguiu as alterações das condições de vida dos comerciantes e industriais alemães, isto é, com a intensificação da vida mercantil, “do nervosismo da vida urbana, fazia parte a pretensão de sair do cotidiano eletrizante da cidade. Refúgios começaram a ser cada vez mais necessários.” Desse modo, os principais destinos foram as praias de Cidreira – a mais próxima de Porto Alegre –, Tramandaí e Torres.

Nota-se que além do aspecto medicinal – do qual os alemães tinham ciência – há o socioeconômico, no sentido de que a comunidade alemã de Porto Alegre, em uma parcela, tinha poder aquisitivo para se ausentar da capital e permanecer um período no litoral. No final do século XIX, havia 2.093 alemães na capital, sendo que um estudo realizado, que registrou 1.203, definiu 223 como afortunados, 902 com um nível médio e 77 com condição socioeconômica baixa ou popular (GANS, 2004). Em um período em que não havia férias remuneradas, poucos tinham a possibilidade de se ausentar dos labores e se dirigir ao litoral.

É de se ressaltar que o Litoral Norte não contava com transporte ferroviário, bem como não teve um planejamento de urbanização por meio de balneários comerciais, diferentemente do que ocorreu na parte sul do litoral gaúcho. A saber, Rio Grande teve o primeiro balneário comercial do estado, empreendimento realizado pela Carris Urbanos, que preferiu o Sul em detrimento ao Norte, com o intuito de criar um balneário como o de Pocitos, no Uruguai, o qual possui uma abordagem mais europeia (SCHOSSLER, 2013).

Seguindo na linha dos novos empreendimentos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em 1915 inaugura-se em Torres o Balneário Picoral, o qual contemplava o Hotel Picoral, bem como salões de jogos, salão para bailes, além de local para atividades culturais, saraus, concertos, dentre outras, razão pela qual era o preferido da elite porto-alegrense (RUSCHEL, 2004).

Figura 7 - Hotel Picoral



Fonte: Casa de Cultura de Torres (1935).

Em 1920 surgem mais dois empreendimentos, isso em Capão da Canoa⁴⁴, o Hotel Rio-Grandense e o Hotel Bassani. Em 1928 funda-se, em Cidreira, o Hotel Atlântico (STROHAECKER, 2007). Novos hotéis surgem a partir de 30, além das sociedades de veranistas, as quais passam a representar uma força política na região, ao passo que desempenha um papel de cobrança e fiscalização das atividades públicas. A partir de 1930 há, também, um fomento por parte do poder público no sentido de ser constituírem, principalmente em Tramandaí e Capão da Canoa, colônias de férias. Desse modo, o poder público fazia a doação de lotes para as instituições, as quais construía as colônias.⁴⁵ (STROHAECKER, 2011).

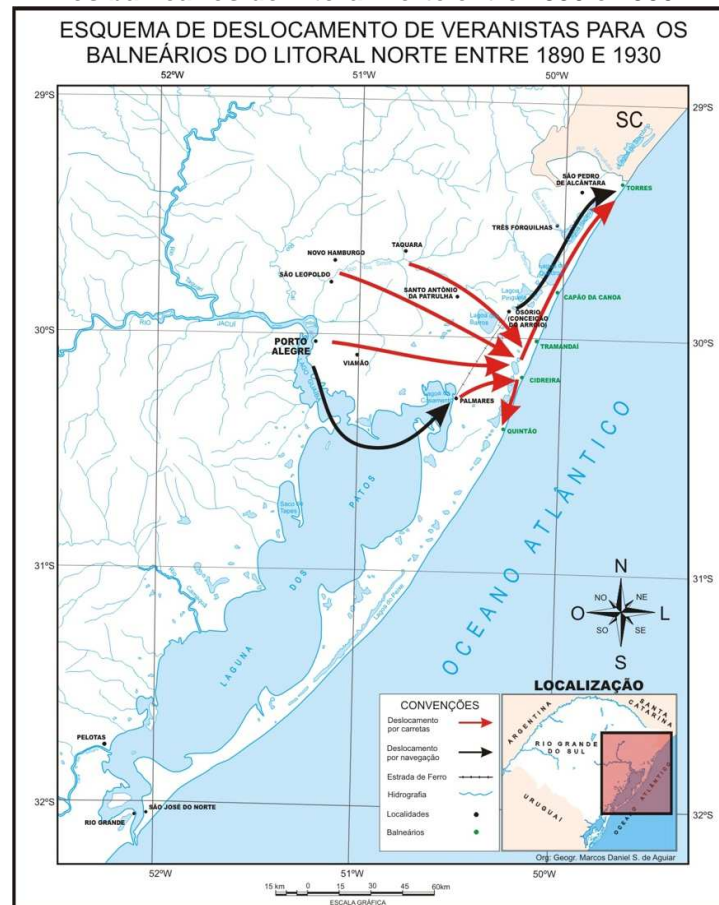
É de se destacar que o acesso ao litoral até 1930 era realizado por diversas formas, incluindo a tríade “barco-trem-carreta”, segundo Aguiar:

⁴⁴ “Observa-se, claramente, que a implantação dos primeiros hotéis em Capão da Canoa coincide com a época em que foi implantado o Serviço de Transporte ligando Palmares a Torres (STPT), a partir de 15 de novembro de 1921. No entanto, foi com a conclusão da rodovia RS-030, ligando Porto Alegre a Tramandaí, em 1938, que houve um incremento da demanda para as atividades de veraneio.” (STROHAECKER, 2007, p. 197).

⁴⁵ Strohaecker (2011, p. 8): “A preocupação com o lazer das camadas médias dos assalariados urbanos, através da implantação de colônias de férias, tinha o objetivo de angariar a simpatia dos trabalhadores e, indiretamente, legitimar os governos de Getúlio Vargas e Cordeiro de Farias. Além disso, a maior afluência de veranistas aos balneários incrementava a economia da região e promovia, gradativamente, o povoamento do litoral. De fato, a pesquisa realizada nos arquivos da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Osório, compreendendo o período de 1930 a 1975, revela a prática da doação de terrenos para sociedades, associações, sindicatos, universidades, entidades assistenciais e igrejas, nos balneários do Litoral Norte, principalmente em Tramandaí e Capão da Canoa, com a finalidade de implantarem colônias de férias para seus associados. A promulgação da Lei nº 858, de 28 de junho de 1963, estabeleceu a proibição da doação de terrenos no município de Osório. No entanto, três meses depois, a prática ainda persistia com a doação de terrenos para a Cúria Metropolitana de Porto Alegre e para a Igreja Assembleia de Deus, através das leis 868 e 869, respectivamente.”

O conjunto “barco-trem-carreta” também passou a ser usado pelos veranistas da época, pois até então uma viagem de Porto Alegre a Cidreira, em carretas, durava de cinco a oito dias! Nos dois esquemas apresentados abaixo, podemos compreender melhor como eram realizados o transporte de pessoas e de produtos. Esse conjunto dos meios de transporte, lacustre, ferroviário e terrestre empresta uma nova dinâmica à economia da região (AGUIAR, 2006, p. 13).

Figura 8 - Esquema de deslocamento de veranistas para os balneários do Litoral Norte entre 1890 e 1930



Fonte: Aguiar (2006, p. 14).

Desse modo, verifica-se que a maioria do território do litoral norte, até a década de 30, era tráfegada por meio de carretas, sem descartar, evidentemente, as demais formas, ferroviária e hidroviária.

No mês de janeiro do ano de 1939, com a visita do diretor de higiene José Bonifácio Paranhos da Costa foi estabelecida a obrigatoriedade da realização da instalação do serviço de esgoto em todas as construções consideradas habitáveis. Ainda, na visita, o diretor elaborou um relatório ao Coronel Cordeiro de Faria, no qual apontava a situação das praias do litoral norte, bem como as obras imprescindíveis. Propôs, ainda, o estabelecimento de um balneário padrão, capaz de valorizar a região e melhorar as condições de higiene e conforto dos veranistas

(SCHOSSLER, 2010, p. 176).

A partir de 1940, diante da melhora de locomoção ao litoral norte⁴⁶, “os balneários, que foram criados numa necessidade terapêutica, passaram a encher durante os finais de semana. A melhoria das estradas e dos transportes aproximou os veranistas da orla marítima” (SCHOSSLER, 2010, p. 176).

Nos anos 1940 e 1950, o litoral inicia um importante processo para a urbanização da sua costa marítima, que consiste no loteamento de antigas fazendas, com o parcelamento do solo e criação de loteamentos para fins de segunda residência. Cita-se, *v.g.*, a fazenda de Jorge José Mury, grande proprietário fundiário na região, que vende para a incorporadora Sociedade Territorial Praia de Imbé Ltda., parte de suas terras onde começou a ser implantado um loteamento em 1941, o qual deu origem ao Município de Imbé (SOARES, 2000, p. 60).

Figura 9 - Balneário de Imbé, 1950, com traçado viário radioconcêntrico, inspirado nas cidades-jardins inglesas.



Fonte: Museu Municipal Professora Abrilina Hoffmeister (1950).

Nos primeiros anos da década de 50, “o empresário Antonio Casaccia implementa o balneário de Atlântida, nas terras da antiga fazenda de Pedro Higinio da Silveira – o Pedro Nunes, atual município de Xangri-lá.” O projeto urbanístico foi inovador ao propor um plano diretor específico, norteando o seu crescimento. O

⁴⁶ Como já referido no capítulo anterior, em 1920, há o início da construção da estrada Porto Alegre-Osório, RS-030, chegando ao Balneário de Tramandaí, inaugurada em 1938, vinculando na rota os Municípios de Gravataí (Aldeia dos Anjos) e Santo Antônio da Patrulha. Duas décadas após, conclui-se a BR-59, atualmente BR- 101, ligando Osório a Torres, e a rodovia RS-040, de Porto Alegre ao balneário de Cidreira. (STROHAECKER, 2007, p. 73).

Balneário de Atlântida foi projetado com o objetivo de atender a um mercado de pessoas de alta renda e, portanto, contemplava investimentos por parte do loteador, o que se constituía como um diferencial dos demais empreendimentos da época, contendo praça central, redes de água e de esgotos, bem como tratamento de efluentes (STROHAECKER, 2007, p. 75).

Na mesma década, os sócios José Agostinelli e Ramiro Correa, proprietários da Empresa Territorial Capão da Canoa Ltda., empreenderam outro loteamento na região, localizado nas adjacências do balneário de Atlântida, e destinado a uma população de renda média que buscava uma segunda residência litoral norte (STROHAECKER, 2007).

Em 1952, em Torres, foi lançado um loteamento pela Companhia Predial e Agrícola, de Porto Alegre, na localidade hoje conhecida como Praia Grande. Esse loteamento objetivava o atendimento de pessoas da região metropolitana de alta renda. Nas décadas posteriores, surgiram outros loteamentos, porém, sem grandes investimentos e destinados para uma faixa de renda com menor poder aquisitivo, dando origem a distritos como Santa Terezinha, Mariluz, Arroio do Sal, Arroio Teixeira e Curumim (STROHAECKER, 2007).

Diante desse levantamento das ações de urbanização, é pertinente apresentar o levantamento abaixo, com as fases de urbanização e os elementos sociais e naturais propulsivos ao desenvolvimento.

Quadro 03 - Fases de desenvolvimento da urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1732-2006)

Fases	Funções	Elementos-síntese da sociedade	Elementos-síntese da natureza
1732 -1900	Sedes de estâncias e fazendas	Fazendas	Campos, lagoas e rios
1900-1940	Balneários para fins terapêuticos	Hotéis	Mar
1940-1980	Balneários para fins de segunda residência	Chalés de madeira Casas de alvenaria	Mar e praia
1980-2006	Cidades	Condomínios verticais e horizontais	Mar, praia e lagoas.

Fonte: Strohaecker e Toldo Jr., (2007, p. 02).

Conforme se depreende do levantamento acima, o elemento “mar” aparece desde 1900 como recurso natural primordial ao processo de urbanização do litoral norte, o que, desde já, denota a vocação turística da região.

Interessante observar a função envolta ao processo de urbanização, isto é, a

partir de 1900 os balneários do litoral norte eram caracterizados como balneários para fins terapêuticos. A partir de 1940, a definição é de balneários para fins de segunda residência, em especial – como vimos – Imbé, Atlântida (Xangri-lá), parte de Capão da Canoa e parte de Torres, além de Tramandaí.

Desse modo, o turismo de sol e mar é o fator determinante para a urbanização do litoral norte do Rio Grande do Sul. Somado ao fato de que o litoral ainda possui municípios caracterizados como de segunda residência, o turismo permanente é um dos pontos a serem incentivados pelos gestores públicos. Por outro lado, o turismo permanente, voltado à ocupação das segundas residências, sofre com a concorrência de locais como o litoral de Santa Catarina, o qual vem atraindo um número elevado de pessoas.

4.2 Definição do território do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul para o presente estudo

Não é possível definir o litoral como sendo tão-somente os municípios da costa marítima, uma vez que todos eles derivaram das emancipações do município-mãe, Osório, o qual se emancipou de Santo Antônio da Patrulha em 1857.

Pautando-se em um recorte realizado pelo Programa de Gerenciamento Costeiro – GERCO, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul tem suas confrontações ao sul até o limite do município de Balneário Pinhal, ao norte estender-se até o rio Mampituba, a leste pelo oceano e a oeste até os limites de São Francisco de Paula (FEPAM, 2000). A definição da região do Litoral Norte do RS, *in casu*, está pautada mais pelas questões ambientais e geográficas, assim, concebe-se o Litoral Norte como sendo o localizado na Planície Costeira e na Encosta da Serra e seus vales, “que recebem influência marítima e que interferem na planície através de sua drenagem” (FEPAM, 2000, p. 4).

Definição do Litoral Norte do Rio Grande do Sul pelo Programa de Gerenciamento Costeiro⁴⁷

⁴⁷ Essa forma de definição do Litoral Norte acaba por englobar uma superfície de 3.700 km², 120 km da costa litorânea, bem como os municípios de Torres, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Arroio do Sal, Três Forquilhas, Itati, Terra de Areia, Maquiné, Capão da Canoa, Xangri-Lá, Osório, Imbé, Tramandaí, Cidreira, Santo Antônio da Patrulha, Balneário Pinhal, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba e São Francisco de Paula. Fundação FEPAM. http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_norte.asp (FEPAM, 2002)

Figura 10 - Limites do Programa de Gerenciamento Costeiro - GERCO



Fonte: FEPAM, (2000).

Esta divisão ambiental-territorial não contempla, por exemplo, municípios como Capivari do Sul, Palmares do Sul e Caraa. Os dois primeiros são municípios emancipados de Osório, já Caraa é limítrofe a Osório, portanto, deveras complexo a adoção desse recorte.

Ademais, está definido como pertencente à região do litoral norte do RS parte do município de São Francisco de Paula, o qual não possui relevante relação com os municípios da faixa litorânea.⁴⁸

Desse modo, há de se rechaçar a definição realizada pela FEPAM. Outra possibilidade é a definição da região pelos COREDE's – Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Essa forma de organização, em que pese não expressa na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, encontra respaldo no art. 167⁴⁹.

⁴⁸ Aliás, as relações de São Francisco de Paula, primordialmente, são com a região das hortênsias e a serrana, compondo o Corede das Hortênsias, juntamente com Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis e Picada Café.

⁴⁹ Art. 167. A definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do Governo do Estado e da sociedade civil, através dos trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, dentre outros, todos eleitos em suas entidades representativas. § 1.º As diretrizes previstas neste artigo serão implementadas mediante o plano estadual de desenvolvimento, que será encaminhado pelo

Os COREDE's foram criados pela Lei nº 10.283/1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764/1994, e possuem como objetivos “a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região”⁵⁰.

Büttenbender *et al* (2011, p. 22), entendem que os COREDE's possuem relevante papel para as regiões do Rio Grande do Sul, mas que se trata de um processo de amadurecimento, haja vista, em determinados locais, o conselho servir, somente, para o ajuste e organização das Consultas Populares, diferentemente do propósito para o qual foram criados, cuja meta é a organização e o debate em torno do desenvolvimento regional.

Está consolidada no RS a ideia de que o COREDE é um grande fomentador da participação social, mas que para a consolidação dos conselhos há dependência do interesse da comunidade e das instituições civis, sendo um processo contínuo e de médio e longo prazos (ÁVILA *et al*, 2013, p. 130). Todavia, a crítica quanto aos COREDE's é constantemente lançada, seja pelas dificuldades de os conselhos elaborarem um projeto de desenvolvimento regional, que possa ser aplicado, acompanhado e efetivado, seja pela dificuldade de representatividade, a qual busque, primordialmente, o bem comum regional.⁵¹

Indubitavelmente, os COREDE's estão vinculados às questões regionais, mas esse é outro ponto controverso. Não raro os agentes municipais debatem em qual COREDE irão se vincular. Essa situação é existente no próprio Litoral Norte do Rio Grande do Sul.⁵²

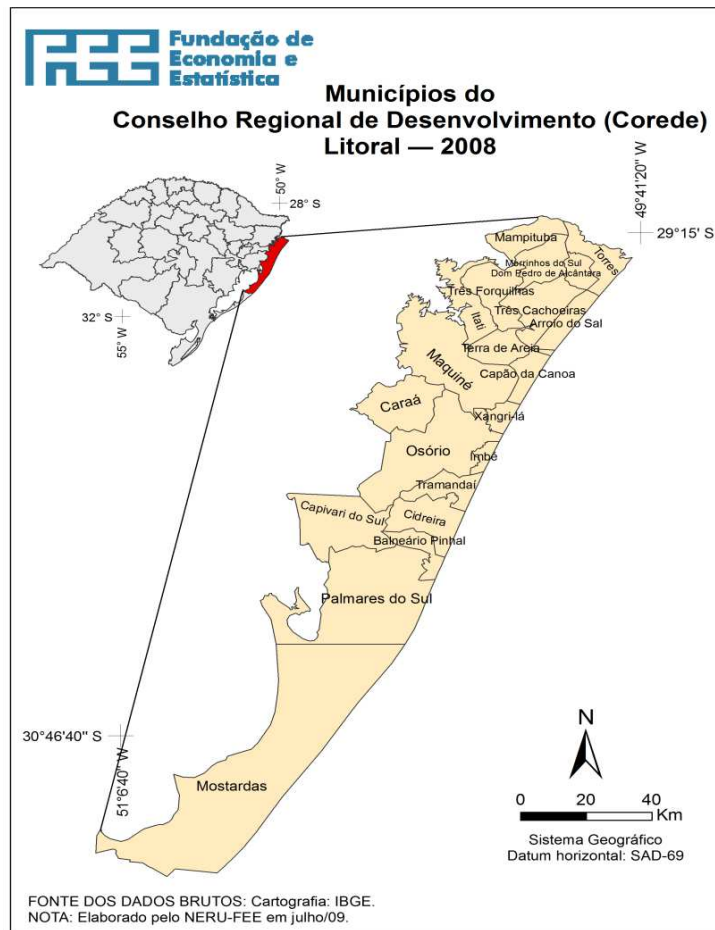
Governador à Assembleia Legislativa juntamente com o plano plurianual, observando-se os mesmos prazos de aprovação. § 2.º O plano estadual de desenvolvimento respeitará as peculiaridades locais e indicará as fontes dos recursos necessários a sua execução.

⁵⁰ Os conselhos visam, ainda, a melhoria da qualidade de vida, a distribuição equitativa das riquezas, o estímulo do cidadão em sua região e a preservação do meio ambiente. Art. 2º da Lei 10.283/1994

⁵¹ Veiga expõe, portanto, uma relação voltada ao comodismo e, até mesmo, de desvirtuação dos propósitos dos COREDE's, os quais não se ativeram ao desenvolvimento regional como um todo, mas, sim, desvirtuaram-se para a busca de recursos para atividades isoladas, isto é, o autor apresenta a ideia de que os recursos aportados pelo governo do estado possam ter gerado a dependência e o paternalismo estatal. (VEIGA. 2006, p. 24).

⁵² O Decreto nº 35.764/1994 estabeleceu que o COREDE Litoral teria como partícipes os Municípios de Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. Atualmente, a constituição do COREDE Litoral é a seguinte: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. Verifica-se a mudança do COREDE Litoral desde a sua formação, principalmente com a saída do Município de Santo

Figura 11 - Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Litoral em 2008



Fonte: FEE, (2008).

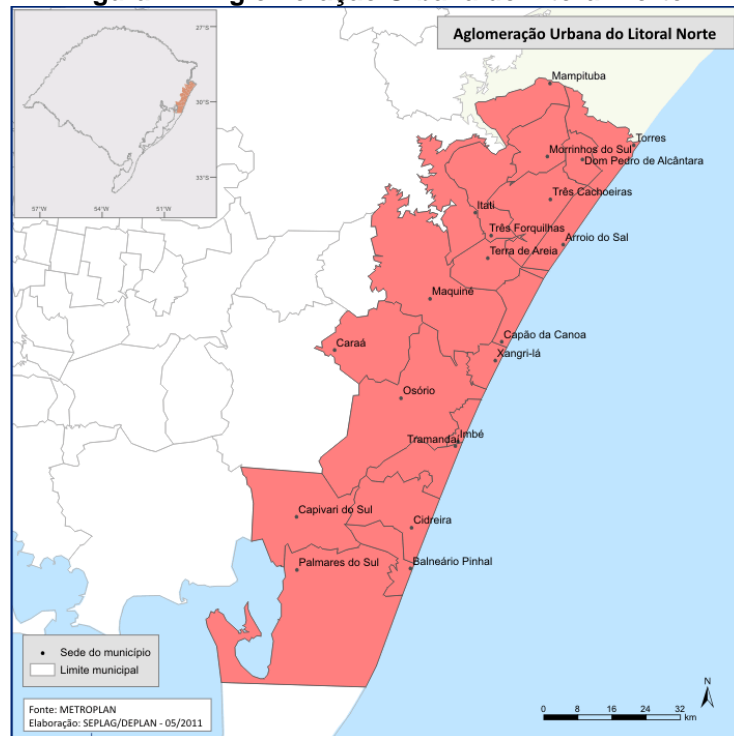
Há de se ressaltar que a distribuição por COREDE's, por mais que seja relevante, não atende às dinâmicas econômicas da região. Se pensada a região "Litoral Norte" como a região que – como visto na primeira seção acima – foi economicamente e demograficamente ocupada pelo turismo – Mostardas e Palmares do Sul não fazem parte deste Litoral Norte. Nem mesmo se expandido este significado para "o conjunto de municípios que, hoje, articulam um arranjo produtivo turístico" (ainda que desorganizado, carente de governança, planejamento e apoio público). Neste arranjo regional há espaço, sem dúvida, para Santo Antônio da Patrulha e sua produção artesanal de alimentos e grande apelo de turismo rural e de turismo histórico. Mas não há espaço para integração com Mostardas.

Outra forma de determinação regional, além da ambiental (FEPAM) e participativa (COREDE), é a legal. A Lei Complementar Estadual nº 12.100/2004

Antônio da Patrulha, o qual preferiu aderir ao COREDE Metropolitano, uma vez que a região metropolitana possui maior participação nos valores a serem divididos pelos COREDE's.

estabelece a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, cujo objetivo é estabelecimento de questões estratégica a serem gestadas em comum entre os municípios.^{53,54}

Figura 12 - Aglomeração Urbana do Litoral Norte



Fonte: Metroplan, (2004).

A Aglomeração Urbana do Litoral Norte possui como escopo a gestão cooperativa de assuntos básicos para a coletividade, v.g., como saneamento ambiental, planejamento do solo, organização territorial. A ideia é a união dos municípios para a definição de questões estratégicas para a região. O instituto possui um conselho deliberativo, o qual possui as funções executivas.⁵⁵

⁵³ Art. 2º - A Aglomeração Urbana do Litoral Norte tem as seguintes funções públicas que são objeto de gestão comum: I - saneamento ambiental, incluído neste conceito as ações relativas ao saneamento básico; II - transporte público de passageiros e sistema viário regional; III - turismo; IV - planejamento do uso de ocupação do solo urbano, observados os princípios da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; V - preservação e conservação ambiental; VI - organização territorial; VII - informações regionais e cartografia.

⁵⁴ Do ponto de vista legal, a Aglomeração Urbana do Litoral Norte é composta pelos Municípios de Torres, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Itati, Maquiné, Terra de Areia, Capão da Canoa, Xangri-lá, Imbé, Osório, Tramandaí, Cidreira, Balneário Pinhal, Palmares do Sul, Capivari do Sul e Caraá. A Lei Complementar nº 12.100/2004 foi aprovada por meio do Projeto de Lei Complementar nº 80/2004, o qual foi embasado no levantamento da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN⁵⁴. O estudo da METROPLAN também não contempla o Município de Santo Antônio da Patrulha na região do Litoral Norte, nem Mostardas e Tavares.

⁵⁵ Art. 3º - A gestão da Aglomeração Urbana será exercida por um Conselho Deliberativo com a seguinte composição: I - os Prefeitos de cada um dos Municípios; II - os Presidentes das Câmaras de Vereadores dos respectivos Municípios; III - um representante do COREDE Litoral; IV - cinco

Cabe salientar que a Aglomeração Urbana do Litoral Norte incide no mesmo ponto de contrariedade de definição territorial dos COREDE's, pois não avalia as questões de relação econômica e de origem dos municípios. Diante desse quadro, opta-se, para o presente estudo, por analisar o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul sob a ótica de constituição da região, a qual foi pautada por Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres.

Desse modo, o “Litoral Norte” a ser abordado no presente estudo, principalmente na análise demográfica, possui a gênese histórica, pois ainda presentes nas relações econômicas e sociais (STROHAECKER; TOLDO JR., 2006). Conforme se apontará posteriormente, a própria dinâmica populacional possui similitude entre os municípios, a saber: os municípios rurais do litoral norte sofrem com a perda populacional, os municípios que deram origem à região – Santo Antônio, Osório e Torres – possuem crescimento populacional semelhante⁵⁶ e os municípios da costa marítima, com exceção de Torres, tiveram incremento populacional acima da média do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, é possível verificar a existência de uma dinâmica regional entre os municípios citados, já que há semelhantes padrões entre os municípios.

Mais, percebe-se essa interação regional com a participação de Santo Antônio da Patrulha no Plano de Desenvolvimento Turístico do Litoral Norte 2015-2025, realizado em parceria do COREDE Litoral Norte, Fórum de Turismo e AMLINORTE – Associação dos Municípios do Litoral Norte⁵⁷.

Por outro lado, percebe-se, por exemplo, a parca relação do Litoral Norte com Mostarda e Tavares, os quais pertencem ao litoral central do Rio Grande do Sul, mas que participam da AMLINORTE. Entretanto, conforme já se verificou no processo de urbanização do litoral norte, não há relação do norte com o centro do litoral.

representantes, indicados pelo Governador, das Secretarias e órgãos estaduais ou as que os sucederem; V - um representante das Universidades que mantêm cursos em Municípios da região; VI - um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí; VII - cinco representantes de organizações não-governamentais atuantes na Aglomeração; VIII - um representante por município que compõe a Aglomeração, de entidade de moradores com caráter municipal.

⁵⁶ Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres tiveram um acréscimo populacional de 6.000 habitantes em cada município de 1991 a 2000 e de 4.000 de 2000 a 2010, evidenciando semelhanças demográficas. São considerados municípios polos da região e cresceram populacionalmente abaixo da média dos municípios que estão na faixa litorânea.

⁵⁷ Compõem a Associação dos Municípios do Litoral Norte: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Caraá, Capão da Canoa, Cidreira, Capivari do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

Ademais, o litoral central do RS não segue os mesmos padrões demográficos do litoral norte, ou seja, não acompanha o crescimento populacional.

Desse modo, a partir dos municípios Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá se estabelece o Litoral Norte objeto do levantamento de dados.

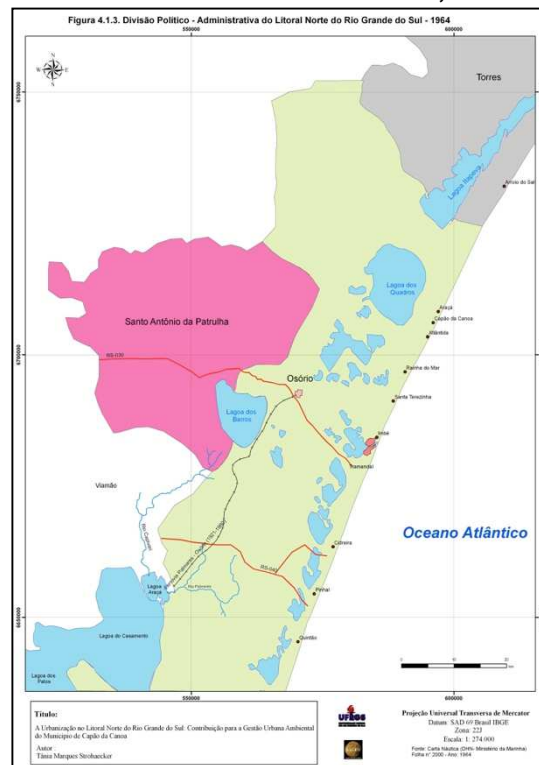
4.3 Das Emancipações

O Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul passou, como foi tendência em todo o Estado, por constantes processos de emancipações. Em sua origem, a região era composta pelo Município de Santo Antônio da Patrulha, o qual deu origem ao Município de Osório, antigo Município de Conceição do Arroio⁵⁸, em 1857.

Após 32 anos, emancipa-se de Osório o Município de Torres, fazendo com que Osório e Torres fossem os dois municípios que constituíssem o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A perda territorial de Osório teve um processo de maior intensidade a partir da emancipação de Tramandaí, no ano de 1965.

⁵⁸ O Decreto Estadual nº 7.199, de 1938, alterou o nome do município de Conceição do Arroio para Osório.

Figura 13 - Divisão Político-Administrativa do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em 1964.



Fonte: Strohaecker, (2007, p. 78).

É possível inferir que Tramandaí foi o balneário do Litoral Norte do Estado com maior crescimento nos últimos cinquenta anos, tendo em conta o acesso rodoviário com a região metropolitana, desde 1938, situação que incentivou os domiciliados na região metropolitana a frequentarem o litoral norte (STROHAECKER; TOLDO JR., 2006, p. 2).

A emancipação de Tramandaí fez surgir um espírito de maior pressão e reivindicações em face da sede, Osório (STROHAECKER; TOLDO JR., 2006, p. 3). Em 1960, Osório detinha a maioria do território do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, mas o crescimento de Tramandaí intensificou o desejo de emancipação de outros balneários do Litoral Norte. Na mesma época, o Litoral Norte era composto por somente três municípios, Osório, Santo Antônio da Patrulha e Torres.

As emancipações do Litoral Norte tiveram um segundo estágio na década de 80, quando Capão da Canoa e Palmares do Sul atingiram a independência, ambos em 1982. Com isso, Osório perdeu 949.306 m² de território. Adiante, em 1988, Terra de Areia se emancipou de Osório e Cidreira e Imbé de Tramandaí.

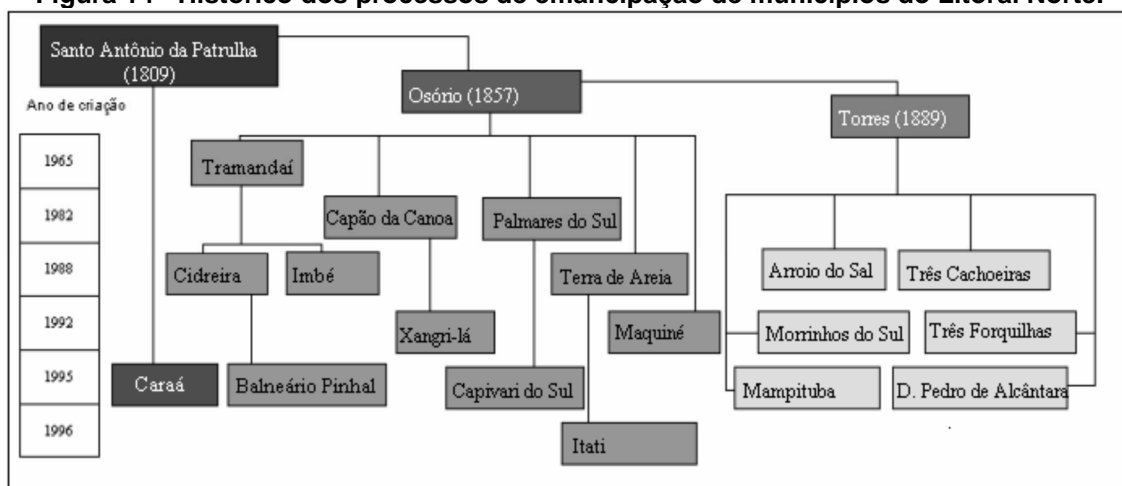
No mesmo ano de 1988, Arroio do Sal e Três Cachoeiras passam pelo processo de emancipação de seu município-mãe, Torres. Em 1992, Osório reduz,

pela última vez, a sua extensão territorial, com a emancipação do Município de Maquiné. Mas não foi a única emancipação do Litoral Norte, Xangri-lá emancipa-se de Capão da Canoa, Morrinhos do Sul e Três Forquilhas emancipam-se de Torres.

Três anos após, 1995, as penúltimas emancipações ocorrem, quando Caraá se desmembra de Santo Antônio da Patrulha, município que permaneceu com o mesmo território desde 1857, Balneário Pinhal se emancipa de Cidreira, Capivari do Sul de Palmares do Sul e Mampituba e Dom Pedro de Alcântara do Município de Torres. Todos os municípios, com exceção do Balneário Pinhal, atendem às demandas eminentemente rurais e encontram-se entre os municípios do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul com menor taxa de crescimento populacional⁵⁹.

O último recorte territorial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul foi em 1996, quando o Município de Itati consegue a emancipação de Terra de Areia. Itati é o município da região com menor taxa de urbanização, girando em torno de 9%, assim, consubstancia-se no maior município, em termos de percentual, de população com moradia no interior.

Figura 14 - Histórico dos processos de emancipação de municípios do Litoral Norte.



Fonte: Strohaecker, (2007, p. 87).

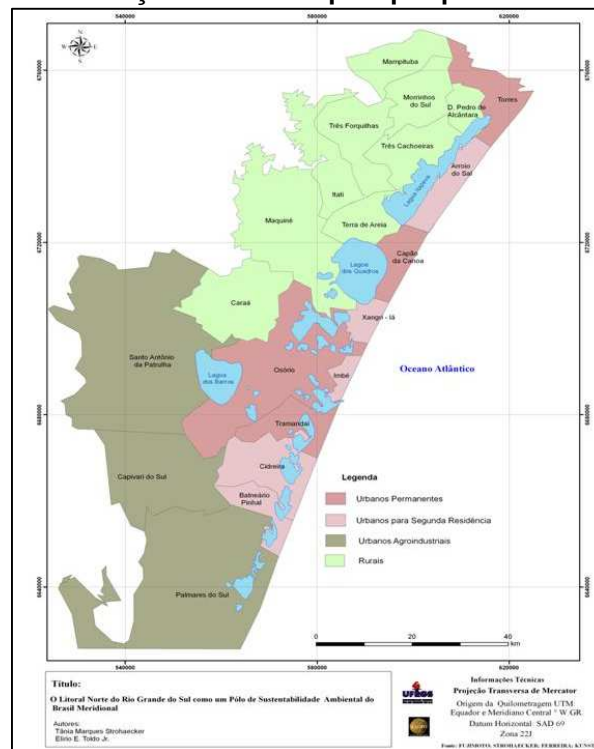
Passada a análise dos processos de emancipação, analisar-se-á o perfil socioeconômico dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

⁵⁹ Conforme tabela de crescimento populacional.

4.4 Distribuição dos municípios do Litoral Norte – Perfil Socioeconômico

Quanto à dinâmica territorial dos municípios do Litoral Norte, Fujimoto *et al* (2006) realizaram estudos no sentido de classificar os municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul em Rurais, Urbanos Agroindustriais, Urbanos Permanentes e Urbanos para Segunda Residência, considerando o perfil socioeconômico dos entes municipais. Nos termos da pesquisa, são municípios urbanos permanentes os que detêm população majoritariamente urbana e com faixa populacional entre 35 e 40 mil habitantes. Nesses, municípios, no mínimo 30% dos domicílios são ocupados durante todo o ano.

Figura 15 - Classificação dos municípios por perfis socioeconômicos.



Fonte: Strohaecker; Toldo Jr., (2007, p. 2).

Enquadram-se nessa situação Osório, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres. Os municípios são considerados polos de centralidade regional, concentrando as atividades de atendimento dos demais municípios que compõem o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, os quatro municípios concentravam, no ano de 2000, 52,8% da atividade econômica da região (ACCURSO, 2002, p. 9).

O fato de Tramandaí e Capão da Canoa aparecerem como municípios urbanos permanentes representa a capacidade de crescimento da região, uma vez

que, conforme o histórico até então apresentado, foram localidades urbanizadas tardiamente, se comparado com Osório e Torres. Com isso, é de se confirmar que a dinâmica regional tende a alterar, nos próximos anos, a condição de outros municípios, como Imbé e Xangri-lá, os quais, segundo Fujimoto, são de segunda residência.

Os municípios de segunda residência estão definidos como sendo aqueles com menor porte, em torno de 15 mil habitantes e que menos de 20% das residências são ocupadas integralmente durante o ano (STROHAECKER; TOLDO JR., 2006, p. 5). Estão caracterizados como municípios de segunda residência Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Cidreira, Imbé e Xangri-lá. (STROHAECKER; TOLDO JR., 2006, p. 7).

Há de se ressaltar a interessante posição dos municípios de Imbé e Xangri-lá, os quais encontram-se nas primeiras posições entre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul em termos de crescimento populacional, ocupando a 4ª e a 1ª posição, respectivamente. O crescimento pode ser vinculado ao fluxo migratório que ocorre no litoral norte, bem como à ocupação da “segunda residência” e ao turismo permanente.

Imbé em 2010 contava com 17.667 habitantes, em 2007 estava com 14.940 e em 2000 havia 12.242 habitantes. Desse modo, em 10 anos a população teve um acréscimo de 44,31%. Em comparação ao Estado do Rio Grande do Sul, de 2000 a 2010 a população aumentou 0,49%.

Xangri-lá, por sua vez, possuía no ano de 2000 o equivalente a 8.197 habitantes, passou para 10.602 em 2007 e para 12.405 em 2010. Assim, em 10 anos a população aumentou 51,34%.

Ambos os municípios tiveram um crescimento significativo na década, mas mais relevante ainda de 2007 a 2010, representante em Imbé um aumento de 18,25% por cento, e em Xangri-lá, de 17,01%.

De outra banda, são considerados como municípios Urbanos Agroindustriais: Capivari do Sul, Palmares do Sul e Santo Antônio da Patrulha. Esses municípios apresentam uma população predominantemente urbana e percentuais superiores a 80% de residências ocupadas por todo o ano, “a economia está baseada na orizicultura e florestamento, associada às atividades industriais de beneficiamento desses cultivos” (STROHAECKER; TOLDO JR., 2006, p. 13).

Uma marca interessante desses municípios é a baixa taxa de crescimento populacional ou mesmo de perda de população, como no caso de Santo Antônio da Patrulha, que teve uma queda de 0,31% da população entre 2000 e 2010. Palmares do Sul e Capivari tiveram um acréscimo populacional de 0,11% e 0,27%, respectivamente, demonstrando um crescimento abaixo da média regional, que foi de 1,79% entre 2000 e 2010⁶⁰.

Por último, há os municípios rurais, os quais estão situados no Planalto Meridional, caracterizados pelo difícil acesso e por serem municípios com menos tempo de emancipação. Outro elemento similar, é a população que está entre dois mil e dez mil habitantes. São considerados municípios rurais: Dom Pedro de Alcântara, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Morrinhos do Sul, Maquiné, Mampituba, Itati e Caraá.

A base da economia dos referidos municípios é a produção de hortaliças e olerícolas, cultivo de arroz nas áreas planas e extrativismo de samambaias-pretas e bromeliáceas nas áreas íngremes (STROHAECKER; TOLDO JR., 2006, p. 13).

Todavia, o panorama acima tende a se alterar, principalmente quanto ao municípios de segunda residência, haja vista o relevante crescimento populacional. Nos termos da tabela abaixo, verifica-se a dinâmica populacional a partir de 1991:

Quadro 4 – População e grau de urbanização do Litoral Norte do RS

(continua)

Municípios	População residente 1991	População residente 2000		População residente 2007		População residente 2010	
		Total	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)
Arroio do Sal	3031	5 273	95,58%	6 635	96,52%	7 744	97,02%
Balneário Pinhal	3857	7 452	95,54%	10 517	95,67%	10 855	98,96%
Capão da Canoa	19446	30 498	99,46%	37 405	99,45%	42 047	99,40%
Capivari do Sul	2707	3 107	77,66%	3 339	74,66%	3 890	83,03%
Caraá	6633	6 403	7,36%	7 131	13,15%	7 313	14,47%
Cidreira	4991	8 882	95,81%	10 883	95,99%	12 654	96,82%
Dom Pedro de Alcântara	2668	2 636	26,59%	2 728	27,68%	2 550	28,98%
Imbé	7352	12 242	97,25%	14 940	99,72%	17 667	99,95%
Itati	3065	2 836	24,40%	2 677	8,93%	2 589	8,19%

⁶⁰Tabela Crescimento Populacional.

(conclusão)

Municípios	População residente 1991	População residente 2000		População residente 2007		População residente 2010	
		Total	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)
Mampituba	3198	3 106	5,92%	2 926	15,86%	2 997	18,95%
Maquiné	6742	7 304	26,36%	7 374	29,92%	6 908	29,92%
Morrinhos do Sul	3545	3 533	19,81%	3 241	41,50%	3 185	40,82%
Osório	30115	36 131	84,87%	39 290	86,08%	40 941	92,70%
Palmares do Sul	8660	10 854	83,78%	11 423	86,82%	10 971	89,37%
Santo Antônio da Patrulha	33513	37 035	63,41%	37 910	69,93%	39 679	70,83%
Terra de Areia	7342	8 617	50,83%	9 709	54,46%	9 878	52,59%
Torres	24060	30 880	89,24%	32 358	89,75%	34 646	96,20%
Tramandaí	20130	31 040	95,64%	39 891	97,45%	41 655	97,59%
Três Cachoeiras	8772	9 523	49,68%	10 390	67,40%	10 239	73,47%
Três Forquilhas	3230	3 239	8,24%	3 073	8,75%	2 912	13,22%
Xangri-lá	5309	8 197	93,01%	10 602	99,37%	12 405	99,56%

Fonte: CENSO, (1991, 2000, 2007 e 2010).

Os municípios urbanos permanentes, a saber, Osório, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, possuem dinâmicas distintas. Osório e Torres podem ser definidos como municípios com similitudes, por serem municípios mais antigos e com um acréscimo populacional em torno de 10 mil habitantes em 20 anos. Ambos eram municípios considerados como polos, Osório do sul do litoral e Torres do norte do litoral.

Tramandaí e Capão da Canoa apresentam números superiores, foram 20 mil novos residentes em 20 anos, para cada município, uma média de mais de mil habitantes por ano. Tal montante não considera as emancipações de municípios que advieram de Tramandaí e Capão da Canoa. Para constar, Tramandaí deu origem a Cidreira, Imbé e Balneário Pinhal, Capão da Canoa é o município-mãe de Xangri-lá.

Evidentemente que as emancipações contribuíram para o crescimento de Cidreira, Imbé, Balneário Pinhal e Xangri-lá, mas se forem somadas as populações da sede (Tramandaí e Capão da Canoa) com seus municípios derivados, Tramandaí e Capão da Canoa somariam 137.283 habitantes, Tramandaí ficaria em 82.831 habitantes e Capão da Canoa com 54.452.

Quadro 5 – Dados populacionais de Capão da Canoa e Tramandaí e municípios derivados.

Município derivados	População residente 1991	População residente 2000	População residente 2007	População residente 2010	Total sede + emancipados
Capão da Canoa					
Capão da Canoa	19446	30498	37405	42047	
Xangri-lá	5309	8197	10602	12405	54452
Tramandaí					
Tramandaí	20130	31040	39891	41655	
Imbé	7352	12242	14940	17667	
Balneário Pinhal	3857	7452	10517	10855	
Cidreira	4991	8882	10883	12654	82831
Total	61085	98311	124238	137283	137283

Fonte: CENSO (1991, 2000, 2007 e 2010).

Tal indicativo demonstra a grande modificação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, caracterizando-se como uma região de crescimento populacional, principalmente nos municípios com extensão na faixa marítima.

Esta tese pode ser confirmada com a realização de um apanhado de evolução populacional dos municípios rurais e agroindustriais, como Dom Pedro de Alcântara, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Morrinhos do Sul, Maquiné, Mampituba, Itati, Caraá, Capivari do Sul, Palmares do Sul e Santo Antônio da Patrulha.

Quadro 6 – Dados populacionais dos Municípios Rurais e Agroindustriais

Município	População residente 1991	População residente 2000	População residente 2007	População residente 2010
Capivari do Sul	2707	3107	3339	3890
Caraá	6633	6403	7131	7313
Dom Pedro de Alcântara	2668	2636	2728	2550
Itati	3065	2836	2677	2589
Mampituba	3198	3106	2926	2997
Maquiné	6742	7304	7 374	6908
Morrinhos do Sul	3545	3533	3241	3185
Palmares do Sul	8660	10854	11423	10971
Santo Antônio da Patrulha	33513	37035	37910	39679
Terra de Areia	7342	8617	9709	9878
Três Cachoeiras	8772	9523	10390	10239
Três Forquilhas	3230	3239	3073	2912
Total	90075	98193	94547	103111

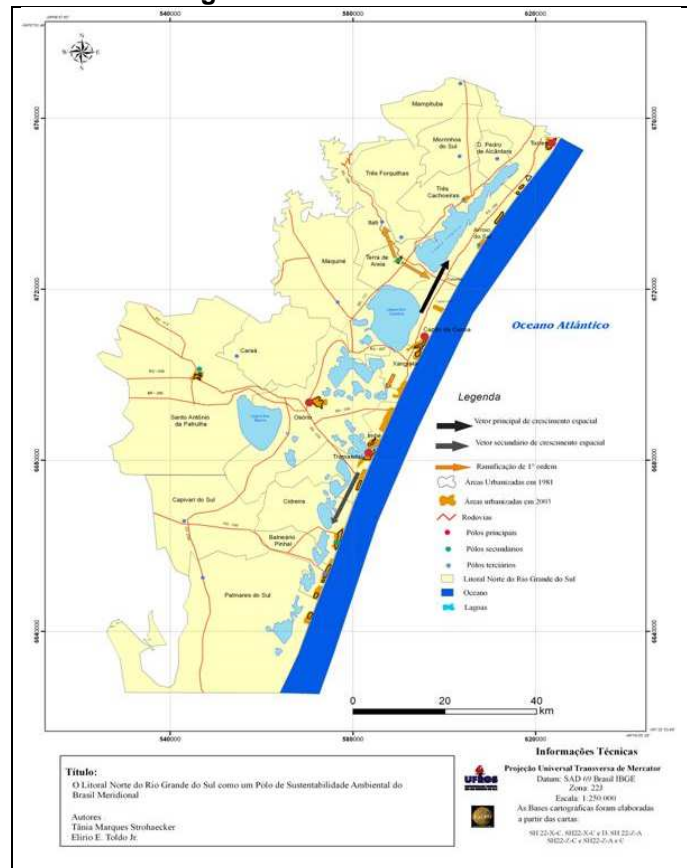
Fonte: CENSO (1991, 2000, 2007 e 2010).

Estabelecendo um paralelo entre Tramandaí e Capão da Canoa – com os municípios emancipados – e os municípios rurais e agroindustriais, vê-se que os primeiros, em 20 anos, chegaram a 137.283 habitantes, sendo que os rurais e os

agroindustriais possuem 103.111. Ademais, os primeiros tiveram um acréscimo de 76.198 habitantes em 20 anos e o segundo grupo teve um aumento de 13.036 pessoas.

Dessa forma, fácil definir que o maior ingresso de habitantes no Litoral Norte é indissociável da sua faixa costeira; vale dizer: é plausível a tese de que a posição geográfica foi a grande propulsora, em termos populacionais, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Com isso, evidente que a atividade turística, seja de veraneio, seja permanente, foi a determinante para o impulso populacional do Litoral Norte. Portanto, infere-se que o turismo possui um dinamismo muito maior do que a atividade agrícola desenvolvida pelos município com caráter rural.

Figura 16 - Modelo gráfico da dinâmica territorial do Litoral Norte.



Fonte: Strohaecker; Toldo Jr., (2007, p. 2).

No caso de Osório e Torres, nos últimos 20 anos sofreram com a perda de território e de população, mas, mesmo assim, ocorreu um aumento populacional, mas que não segue o intenso fluxo da faixa marítima. Evidentemente, é possível que haja, em contraposição a nossa análise, a observação de que o aumento populacional não determina, *per se*, o desenvolvimento regional. Todavia, conforme

será apresentado, a economia de Osório está muito pautada na prestação de serviços, desse modo, caso os demais municípios da região tenham aumento de população e o comércio comece um processo de especialização, haverá, indubitavelmente, a perda do potencial econômico de Osório.

4.5 Da ocupação dos imóveis no Litoral Norte e a segunda residência

Como visto anteriormente, uma das marcas dos municípios litorâneos, principalmente os localizados na orla marítima, é a existência de domicílios de segundas residências. Com base no levantamento realizado pelo CENSO de 2000 e 2010, é possível verificar o processo de ocupação de residências no litoral norte, bem como o perfil de cada município.

Quadro 7 – Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em valores absolutos.

(continua)

UF ou Município	Total ⁶¹		Uso Ocasional ⁶²		Vagos ⁶³		Ocupados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RS	3.573.399	4.242.757	232.115	306.903	277.132	326.229	3.052.473	3.603.951
Arroio do Sal	8.836	12.357	6.415	8.776	738	777	1.647	2.763
Bal. Pinhal	12.314	15.087	9.570	10.756	361	495	2.268	3.786
C. da Canoa	28.889	40.343	18.214	23.990	1.740	2.652	8.836	13.660
Capivari do Sul	1.131	1.561	63	107	121	171	946	1.279
Caraá	2.584	4.101	420	1.003	177	520	1.985	2.575
Dom P. de Alc.	987	1.170	53	102	96	113	838	955
Imbé	20.271	25.575	15.615	18.438	905	1.035	3.698	6.027
Itati	-	1.249	-	143	-	185	-	919

⁶¹ **Domicílio** - Local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Só caracteriza-se corretamente domicílio quando forem atendidos simultaneamente os critérios de separação e independência.

⁶² **Domicílio de uso ocasional** – É o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

⁶³ **Domicílio vago** - É o domicílio particular permanente que não tinha morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, tivesse sido ocupado.

(conclusão)

UF ou Município	Total		Uso Ocasional		Vagos		Ocupados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Mampituba	1.042	1.150	30	45	90	92	921	1.013
Maquiné	2.895	3.272	423	616	286	322	2.181	2.329
Mor. do S.	1.195	1.399	37	104	70	136	1.088	1.159
Osório	15.221	18.980	3.124	4.014	1.236	1.492	10.837	13.445
Pal. do Sul	10.068	13.202	6.195	8.574	476	669	3.341	3.909
Terra de Areia	4.547	4.684	651	868	489	471	3.402	3.328
Torres	17.369	22.753	6.626	7.810	1.209	2.684	9.446	12.156
Tramandaí	27.296	36.295	15.932	19.134	2.131	3.266	9.164	13.797
Três Cach.	3.176	3.847	84	161	258	252	2.831	3.431
Três For.	1.182	1.287	51	146	140	126	991	1.015
Xangri-lá	11.721	16.103	9.043	11.571	339	650	2.329	3.871

Fonte: CENSO (2000 e 2010).

Analisando o número de domicílios, em termos absolutos, percebe-se que o número de domicílios aumentou no Estado do Rio Grande do Sul e também no Litoral Norte do RS. Em percentuais, o RS aumentou 18,73% e o Litoral Norte 30,55%. Ou seja, o litoral teve aumento de população, mas também de domicílios, com isso, mais casas foram construídas no LNRS.

Conforme estabelecido pelo IBGE, Capão da Canoa é o município que possui o maior número de domicílios, 40.343 em 2010 e 28.899 em 2000, seguido por Tramandaí, 36.295 em 2010 e 27.296 em 2000, Imbé, 25.575 em 2010 e 20.271 em 2000. Após Imbé, está o Município de Torres, com 22.753 em 2010 e 17.369 em 2000, e após Osório, com 18.980 em 2010 e 15.221 em 2000. O Município de Osório é o primeiro da lista que não possui sede municipal na costa litorânea. O crescimento de domicílios é tão evidente na costa litorânea que Xangri-lá é o município que aparece após Osório, com 16.103 em 2010 e 11.721 em 2000.

Dos seis primeiros municípios com maior número de domicílios no Litoral Norte do Estado, cinco estão localizados na costa litorânea. Relevante analisar, agora, os percentuais de ocupação dos imóveis no LNRS.

Quadro 8 - Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em termos percentuais.

UF ou Município	Uso Ocasional		Vagos		Ocupados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RS	6,50%	7,23%	7,76%	7,69%	85,42%	84,94%
Arroio do Sal	72,60%	71,02%	8,35%	6,29%	18,64%	22,36%
Bal. Pinhal	77,72%	71,29%	2,93%	3,28%	18,42%	25,09%
C .da Canoa	63,05%	59,47%	6,02%	6,57%	30,59%	33,86%
Capivari do Sul	5,57%	6,85%	10,70%	10,95%	83,64%	81,93%
Caraá	16,25%	24,46%	6,85%	12,68%	76,82%	62,79%
Cidreira	78,16%	71,06%	3,20%	4,27%	18,37%	24,44%
Dom P. de Alc.	5,37%	8,72%	9,73%	9,66%	84,90%	81,62%
Imbé	77,03%	72,09%	4,46%	4,05%	18,24%	23,57%
Mampituba	2,88%	3,91%	8,64%	8,00%	88,39%	88,09%
Maquiné	14,61%	18,83%	9,88%	9,84%	75,34%	71,18%
Mor. do S.	3,10%	7,43%	5,86%	9,72%	91,05%	82,84%
Osório	20,52%	21,15%	8,12%	7,86%	71,20%	70,84%
Pal. do Sul	61,53%	64,94%	4,73%	5,07%	33,18%	29,61%
Terra de Areia	14,32%	18,53%	10,75%	10,06%	74,82%	71,05%
Torres	38,15%	34,33%	6,96%	11,80%	54,38%	53,43%
Tramandaí	58,37%	52,72%	7,81%	9,00%	33,57%	38,01%
Três Cach.	2,64%	4,19%	8,12%	6,55%	89,14%	89,19%
Três For.	4,31%	11,34%	11,84%	9,79%	83,84%	78,87%
Xangri-lá	77,15%	71,86%	2,89%	4,04%	19,87%	24,04%

Fonte: CENSO (2000 e 2010).

Inicialmente, serão analisados os domicílios ocupados. Todos os municípios da costa litorânea, com exceção de Torres, aumentaram o percentual de ocupação dos imóveis, o que explica o aumento populacional do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Em termos percentuais, o aumento foi significativo, Imbé, *v.g.*, passou de 18,24%, em 2000, para 23,57%, em 2010, Arroio do Sal também aumentou, passando de 18,64%, em 2000, para 22,36%, em 2010. Acréscimo semelhante teve o Município de Cidreira e Balneário Pinhal. Percebe-se, portanto, uma aumento paritário nos municípios da orla marítima. Tramandaí e Capão da Canoa também tiveram um aumento de domicílios ocupados, evidentemente que em percentual inferior aos já mencionados, mas que em termos absolutos representam número maior de população. Tramandaí passou de 33,57% domicílios ocupados em 2000 para 38,01% em 2010. Capão da Canoa passou de 30,59% em 2000 para 33,86% em 2010.

Por outro lado, todos os municípios sem sede na costa litorânea, com exceção de Três Cachoeiras, tiveram queda no percentual de imóveis ocupados. Tal dado indica o movimento de crescimento populacional do litoral de forma mais acentuada nos municípios com sede na costa.

Um importante elemento a ser analisado é a utilização de imóveis para uso ocasional. No Rio Grande do Sul somente 7,23% dos imóveis são destinados para uso ocasional. No Litoral Norte do Rio Grande do Sul a situação é totalmente diferente, até em municípios de perfil rural, como Maquiné, o percentual é acentuado, chegando a 18,83% em 2010. Nos Municípios que possuem sede na costa marítima os valores são muito elevados. Com exceção de Torres, todos os demais municípios com sede na orla, possuem a maioria das casas com destinação para uso ocasional, chegando a 72,09% em Imbé, 71,86% em Xangri-lá, 71,29% no Balneário Pinhal, 71,06% em Cidreira, 71,02% em Arroio do Sal. Não há como olvidar, ainda, os Municípios de Capão da Canoa e Tramandaí, os quais possuem populações permanentes consideráveis, mas que ainda têm metade dos domicílios ociosos.

Em termos absolutos, somente considerando os municípios acima nominados, são 115.458 residências sem utilização permanente⁶⁴. Conforme os dados do CENSO 2010, 87,2% dos lares brasileiros são formados por duas ou mais pessoas, desse modo caso seja realizada a multiplicação por dois das residências ociosas no LNRS, chega-se ao número de 230.916. Assim, se cada residência ociosa – somente dos municípios nominados – tivesse duas pessoas residindo, a população do LNRS chegaria a 552.007 (IBGE, 2010).⁶⁵

É de se notar, ainda, o baixo número de imóveis vagos, ou seja, aqueles que não possuem morador. Os maiores percentuais de imóveis vagos estão em municípios com perfil rural e Torres. Caraá é o município com maior percentual de imóveis vagos, sendo 12,68%, seguido de Torres, 11,80%, Capivari do Sul, 10,95%, e Terra de Areia, 10,06%.

Como já visto, os municípios rurais do Litoral Norte perderam população nos últimos anos. O que chama a atenção é o aumento percentual do Município de Torres, pois é o único que teve acréscimo de imóveis vagos e diminuição percentual de imóveis ocupados.

⁶⁴ Número que advém dos domicílios totais subtraídos os ocupados.

⁶⁵ Conforme o CENSO 2010 a população do Litoral Norte do Rio Grande do Sul era de 321.091.

4.6 Dados populacionais do Litoral Norte do RS

Conforme analisado na seção anterior, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul teve relevante aumento populacional. Por certo, a população no Rio Grande do Sul também aumentou, mas em proporção inferior ao LNRS. Pelos dados abaixo expostos, enquanto em 2000 o LNRS teve um crescimento de 3,09% ao ano, o RS teve 1,22%. Pelo CENSO 2010, o LNRS aumentou populacional de 1,79% e o RS de 0,49%.

O crescimento populacional do LNRS também evidencia um tardio processo de urbanização, pois o número de habitantes passa de 163.874 em 1970 para 321.091 em 2010, o que representa um acréscimo total de 95,94%. O Rio Grande do Sul, por sua vez, que tinha 6.754.240 em 1970, passa a contar com 10.187.816 em 2010, representando um acréscimo 50,84% na população. É possível, ainda, estabelecer um paralelo do aumento populacional do Litoral Norte com a melhora no acesso rodoviária da região, principalmente com a inauguração da Free-Way na década de 70.

Dado interessante do Litoral Norte é a intensa perda populacional rural, a qual também foi superior ao Rio Grande do Sul, ficando com -2,26% contra -1,59% do Estado. Tal dado corrobora a tese de que a urbanização do Litoral Norte ocorre de forma particularmente intensa. Ainda acerca dos dados rurais, é de se salientar a profunda diminuição populacional desde a década de 70, passando de 111.847 habitantes a 73.526 em 1980, década em que o Litoral Norte passa a contar com população urbana maior do que a população rural, o que evidencia a tardia urbanização da região. Assim, em uma década o Litoral Norte perdeu 34,26% de população rural.

Quadro 9 - Dados comparativos da população do RS e do Litoral Norte

(continua)

Ter rit ó ri o	Período	População (Valores Absolutos)			População (Taxa de Crescimento ao ano)		
		Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
RS	1970	6.754.240	3.579.802	3.132.619			
	1980	7.772.141	5.248.320	2.523.825	1,41%	3,90%	-2,14%
	1991	9.138.475	7.110.232	2.028.233	1,48%	2,80%	-1,97%
	2000	10.187.816	8.318.667	1.869.175	1,22%	1,76%	-0,90%
	2010	10.694.023	9.100.840	1.593.089	0,49%	0,90%	-1,59%

(conclusão)

Teritório	Período	População (Valores Absolutos)			População (Taxa de Crescimento ao ano)		
		Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
LITORAL NORTE	1970	163.874	52.027	111.847			
	1980	162.711	89.185	73.526	-0,07%	5,54%	-4,11%
	1991	204.405	147.512	61.317	2,10%	4,68%	-1,64%
	2000	268.780	207.481	61.307	3,09%	3,86%	0,00%
	2010	321.091	274.875	48.769	1,79%	2,85%	-2,26%

Fonte: CENSO, (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

O aumento populacional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul é mais acentuado da década de 90 a 2000. Nesse período, no ranking de crescimento populacional do Estado do Rio Grande do Sul, os municípios litorâneos do LNRS encontram-se nas primeiras posições.

Quadro 10 – Comparação da taxa de crescimento e do ranking populacional do RS.

Município	Taxa de Crescimento População ⁶⁶ 1991-2000	Ranking Taxa de Crescimento 1991/2000	Taxa de Crescimento Pop 2000-2007 e Ranking Respectivo		Taxa de Crescimento Pop 1991-2007 e Ranking Respectivo		Taxa de Crescimento Pop 2000-2010 e Ranking Respectivo	
			Taxa de Crescimento	Ranking	Taxa de Crescimento	Ranking	Taxa de Crescimento	Ranking
Xangri-lá	4,99%	11	3,94%	3	4,54%	8	4,23%	1
Balneário Pinhal	7,66%	3	5,30%	1	6,65%	1	3,83%	3
Imbé	5,88%	6	3,03%	12	4,65%	7	3,74%	4
Cidreira	6,68%	4	3,09%	11	5,13%	5	3,60%	6
Capão da Canoa	5,17%	9	3,11%	10	4,29%	10	3,26%	7
Tramandaí	4,97%	12	3,84%	4	4,49%	9	2,99%	9
Terra de Areia	1,81%	89	1,81%	39	1,81%	60	1,38%	60
Osório	2,06%	73	1,27%	70	1,72%	67	1,26%	66
Torres	2,84%	39	0,70%	130	1,92%	54	1,16%	74
Três Cachoeiras	0,93%	163	1,32%	65	1,09%	116	0,73%	116
Santo Antônio da Patrulha	1,13%	140	0,35%	170	0,79%	143	0,69%	120
Arroio do Sal	1,50%	111	0,97%	101	1,28%	103	0,63%	124
Caraá	1,42%	116	0,14%	204	0,87%	135	0,28%	178
Capivari do Sul	-2,19%	471	0,17%	196	-1,18%	432	0,27%	179
Palmares do Sul	2,56%	49	0,77%	123	1,79%	61	0,11%	218
Mampituba	-0,33%	317	-0,89%	379	-0,57%	347	-0,36%	299
Dom Pedro de Alcântara	0,68%	199	-0,86%	375	0,02%	252	-0,38%	308
Maquiné	0,90%	168	0,14%	203	0,58%	171	-0,56%	349
Itati	-0,87%	376	-0,86%	376	-0,86%	387	-0,91%	408
Morrinhos do Sul	-0,04%	278	-1,29%	439	-0,57%	349	-1,03%	425
Três Forquilhas	0,03%	267	-0,79%	370	-0,32%	309	-1,06%	427

Fonte: CENSO (1991, 2000, 2007 e 2010).

⁶⁶ Todas as taxas de crescimento são anuais.

Enquanto percebe-se o crescimento populacional dos municípios com sede na faixa litorânea, de outro lado dá-se um decréscimo populacional não desprezível em municípios com viés rural, a saber, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Maquiné, Itati, Morrinhos do Sul, Três Forquilhas. É de se citar que a maioria desses municípios vem sofrendo com a perda populacional desde 1991.

Interessante notar que os municípios de Xangri-lá, Balneário Pinhal, Imbé, Cidreira, Capão da Canoa e Tramandaí estão com elevado aumento populacional desde a década de 90. No CENSO de 1991, 2000 e 2010, em termos percentuais, conforme se depreende do levantamento acima, Torres, Osório, Terra de Areia, Xangri-lá, Balneário Pinhal, Imbé, Cidreira, Capão da Canoa e Tramandaí, tiveram aumento populacional sempre superior a 1% ao ano.

Interessante analisar o fluxo migratório do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, isto é, verificar de onde provém a população que determina o aumento populacional da região.

Quadro 11 – Processo migratório populacional do Litoral Norte do RS, em valores absolutos.

(continua)

Território	Período	População (Valores Absolutos)					
		Total	Nativos ⁶⁷	Natural do RS	Natural do Mun.	Imigrante Externos ⁶⁸	Imigrantes Internos ⁶⁹
RS	1970	6.754.240	5.859.525	6.582.760	5.023.585	239.101	655.614
	1980	7.772.141	6.239.640	7.522.438	4.993.097	166.131	1.366.370
	1991	9.138.475	7.544.318	8.833.971	5.990.128	446.446	1.147.711
	2000	10.187.816	8.573.075	9.805.331	6.482.168	450.126	1.164.615
	2010	10.694.023	9.291.702	10.281.171	6.888.305	242.067	1.160.254
LITORAL NORTE	1970	163.874	151.146	155.039	142.897	6.364	6.364
	1980	162.711	136.265	150.854	123.146	6.175	20.271
	1991	204.405	157.751	195.748	140.579	13.338	33.316
	2000	268.780	208.769	248.947	152.799	16.273	43.738
	2010	321.091	254.890	300.410	170.105	7.863	58.338
RS	1970						
	1980	1,41%	0,63%	1,34%	-0,06%	-3,58%	7,62%
	1991	1,48%	1,74%	1,47%	1,67%	9,40%	-1,57%
	2000	1,22%	1,43%	1,17%	0,88%	0,09%	0,16%
	2010	0,49%	0,81%	0,48%	0,61%	-6,01%	-0,04%

⁶⁷ Nativo: pessoas que moram no município atual há mais de 10 anos.

⁶⁸ Imigrantes Externos: pessoas que moram no município atual há menos de 10 anos e vieram de fora do Estado do Rio Grande do Sul.

⁶⁹ Imigrante Internos: pessoas que moram no município atual há menos de 10 anos e vieram de outro município do Estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 12 - Processo migratório populacional do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em termos percentuais.

(conclusão)

Território	Período	População (Taxa de Crescimento ao ano)					
		Total	Nativos	Natural do RS	Natural do Mun	Imigrante Externos	Imigrantes Internos
LITORAL NORTE	1970						
	1980	-0,07%	-1,03%	-0,27%	-1,48%	-0,30%	12,28%
	1991	2,10%	1,34%	2,40%	1,21%	7,25%	4,62%
	2000	3,09%	3,16%	2,71%	0,93%	2,23%	3,07%
	2010	1,79%	2,02%	1,90%	1,08%	-7,02%	2,92%

Fonte: CENSO, (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Conforme se verifica, o maior número de habitantes do Litoral Norte advém de municípios do próprio Estado do Rio Grande do Sul. Com isso, na década de 80, 12,28% (20.271 habitantes) mudaram de domicílio de algum local do RS para o Litoral. O processo migratório permanece intenso em termos absolutos, chegando a 58.338 habitantes considerados imigrantes internos, ou seja, que declararam no CENSO 2010 que moram no mesmo domicílio há menos de 10 anos e que advieram de outro município. Em que pese seja um número relevante, vê-se um diminuição em termos percentuais. Todavia, a maior queda foi a imigração externa, ou seja, pessoas que moram no Litoral Norte há menos de 10 anos e vieram de fora do Estado do Rio Grande do Sul. Em termos percentuais, em 1991, 7,25%, em 2000, 2,23%, e a grande queda em 2010 chegando a -7,02%.

Outro dado relevante é o intenso fluxo interno, em 2010 a população do Litoral Norte era de 321.091 pessoas, sendo que 170.105 habitantes são domiciliadas nos seus respectivos municípios de origem. Desse modo, quase a metade não reside no município de origem, demonstrando migração interna significativa.

Mesmo que o aumento populacional seja considerável, a faixa etária que mais se destaca é das pessoas com mais de 60 anos, pois evidencia aumento superior à média do Rio Grande do Sul.

Quadro 13 - População com mais de 60 anos: comparação RS e Litoral Norte.

Território	Período	População (Valores Absolutos)			População (Taxa de Crescimento ao ano)		
		Total	Idade : 60 anos		Total	Idade : 60 anos	
			Menos de	Mais de		Menos de	Mais de
RS	1970	6.754.240	6.362.435	391.805			
	1980	7.772.141	7.205.751	566.390	1,41%	1,25%	3,75%
	1991	9.138.475	8.326.170	812.305	1,48%	1,32%	3,33%
	2000	10.187.816	9.122.723	1.065.093	1,22%	1,02%	3,06%
	2010	10.694.023	9.232.501	1.461.522	0,49%	0,12%	3,21%
LITORAL NORTE	1970	163.874	155.101	8.773			
	1980	162.711	150.808	11.903	-0,07%	-0,28%	3,10%
	1991	204.405	191.239	13.166	2,10%	2,18%	0,92%
	2000	268.780	241.254	27.526	3,09%	2,62%	8,54%
	2010	321.091	274.476	46.615	1,79%	1,30%	5,41%

Fonte: CENSO, (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Enquanto no Rio Grande do Sul a população com mais de 60 anos aumentou 3,21%, no Litoral Norte o aumento foi de 5,41% e 8,54% em 2000, contra 3,06% do RS. Evidentemente que o aumento de população com menos de 60 anos foi maior do que a média do RS, sendo 1,3% no LNRS contra 0,12% do RS, mas o acréscimo populacional de pessoas com mais de 60 anos é um dado que pode representar, caso permaneça superior à média estadual, a superação de alguns municípios caracterizados como de segunda residência para municípios urbanos permanentes.

O aumento dessa faixa etária no Litoral Norte acima da média estadual, somado ao aumento populacional da região, evidenciam um fluxo migratório de aposentados à região. Com isso, há de se reconhecer que a região está incorporando a renda de aposentados e pensionistas, intensificando a prática do turismo permanente.⁷⁰ Conforme Paiva, “o afluxo e preservação de “turistas permanentes” para um território é uma fonte particularmente auspiciosa de desenvolvimento regional”, considerando que o turismo permanente possui o condão de estabilizar a renda do território turístico, já que rompe com a sazonalidade típica do turismo de lazer (PAIVA, 2013, p. 183).

⁷⁰ Como já exposto anteriormente no Capítulo I, o turismo permanente, “representado pelo aposentado ou rentista que opta por domiciliar-se em um território distinto daquele que trabalhou e/ou que lhe proporciona renda atual por avaliar que o novo domicílio lhe proporciona uma qualidade de vida superior” (PAIVA, 2013, p. 102-103).

Ademais, o turista permanente usufrui de várias formas de serviço prestadas no território⁷¹, como comércio e serviços de saúde, além de mobilizar o emprego local, sem competir com o mercado de trabalho, uma vez que já possui renda. Isto é, o turista permanente “gera demanda pura (vale dizer: desacompanhada de qualquer oferta) que se volta a serviços de livre entrada altamente empregadores.” (PAIVA, 2013, p. 183).

Seguindo na análise dos dados do CENSO, relevante estabelecer um paralelo da imigração do RS ao LNRS e da imigração do RS ao litoral de Santa Catarina. A verificação dos dados é importante já que o litoral de Santa Catarina é um concorrente em termos de turismo de lazer e turismo permanente.

Para a análise, considerou-se toda a extensão do litoral de SC, compreendendo os Municípios de Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Camboriú, Balneário Barra do Sul, Balneário Gaivota, Barra Velha, Blumenau, Bombinhas, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Içara, Imaruí, Imbituba, Itajaí, Itapoá, Jaguaruna, Joinville, Laguna, Navegantes, Passo de Torres, Penha, Porto Belo, São Francisco do Sul e São José.

Quadro 14 – Dinâmica migratória do RS para o Litoral Norte do RS e para o Litoral de SC.

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
RS para SC	5.295	14.735	27.489	50.871	81.734
Taxa de Crescimento ao ano		10,78%	5,83%	7,08%	4,86%
RS para LN	6.364	20.271	33.316	43.738	58.338
Taxa de Crescimento ao ano		12,28%	4,62%	3,07%	2,92%

Fonte: CENSO, (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Esclarece-se que na tabela acima o número absoluto representa novos habitantes que migraram para o litoral, ou seja, não se trata de somatório entre as décadas anteriores, mas sim de novos moradores que migraram dentro da década.

Conforme se depreende da análise dos dados, há uma maior procura pelo litoral de Santa Catarina em detrimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Em 2010, 81.734 pessoas saíram do Rio Grande do Sul para fixar domicílio em Santa Catarina. Por outro lado, 58.338 pessoas mudaram-se de alguma região do RS para o Litoral Norte. Esses dados demonstram que o litoral de Santa Catarina é, em

⁷¹ O turista permanente “é um grande mobilizador do nível local de emprego, pois as demandas típicas do aposentado (um sujeito na terceira idade cujas necessidades de bens materiais duráveis encontram-se essencialmente satisfeitas) são por serviços de saúde, segurança, transporte, gastronomia, etc”.

termos de fixação de residência, um concorrente ao Litoral Norte do RS.

Por certo, desde a década de 70 o cenário era de concorrência, entretanto vê-se, em termos percentuais, um aumento de procura pelo litoral de Santa Catarina e a queda no crescimento na procura do LNRS, passando de 12,28% em 1980 para 2,92% em 2010. É de se destacar esta queda vertiginosa na procurada pelo Litoral Norte do Rio Grande do Sul, já que o CENSO de 1980 apontou um crescimento anual de 12,28% e nos levantamentos posteriores o número sempre decresceu, passando a 4,62% ano no CENSO de 1991, 3,07% em 2000 e 2,92% em 2010.

Ou seja, o LNRS não se apresenta como um grande motivador para atração da população do RS, pois o litoral de Santa Catarina tem recebido um número maior de “gaúchos”⁷². Caso seja feito um paralelo com os chamados “imigrantes externos”⁷³, os quais tiveram um decréscimo anual de 7,02% no CENSO de 2010, é de se questionar: Quem virá para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul na próxima década? A indagação é válida, uma vez que a procura pelo Litoral Norte de pessoas com domicílio no RS cai e a procura por pessoas que residem em outros Estados da Federação também cai. Indubitavelmente, não é um cenário auspicioso.

Prudente analisar, agora, a faixa etária das pessoas anteriormente domiciliadas no Rio Grande do Sul que migram para Santa Catarina, como forma de verificar se os aposentados estão imigrando para Santa Catarina em detrimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Quadro 15 – Gaúchos em SC, conforme idade.

Território	Período	População (Valores Absolutos)			População (Taxa de Crescimento) ⁷⁴		
		Total	Idade: 60 anos		Total	Idade: 60 anos	
			Menos de	Mais de		Menos de	Mais de
Gaúcho em SC	1970	5.295	5.032	263			
	1980	14.735	14.251	484	10,78%	10,97%	6,29%
	1991	27.489	26.226	1.263	5,83%	5,70%	9,11%
	2000	50.873	47.464	3.409	7,08%	6,81%	11,66%
	2010	81.734	75.436	6.298	4,86%	4,74%	6,33%

Fonte: CENSO, (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

⁷² Termos utilizado para chamar as pessoas que tinham domicílio no RS e fixaram domicílio no litoral de Santa Catarina.

⁷³ Imigrante Externos: pessoas que moram no município atual há menos de 10 anos e vieram de fora do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷⁴ Taxa de crescimento por ano.

Conforme se depreende da análise da tabela acima, há um número considerável de pessoas com menos de 60 anos que buscam fixar domicílio no litoral de Santa Catarina. De acordo com os dados de 2010, 75.436 pessoas possuem menos de 60 anos, contra 6.298 com mais de 60 anos. Todavia, o que chama a atenção é o aumento populacional de pessoas com mais de 60 anos, pois de 1980 a 1991 migraram 1.263 habitantes. De 91 a 2000 migraram 3.409 e 6.298 de 2000 a 2010. Tais dados demonstram que a cada década duplica a procura pelo litoral de Santa Catarina.

É de se salientar que até o ano de 2010 não havia ocorrido a duplicação completa da BR 101, o que hodiernamente facilitou o acesso do Rio Grande do Sul a Santa Catarina. Como visto anteriormente, a taxa de crescimento anual de migração de pessoas com 60 anos ou mais para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul é de 5,41% e a taxa de pessoas advindas do RS com mais de 60 anos no litoral de Santa Catarina é de 6,33% ao ano. Ou seja, a população de gaúchos com mais de 60 anos cresce anualmente mais no litoral de Santa Catarina que no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Em termos absolutos, ainda há no Litoral Norte do Rio Grande do Sul um número maior de domiciliados com mais de 60 anos que “gaúchos” no litoral de Santa Catarina, todavia, a taxa de crescimento de domiciliado com mais de 60 anos proveniente do RS no litoral de Santa Catarina é muito relevante. Se sopesar o fato de o Litoral Norte do Rio Grande do Sul contar com um número ainda significativo de casas de uso ocasional, ou seja, é um domicílio próprio, mas utilizado somente em finais de semana e férias, aliado com a imigração de “gaúchos” com mais de 60 anos para o litoral de Santa Catarina, é possível que nos próximos anos haja a venda de imóveis por parte de aposentados para possibilitar a aquisição de imóveis no litoral de Santa Catarina.

Um indicativo de que possivelmente possa ocorrer a imigração até mesmo de pessoas já estabelecidas no Litoral Norte para o litoral de Santa Catarina é o aumento de domicílios para uso ocasional no Município de Torres. Como já evidenciado, em 2000 o Município de Torres contava com 38,15% dos domicílios para uso ocasional, em 2010 eram 34,33% para o mesmo uso. Em 2000 eram 54,38% dos domicílios com ocupação o que passou para 53,43% em 2010. Outro fator relevante é o aumento de domicílios vagos, o que demonstra a hipótese de que exista um processo – até mesmo endógeno – de substituição do LNRS pelo litoral de

Santa Catarina, que eram 6,96% em 2000 para 11,80% em 2010.

Por derradeiro, salutar analisar o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte e os apontamentos acerca da ocupação do Litoral Norte e a concorrência com o litoral de Santa Catarina.

4.7 O Turismo Permanente no Contexto do Litoral Norte e as previsões do Plano de Desenvolvimento do Turismo 2015-2025

Já foi abordado no Capítulo 1 da presente dissertação o chamado turismo permanente, demanda algumas exigências ao território, principalmente: a) regiões seguras; b) com maior qualidade de vida; c) com custo relativamente baixo; (PAIVA, 2014, p. 42) d) serviços de saúde qualificados; e) acesso rodoviário de qualidade (PAIVA, 2013, p. 183).

Relevante notar que a retenção do turista permanente, no território, não é tarefa fácil, pois como ele não mantém relação profissional no local e sua renda advém de aposentadoria ou pensões, facilmente pode migrar para outra região. Todavia, no contexto do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, há interessante tendência para o desenvolvimento do turismo permanente.

Primeiro, como demonstrado no levantamento histórico do Litoral Norte, o processo de ocupação litorâneo deu-se com ênfase no turismo, principalmente na criação de balneários para fins de segunda residência. Cabe notar que a região ainda não superou esse estigma, havendo um elevado número de imóveis sem ocupação integral, chegando a 74,91% no Balneário Pinhal, 77,64% em Arroio do Sal, 75,56% em Cidreira, 66,14% em Capão da Canoa, 61,99% em Tramandaí e 75,96% em Xangri-lá.⁷⁵

Tais imóveis podem ser ocupados integralmente, o que modificaria o cenário regional retirando a sazonalidade como uma das marcas principais da região. Do ponto de vista do turismo permanente, a utilização do imóvel pelo proprietário – já aposentado – representaria o cumprimento de uma das condicionantes do turismo permanente, qual seja, “o custo relativamente baixo”.

Segundo, quanto à qualidade de vida, cabe apresentar o estudo de Fochezatto, que analisa o motivo do aumento populacional no Litoral Norte, e

⁷⁵ Valores encontrados por meio do cálculo: subtração dos imóveis ocupados dos imóveis totais. CENSO, 2010.

identifica:

Entre as possíveis explicações do deslocamento da população gaúcha para Litoral Norte certamente estão a busca por melhor qualidade de vida (amenidades), a proximidade de Porto Alegre e de Caxias do Sul e a melhoria da acessibilidade rodoviária, especialmente com a ampliação da capacidade de fluxo de veículos da freeway (BR 290) e a conclusão do asfaltamento da Rota do Sol (RS 486) (FOCHEZATTO, 2014, p. 2).

Como se vê, uma das explicações pela busca da região é o interesse na melhor qualidade de vida, ressaltando-se que a realidade regional não contempla as dificuldades existentes nos grande centro – criminalidade massificada, problemas com engarrafamentos etc –.

Fochezatto (2014) contribui, ainda, com outro ponto determinante para a atração do turismo permanente, que é o acesso terrestre. O Litoral Norte está próximo a Porto Alegre e Caxias do Sul, grandes centros do Estado do Rio Grande do Sul, o que possibilita deslocamentos sem delongas. Ademais, com as melhoras realizadas na RS 486, BR 290 e BR 101, a região se estabelece como ponto de singular trafegabilidade, em que pese a constante necessidade de investimentos públicos diante do grande fluxo rodoviário.

Por fim, permanecem duas condições a serem aprimoradas, a saúde e a segurança. Quanto à saúde, Fujimoto *et al* (2006, p. 99-124) já se pronunciaram:

No Litoral Norte, a infraestrutura de saúde é precária, havendo apenas oito hospitais na região, com 568 leitos para uma população de 268.698 habitantes, enquanto o padrão aceitável, segundo a Organização Mundial de Saúde, seria de 4,5 leitos para cada mil habitantes. Para atender a região seriam necessários 1209 leitos, ou seja, o dobro do número atual de leitos existentes nos hospitais da região.

Portanto, um ponto a ser melhorado significativamente é o campo da saúde, todavia, requer uma ação mais efetiva do Estado do Rio Grande do Sul e da União, ou seja, é algo que demanda uma conduta mais verticalizada. Acerca da segurança, também é um elemento que necessita ações do Estado do Rio Grande do Sul, pois detentor do aparelhamento policial. Ambos os pontos foram analisados no Plano de Desenvolvimento Turístico do Litoral Norte Gaúcho 2015-2025 como fraquezas da região litorânea.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte Gaúcho 2015 - 2025 foi elaborado a partir das demandas do processo de participação popular do

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, realizada no ano de 2012, que definiu como prioridade a realização do planejamento⁷⁶. O estudo foi confeccionado em parceria do COREDE Litoral Norte, com o Fórum de Turismo e a AMLINORTE – Associação dos Municípios do Litoral Norte, sendo lançado no mês de agosto de 2015.

A verificação do documento – Plano de Desenvolvimento – é relevante, pois sintetiza a visão regional acerca do turismo, bem como as perspectivas do setor.

De acordo com as pesquisas realizadas, o plano estabelece como posicionamento turístico para a região as atividades que envolvam “descanso e lazer”, associando a “atrativos naturais e biodiversidade”.⁷⁷

O levantamento estabeleceu, ainda, as forças e fraquezas da região, conforme quadro abaixo.

Quadro 16 – Forças e fraquezas previstas no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte 2015-2025.

(continua)

Forças	Fraquezas
Atrativos naturais (serra, mar, lagoas, dunas, banhados, cascatas, rios, etc);	Falta de visão turística, cultura individualista e sem sintonia entre os municípios;
Clima ameno;	Sinalização turística;
Acessos rodoviários como BR 101, Rota do Sol, Freeway, Interpraias, RS 040,RS 030;	Sazonalidade;
Localização estratégica, próximo à Capital;	Qualificação mão de obra/empresário;
Qualidade de vida, tranquilidade, ambiente familiar, acolhedor;	Investimento público/ investimento financeiro para o Turismo;
Potencial de expansão e desenvolvimento econômico;	Preços abusivos (verão);

⁷⁶ O plano foi elaborado seguindo as diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul (2012-2015), que tem como missão potencializar o turismo como atividade da economia gaúcha, sintonizado com o Plano Nacional do Turismo. A preparação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Litoral Norte Gaúcho foi realizada pela Assestur Assessoria Empresarial, empresa contratada pelo COREDE Litoral Norte. A empresa utilizou como método a pesquisa exploratória e descritiva, de caráter qualitativa. A realização do estudo consistiu em pesquisa de campo, revisão de literatura, e como instrumento a utilização de questionários para as entrevistas e fichas para avaliação dos atrativos, incluindo registro fotográfico dos atrativos. Foram realizadas entrevistas e visitas aos gestores públicos ou responsáveis pelo órgão municipal do turismo, com o objetivo de coletar dados referentes à gestão do turismo no município. Foram aplicadas, por amostragem, pesquisa a empreendimentos (hospedagens e alimentação), pesquisa de demanda com turistas e visitantes (amostragem), além da análise de estudos e pesquisas relacionados ao turismo. Para complementar e validar as informações coletadas para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Litoral Norte Gaúcho, foram realizadas reuniões envolvendo diversos atores da cadeia produtiva do turismo, representantes do governo municipal, instituições de ensino e sociedade civil, através de processo participativo nos 21 municípios, com data e local pré-agendado.

⁷⁷ Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte 2015-2025, p. 343.

(conclusão)

Forças	Fraquezas
Biodiversidade;	Pouca divulgação dos atrativos, falta de marketing;
Gastronomia;	Saúde/especialistas;
Rede Hoteleira;	Rede hoteleira;
Potencial para prática de esportes nas lagoas e turismo aventura;	Trânsito, congestionamento e imprudência;
Festas temáticas (Balonismo/Festa do Peixe, etc);	Transporte rodoviário (principalmente no inverno);
Miscigenação;	Descaracterização do patrimônio histórico;
Instituições de ensino pública e privada;	Entretenimento (inverno e verão);
Energia limpa (eólica);	Agroindústrias;
Construções antigas/patrimônio histórico-cultural;	Segurança;
	Desenvolvimento da região limitado;
	Pouco incentivo para o Turismo, em esferas municipal, estadual e federal;
	Não há valorização do artesanato;
	Restaurantes (inverno);
	Pouco conhecimento sobre os atrativos da região.

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte (2015-2025, 2015).

A definição das forças e fraquezas da região demonstra a visão do turismo voltado a eventos, esportes e cultura. Relevante notar a definição da sazonalidade como uma fraqueza da região, algo que pode ser superado com a constituição do turismo permanente e ocupação das segundas residências.

Também está apontada como uma fraqueza a “cultura individualista e sem sintonia entre os municípios”. Tal postura não contribui com a promoção do turismo, uma vez que para o desenvolvimento do turismo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul a inter-relação entre os municípios é necessária, uma vez que não há, ainda, um polo turístico na região, mas sim atividades espalhadas pelo território litorâneo.

Por outro lado, a qualidade de vida, a tranquilidade e o ambiente familiar são apontadas como forças regionais, tais pontos totalmente afeitos ao turismo permanente.

Cabe observar, ainda, os pontos definidos como oportunidades e ameaças ao desenvolvimento do turismo.

Quadro 17 - Oportunidades e ameaças previstas no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte 2015-2025.

Oportunidades	Ameaças
Duplicação BR 101;	Duplicação da BR 101;
Novos segmentos turísticos;	Clima (instabilidade climática);
Captação de investimentos	Migração da pobreza;
Legislação ambiental;	Legislação ambiental;
Consórcios dos municípios em áreas como saúde, meio ambiente, etc;	Informalidade no setor turístico;
Rota Binacional da Baleia Franca;	
Constituição de agroindústrias;	
Agricultura orgânica e redes associativas de alimentos orgânicos	

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Norte (2015-2025, 2015).

Como se percebe, não está definido como uma oportunidade a ocupação das segundas residências, nem mesmo a capacidade dos aposentados – turismo permanente – como forma de desenvolvimento do turismo do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Desse modo, a perspectiva do turismo no plano de desenvolvimento não contempla a evolução demográfica da região, bem como não se atenta à concorrência do litoral de Santa Catarina.

5. CONCLUSÕES

A análise do levantamento histórico do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul demonstra que a região esteve alheia aos processos de desenvolvimento comuns ao Estado, como o movimento das charqueadas e a colonização alemã e italiana.

Verificou-se, ainda, que a região do Litoral Norte era composta por grandes extensões de terra, concedidas por meio de sesmarias, situação que se altera significativamente quando do incurso de pessoas para fins terapêuticos na região, que buscavam o mar para tratamentos medicinais. Esse processo segue até 1940, quando se inicia a construção de balneários para fins de segunda residência.

Algumas ações foram empreendidas para que a região pudesse ter um desenvolvimento econômico, com a colonização alemã e italiana. Todavia, elas não obtiveram o mesmo êxito das colonizações do Vale dos Sinos e da Serra Gaúcha. Como evidenciado, as colônias foram colocadas na parte serrana do litoral, sem acesso às outras áreas do Litoral Norte. Portanto, o escoamento da produção foi um limitador para o desenvolvimento das colônias, que foram consideradas as menos desenvolvidas de todo o processo de colonização – alemã e italiana – do Estado do Rio Grande do Sul.

Verificou-se, ainda, que o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, até 1938, quando da inauguração da RS 030, sofreu graves problemas de acesso rodoviário, o que dificultou o desenvolvimento da região. Com o melhoramento das vias, inicia-se o processo de construção e ocupação dos balneários de segunda residência, nas décadas de 40 e seguintes, como Cidreira, Imbé, Tramandaí, Capão da Canoa, Xangri-lá e Torres.

A partir do momento em que o Litoral Norte passa por essa reconfiguração demográfica, a região começa a desenvolver maciçamente o Turismo de Sol e Mar. Os balneários de segunda residência impactaram significativamente o perfil socioeconômico dos municípios litorâneos, acabando por gerar a caracterização de alguns municípios como “municípios urbanos para segunda residência”. A saber, a presente dissertação adotou a classificação dos municípios como “urbanos permanente”, “urbanos para segunda residência”, “urbanos agroindustriais” e “rurais”.

Realizando a análise demográfica dos municípios da região, é evidente o aumento populacional na faixa litorânea, ou seja, nos municípios que possuem praia, principalmente nos municípios cujas sedes governamentais estão no litoral, como Tramandaí, Balneário Pinhal, Cidreira, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Xangri-lá e Torres. O deslocamento populacional em direção ao Litoral Norte é tamanho, que os municípios litorâneos ocupam, desde 1991, as primeiras posições no ranking de municípios com maior crescimento populacional.

Percebe-se, ainda, a perda populacional em municípios considerados como rurais, todavia, mesmo com essa perda, o crescimento regional não é afetado.

Entretanto, a realidade regional é marcada pela sazonalidade, principalmente do seu litoral, uma vez que há um elevado número de imóveis sem ocupação integral, chegando a 74,91% no Balneário Pinhal, 77,64% em Arroio do Sal, 75,56% em Cidreira, 66,14% em Capão da Canoa, 61,99% em Tramandaí e 75,96% em Xangri-lá. Ou seja, tais imóveis encontram-se com uso ocasional ou vagos.

Este cenário apresenta um contexto favorável ao desenvolvimento do turismo permanente, que consiste na atração para o território de aposentados. Como já exposto, o turista permanente busca regiões seguras para se transferir, com maior qualidade de vida, com custo relativamente baixo, com serviços de saúde qualificados e com acesso rodoviário de qualidade.

O elemento qualidade de vida é, atualmente, uma das marcas da região litorânea, posto que ainda apresenta um sentimento de segurança maior do que nos grandes centros. O custo de vida mais baixo é um dos elementos mais condizentes com a realidade litorânea, pois os gastos referentes à moradia, serem mitigados, uma vez que a moradia estará à disposição do proprietário.

O acesso rodoviário ao Litoral Norte do Estado do Rio Grande de Sul foi significativamente melhorado nas últimas décadas, e até mesmo nesta, com a duplicação da BR 101.

Portanto, o Litoral Norte possui uma tendência ao aproveitamento deste ramo turístico, que traz renda para a região, sem concorrência no mercado de trabalho com os já domiciliados. A saber, o aposentado, por já se encontrar numa condição profissional exaurida, não concorrerá com os moradores da região por nichos de mercado, muito pelo contrário, será consumidor de diversos serviços, como gastronômicos, de transporte, de assistência à saúde, de segurança e outros afeitos a sua condição existencial.

Ademais, o fomento ao turismo permanente tende a contribuir para a superação da sazonalidade, muito forte na região. Por outro lado, o incentivo ao turismo permanente tende a romper com projeções totalmente deploráveis ao Litoral e ao Estado do Rio Grande do Sul, que é a perda populacional para o Estado de Santa Catarina.

Ainda que a população do Litoral Norte esteja crescendo, principalmente a população acima de 60 anos, 5,41% ao ano, o percentual de domiciliados no Rio Grande do Sul que migram para o litoral de Santa Catarina e que possuem mais de 60 anos é de 6,33% ao ano. Com isso, infere-se que, em termos percentuais, a população acima de 60 anos – que advém do RS – e se domicilia em Santa Catarina é maior do que a população que vem para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

É de se salientar que entre os anos de 2000 a 2010, 81.734 saíram do Rio Grande do Sul para fixar domicílio no litoral de Santa Catarina. Por outro lado, apenas 58.338 pessoas mudaram-se de alguma região do RS para o Litoral Norte. Esses dados demonstram que o litoral de Santa Catarina é, em termos de fixação de residência, um concorrente ao Litoral Norte do RS.

Diante disso, tem-se por certo que o Litoral Norte do Rio Grande possui condições de abrigar o turismo permanente, entretanto não deve ser uma ação somente dos municípios litorâneos, mas sim uma ação do Estado do Rio Grande do Sul, pois há significativa perda populacional para Santa Catarina, principalmente de aposentados.

Na atual conjuntura do Estado, em que há um gasto elevado – cerca de 50% - com inativos, a perda dessa população representa transferir renda primária para Santa Catarina, ao invés desta renda primária ser alocada no próprio território gaúcho. Desse modo, o fomento do turismo permanente no Litoral Norte do Rio Grande do Sul não atenderá somente aos interesses da região, mas também do Estado do RS.

REFERÊNCIAS

- ACCURSO, Jorge da Silva. *Matriz Econômica do Litoral Norte*. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/programas/Matriz_Economica_LN.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- AGUIAR, Marcos Daniel Schimidt de. *História Econômica, Modernização e Desenvolvimento: Uma Análise Sobre as Primeiras Mudanças na Região do Litoral Norte Gaúcho*, 2006.
- _____. *Os Primórdios da Formação Socioespacial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. 2007. Boletim Gaúcho de Geografia, 32: 57-74, dez.
- ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. *Gestação das Condições Materiais da Implantação da Indústria Gaúcha —1870-1930*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 1992.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: As oposições na República Velha. In DACANAL, José Hildebrando, et al. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- ÁVILA, Lucas Veiga, et al. *A Experiência de um Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE – no Estado do Rio Grande do Sul*. *Holos*, Ano 29, Vol. 2, 2013.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BARCELLOS, Dayse Macedo de. et al. *Comunidade negra de Moro Alto*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- BASTOS, Manoel Fernandes. *Fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio*.
- BECKER, Ítala Irene Bastilhe. *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. 1976. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/antropologia29/itala.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- BLANCO, Márcio Munhoz. A senzala em movimento: Notas sobre os primórdios da família escrava nos Campos de Viamão (1747-1758). *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/blanco%20marcio%20munhoz.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís, *et al.* *Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES/RS: Articulações Regionais, Referenciais Estratégicos e Considerações Críticas*. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo24.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Rio de Janeiro: IBGE.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e Diferenciação do Espaço. *In* DACANAL, José Hildebrando, *et al.* *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários na Rio Grande do Sul*. História, Ciências e saúde – Manguinhos vol. 17 n. 01. Rio de Janeiro, 2010.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Germanismo e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. *XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização - "Saúde: Corporeidade – Educação"*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

COVOLAN, Fernanda Cristina, *et al.* Sesmarias, Lei de Terras de 18500 e a Cidadania – Sistema Legal x Sistema Social. *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*. Brasília – DF, Novembro de 2008.

DALMAZO, Renato Antonio. *As Relações de Comércio do Rio Grande do Sul — Do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004.

DORNELLES, Laura de Leão. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 2 No 4, Dezembro de 2010.

FOCHEZATTO, Adelar. *Dinâmica demográfica no Rio Grande do Sul: o expressivo aumento da população nos municípios praianos do Litoral Norte entre os anos 2000 e 2010*. Boletim de Pesquisa Interfaces. Porto Alegre: FACE/PUCRS, Vol. 1, Núm. 1, 2014.

FONSECA, Bianca Trindade da. *Missões Jesuíticas: Antecedentes Históricos*. 2011. Disponível em: <[http://www.partes.com.br/politica/missoesjesuiticass.asp](http://www.partes.com.br/politica/missoesjesuisticas.asp)>. Acesso em: 14 fev. 2015.

FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – FEPAM. *Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. 2000. nº 1. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/programas/zee/>>. Acesso em: 17 set. 2014.

FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde Moura *et al.* Litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: Indicadores Socioeconômicos e Principais Problemas Ambientais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. N. 13, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GRINBERG, Keila. Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa. *In* Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática, Brasília, anos 6, número especial, 2007.

HERÉDIA, Vania. *A Imigração Europeia no Século Passado: O Programa de Colonização no Rio Grande do Sul*. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (10), 1 de agosto de 2001.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: EDUNI-SUL, 1986.

KALECKI, M. ([1954]1983) *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).

KEYNES, J.M. ([1936]1983) *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. O Estado Novo no Rio Grande do Sul: A construção de uma História do trabalho e dos trabalhadores. *In* MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. *Recortes da História Brasileira*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. 2011. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/Livro-Digital.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 4. ed. Brasília: ESAF, 1988.

LUFT, Marcos Vinícios. *“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)*. Dissertação de mestrado. 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76239/000892661.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: UNESP, 2009.

MARQUES, Luiz Alberto. Pré-história e arqueologia: Os primeiros habitantes de Conceição do Arroio. In BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004.

MARX, Karl Heinrich. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto Alegre: Fronteiras do Caos, 2010.

MIRANDA, Marcia Eckert. *Fiscalidade e Guerra: o Rio Grande do Sul e o Brasil na Guerra da Cisplatina*. 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210594110_ARQUIVO_Artigo-IXEEHANPUH-2008.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MULHALL, Michael. O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs. In WITT, Marcos. *Fontes Litorâneas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha nos anos 30 aos 60. In DACANAL, José Hildebrando et al. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento econômico regional In: J. SCHWARTZMANN (org.) *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte: UFMG, 1977.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. *Revista Economia*, Brasília(DF), v.7, n.3, set/dez 2006.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Capital Social, Comunidade, Democracia e o Planejamento do Desenvolvimento no RS: Uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In Wittmann, Milton Luiz et al. *Desenvolvimento Regional: Capital Social, Redes e Planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2013.

_____. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu*. Diagnóstico. 2014.

PEREIRA, José Maria Dias; ARENDT, Marcelo. *O Desenvolvimento da Indústria Gaúcha no Séc. XX*. 2002. Fundação de Economia e Estatística - FEE. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_12_pereira_arendt.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

_____. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio-Grandense no Império. In DACANAL, José Hildebrando *et al.* *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

PICCOLO, Helga Iracema Langraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In *Revista de História*. Porto Alegre, Vol. 01, 1986/1987.

POSSAS, Mario Luiz. *Dinâmica da Economia Capitalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. In WITT, Marcos Antônio. *Fontes Litorâneas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. *A trajetória da terra ocupação e colonização do centro-norte do rio grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A Colonização Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul: Uma Abordagem na Perspectiva da História Comparada. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 5 Nº 10, Dezembro de 2013.

RUSCHEL, Ruy Ruben. *Torres tem história*. Porto Alegre: EST, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem ao Rio Grande do Sul. In WITT, Marcos Antônio. *Fontes Litorâneas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR, Ronaldo. *Desenvolvimento do Rio Grande do Sul: Dois Projetos. Textos Para Discussão*: PPGE UFRGS, 2001. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ppge/textos-para-discussao.asp?ano=2001>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

SCHMITZ, Pedro Inácio. Populações indígenas na região de Torres. In WITT, Marcos Antônio. *Fontes Litorâneas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura Familiar e Industrialização*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHOSSLER, Joana Carolina. “As Nossas Praias”: Os Primórdios da Vilegiatura Marítima no Rio Grande do Sul (1900 - 1950). Dissertação de mestrado, 2010.

_____. *História do Veraneio no Rio Grande do Sul*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SCHOSSLER, Joana Carolina. Lembranças Fotográficas da Vilegiatura Marítima no Rio Grande do Sul. *Anais do X Encontro Estadual de História - O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras entre o Regional e o Nacional*. 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1278280844_ARQUIVO_JoanaCarolinaSchossler-TextoANPUH.pdf>. Acesso em 20 jun. 2015.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

SEHN, Cristiano José, et al. Fundamentos Teóricos do Desenvolvimento Regional. In *5º Encontro de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação Lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento e Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SIQUEIRA, Deis Elucy. *História Social do Turismo*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Vieira, 2005.

SOARES, Leda Saraiva. *A saga das praias gaúchas*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 2000.

_____. *Imbé*. Tramandaí: Edição da autora, 2002.

_____. *Tramandaí/Imbé 100 anos de História*. Porto Alegre: Est Edições, 2008.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Territórios e Povos Originários (Des)velados na Metrópole de Porto Alegre. In FREITAS, Ana Elisa, et al. *Povos Indígenas na Bacia*

Hidrográfica do Lago Guaíba. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. 2008.

STROHAECKER, Tânia Marques; TOLDO JR., Elírio Ernestino. *A dinâmica territorial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. 2006. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1298/000564382.pdf?sequence=1&locale=pt_BR>. Acesso em: 15 set. 2014.

STROHAECKER, Tânia, Marques. *A Urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do Município de Capão da Canoa*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

STROHAECKER, Tânia Marques, *et al.* Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas Desde la Geografía y las Ciencias Sociales – O Litoral Norte do Rio Grande do Sul Como um Pólo de Sustentabilidade Ambiental do Brasil Meridional. 2007. *IX Coloquio Internacional de Geocrítica*. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/tania.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

STROHAECKER, Tânia Marques. O Planejamento Territorial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. 2011. *XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Maio de 2011. Rio de Janeiro/RJ.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits *et al.* *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.

TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

TORRES, Luiz Henrique. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63)*. Biblos, Rio Grande, 16: 177-189, 2004.

VEIGA, José Eli da. Vicissitudes da Governança Cidadã: Os Conselhos Regionais Gaúchos (COREDE). *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*. Vol. VIII. Nº 13. Salvador, BA. Janeiro de 2006.

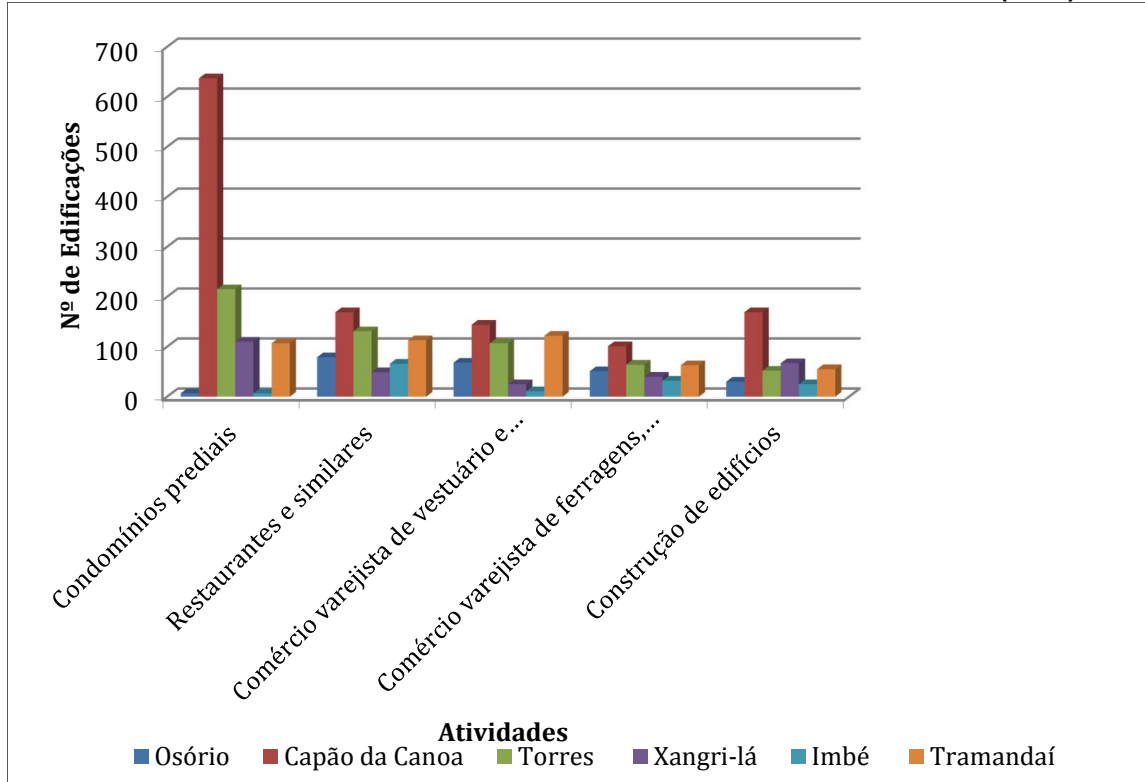
WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao Sol: Estratégias políticas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. Visões litorâneas – o Litoral Norte do Rio Grande do Sul sob o olhar de Saint-Hilaire, Seidler e Roquette-Pinto. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 38, nov. 2012.

APÉNDICE

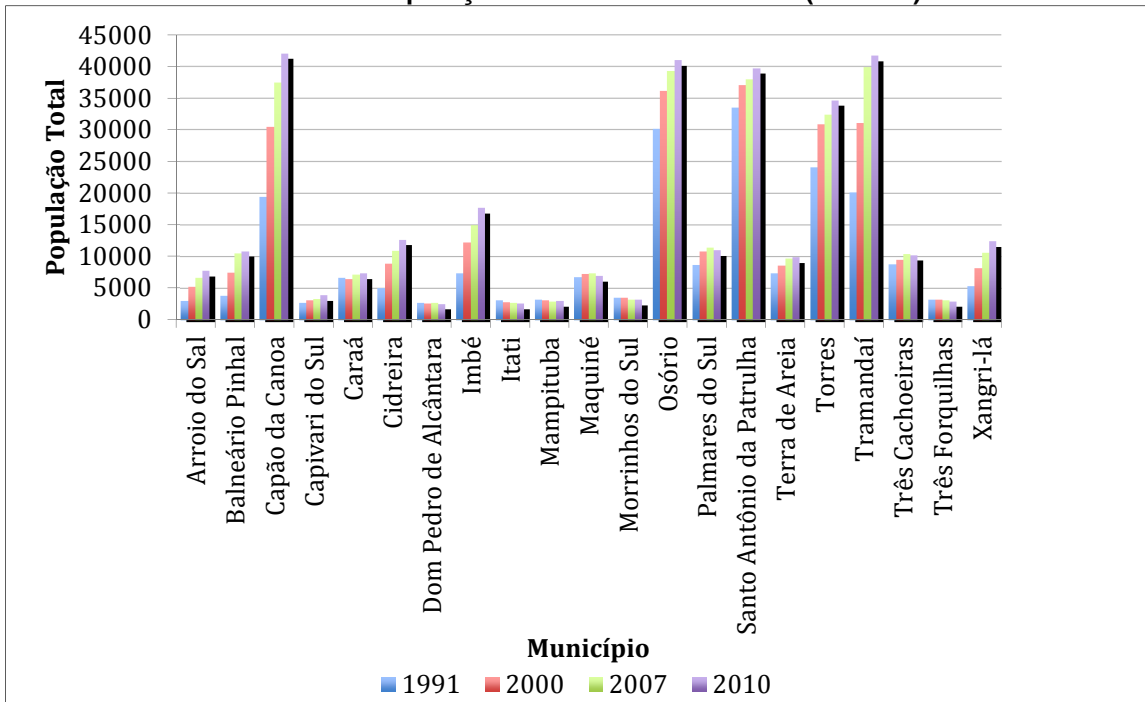
APÊNDICE A – GRÁFICOS REFERENTES ÀS TABELAS APRESENTADAS NA DISSERTAÇÃO.

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos no RS e no Litoral Norte do RS (fl. 46)



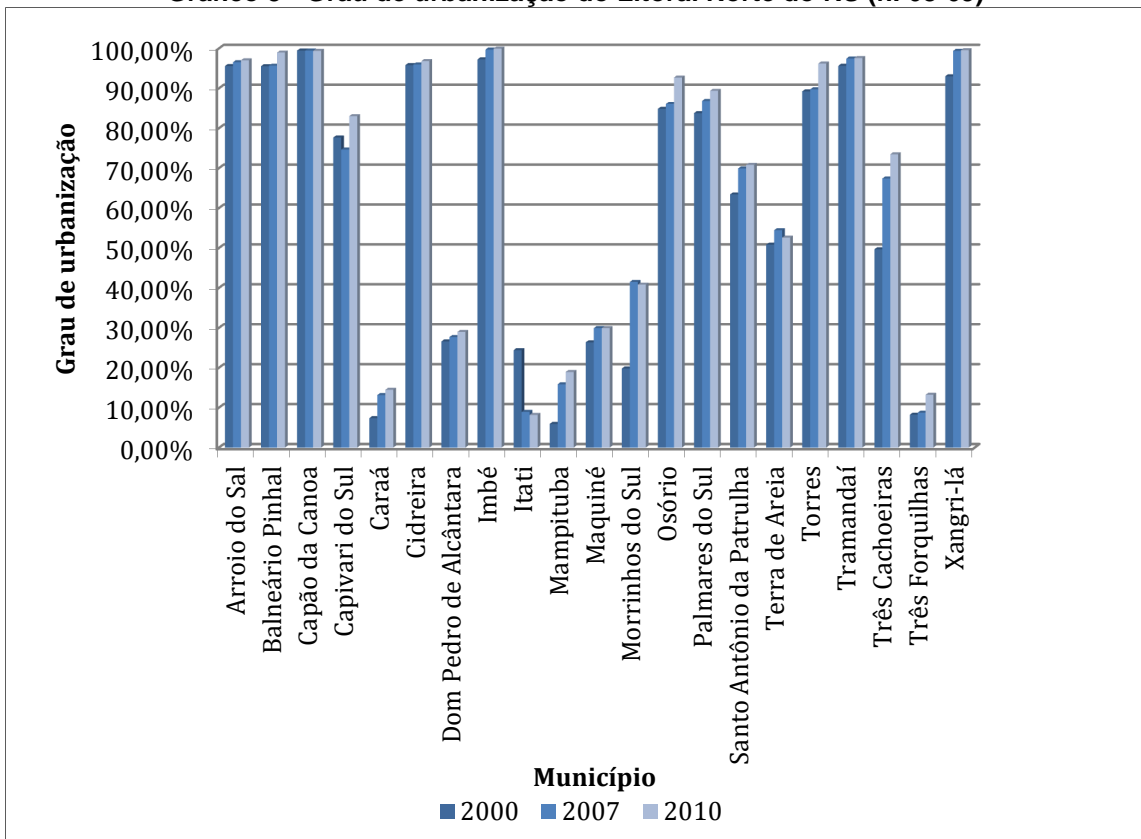
Fonte: IBGE, (2010).

Gráfico 2 - População do Litoral Norte do RS (fl. 68-69)



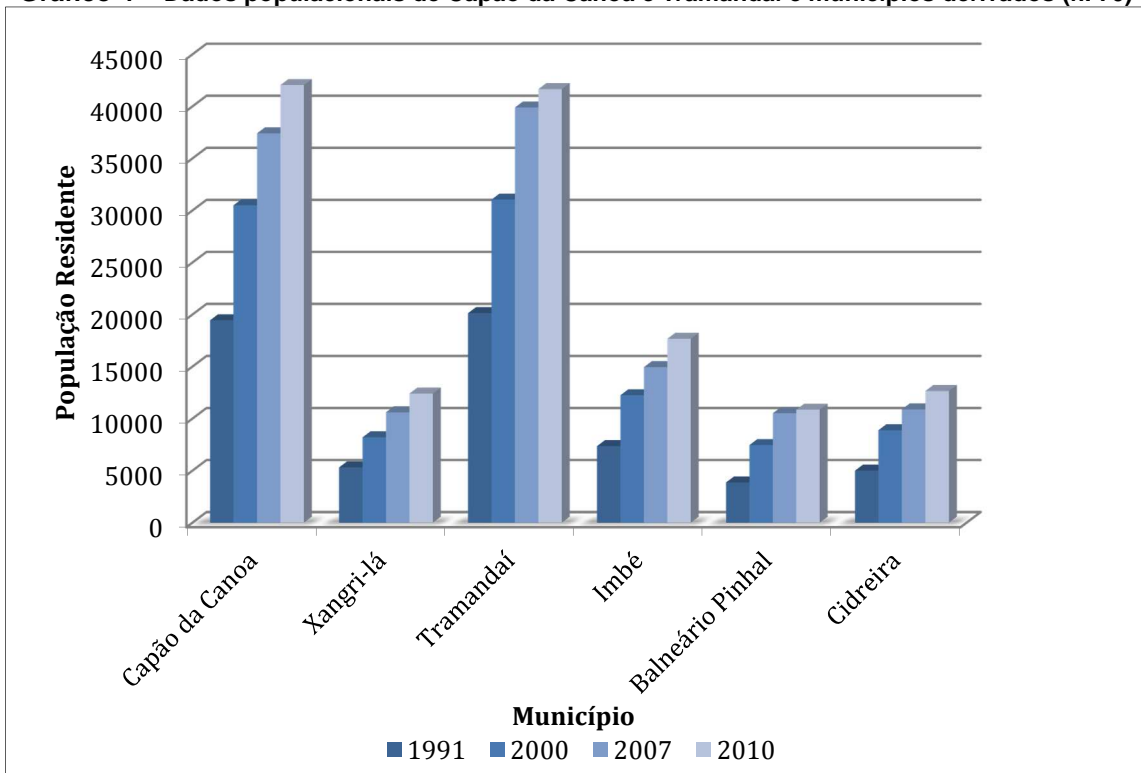
Fonte: CENSO (1991, 2000, 2007 e 2010).

Gráfico 3 - Grau de urbanização do Litoral Norte do RS (fl. 68-69)



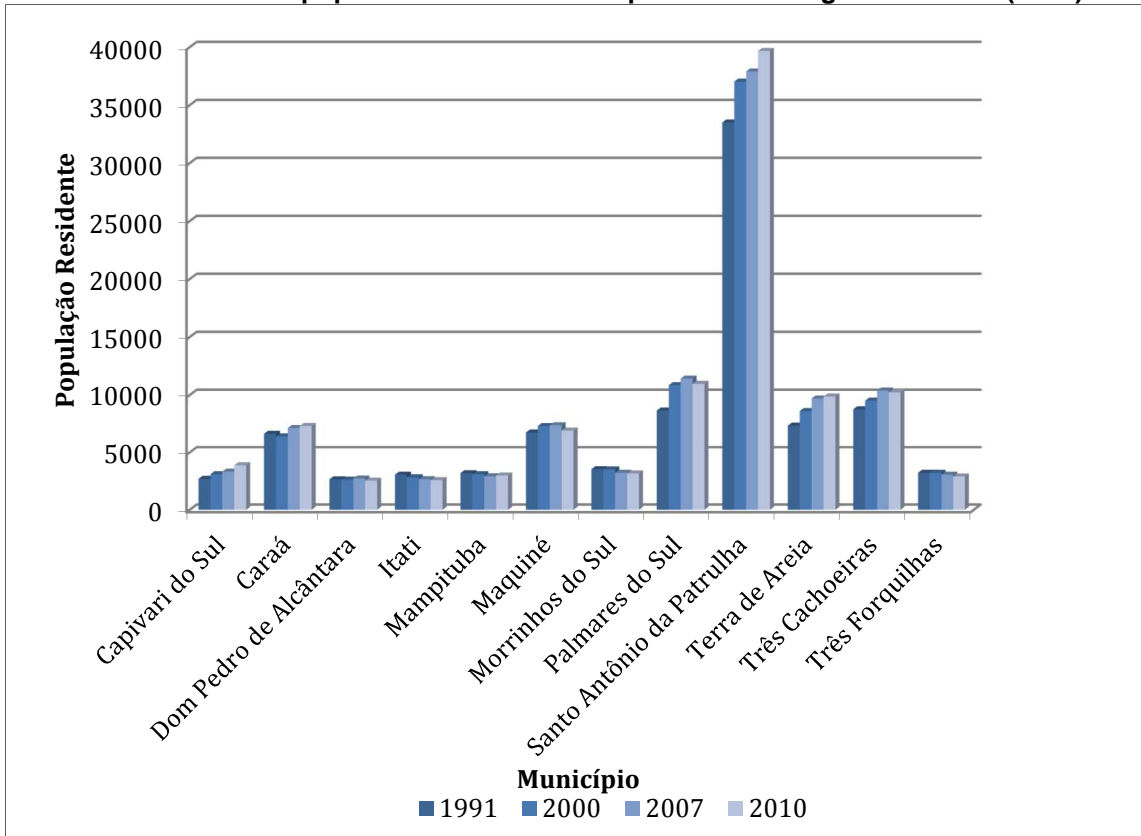
Fonte: CENSO (2000, 2007 e 2010).

Gráfico 4 – Dados populacionais de Capão da Canoa e Tramandaí e municípios derivados (fl. 70)



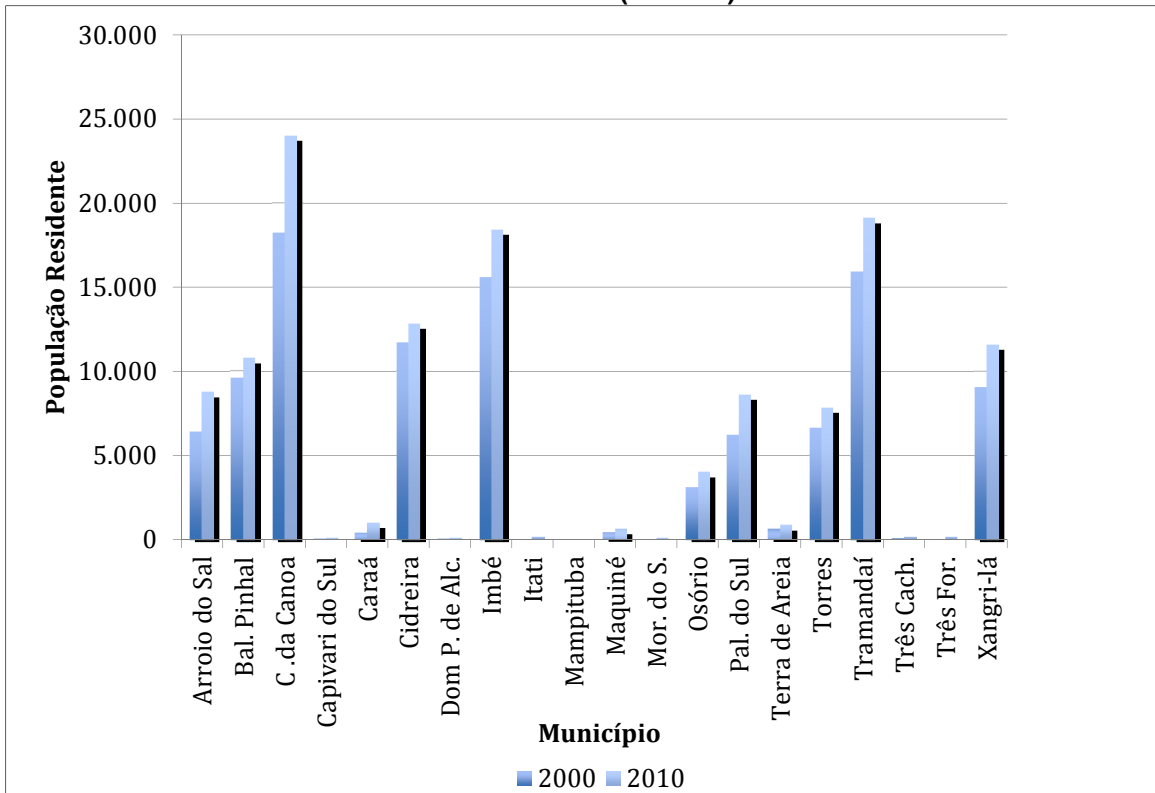
Fonte: CENSO (1991, 2000, 2007 e 2010).

Gráfico 5 – Dados populacionais dos Municípios Rurais e Agroindustriais (fl. 70)



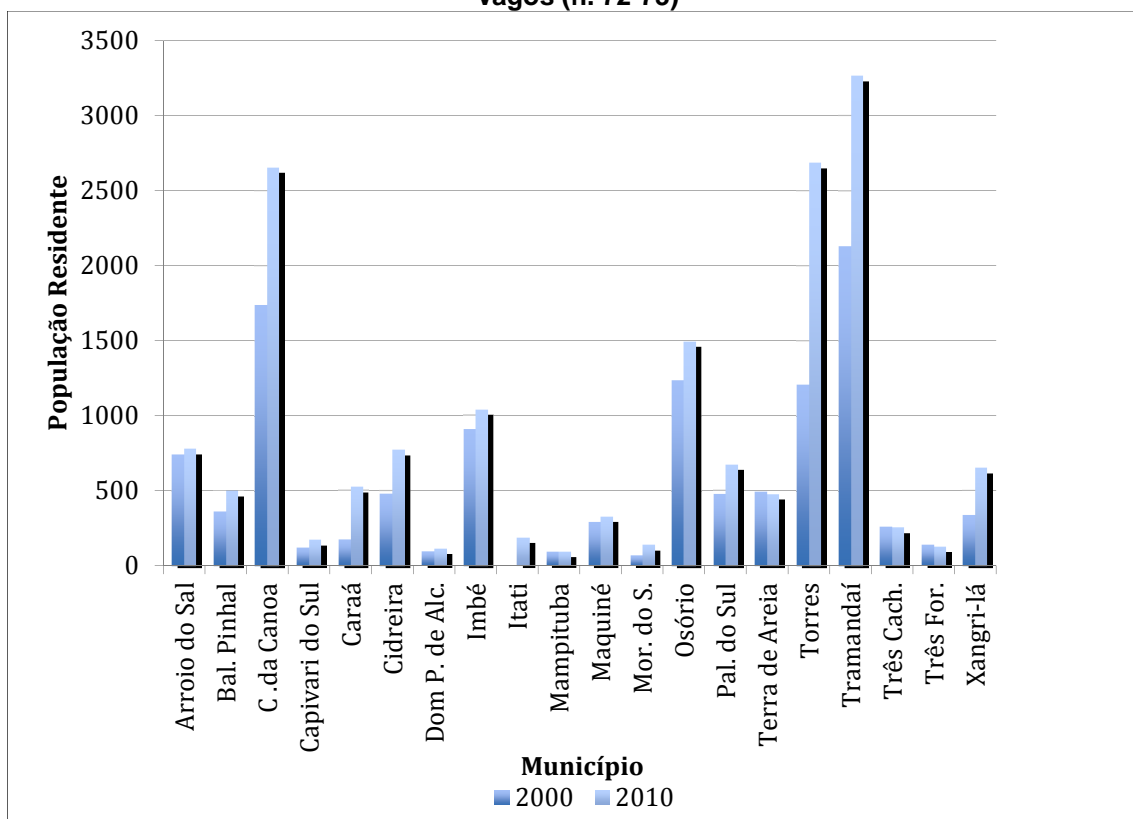
Fonte: CENSO (1991, 2000, 2007 e 2010).

**Gráfico 6 – Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em valores absolutos
Uso Ocasional (fl. 72-73)**



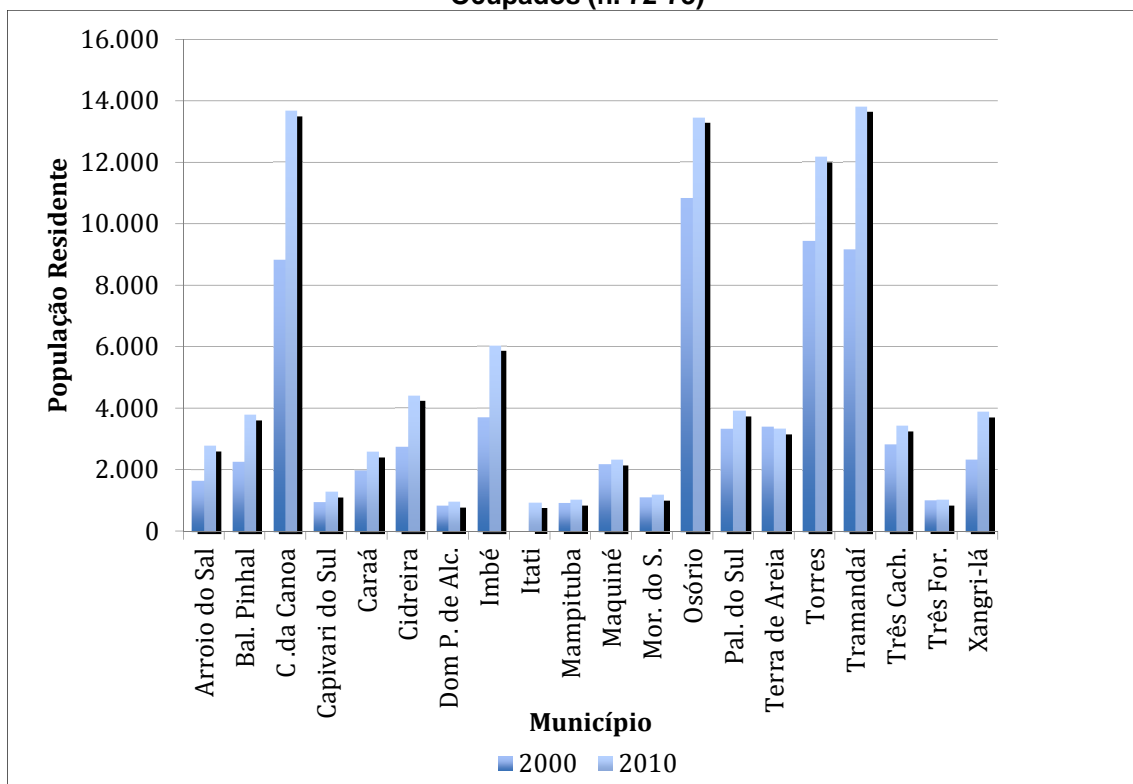
Fonte: CENSO (2000 e 2010).

Gráfico 7 - Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em valores absolutos Vagos (fl. 72-73)



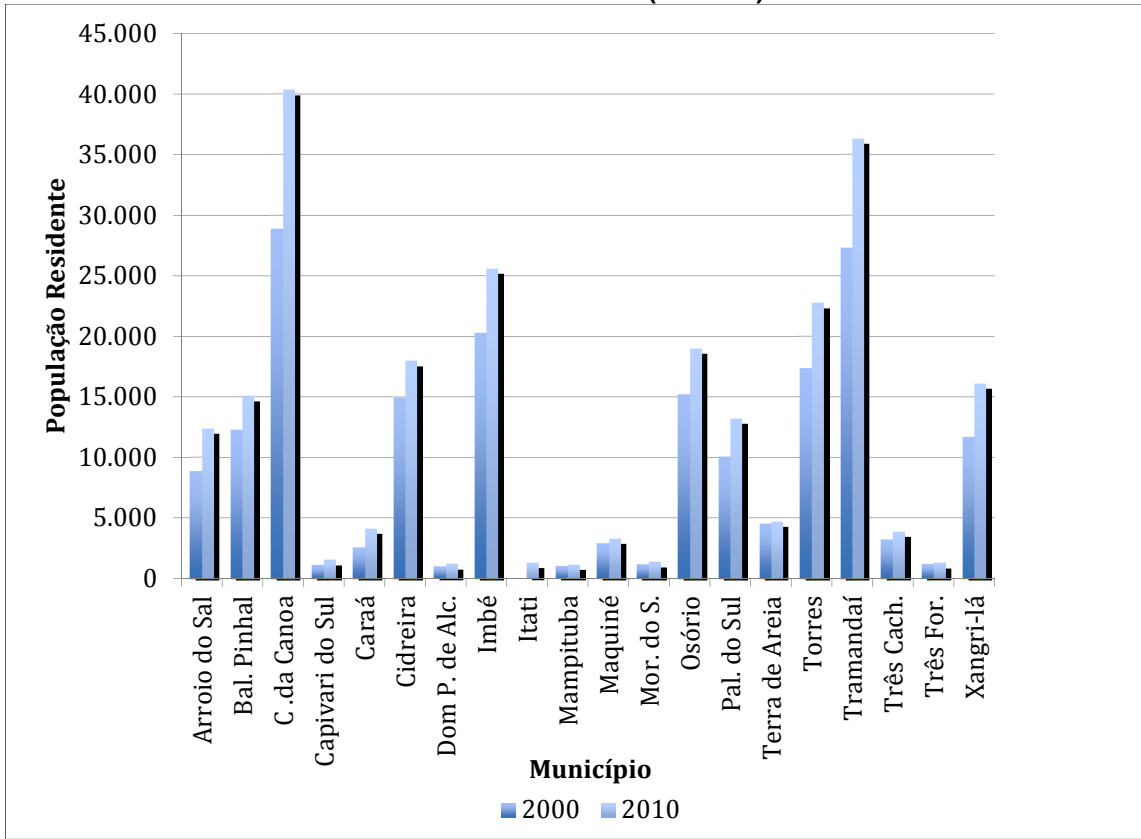
Fonte: CENSO (2000 e 2010).

Gráfico 8 - Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em valores absolutos Ocupados (fl. 72-73)



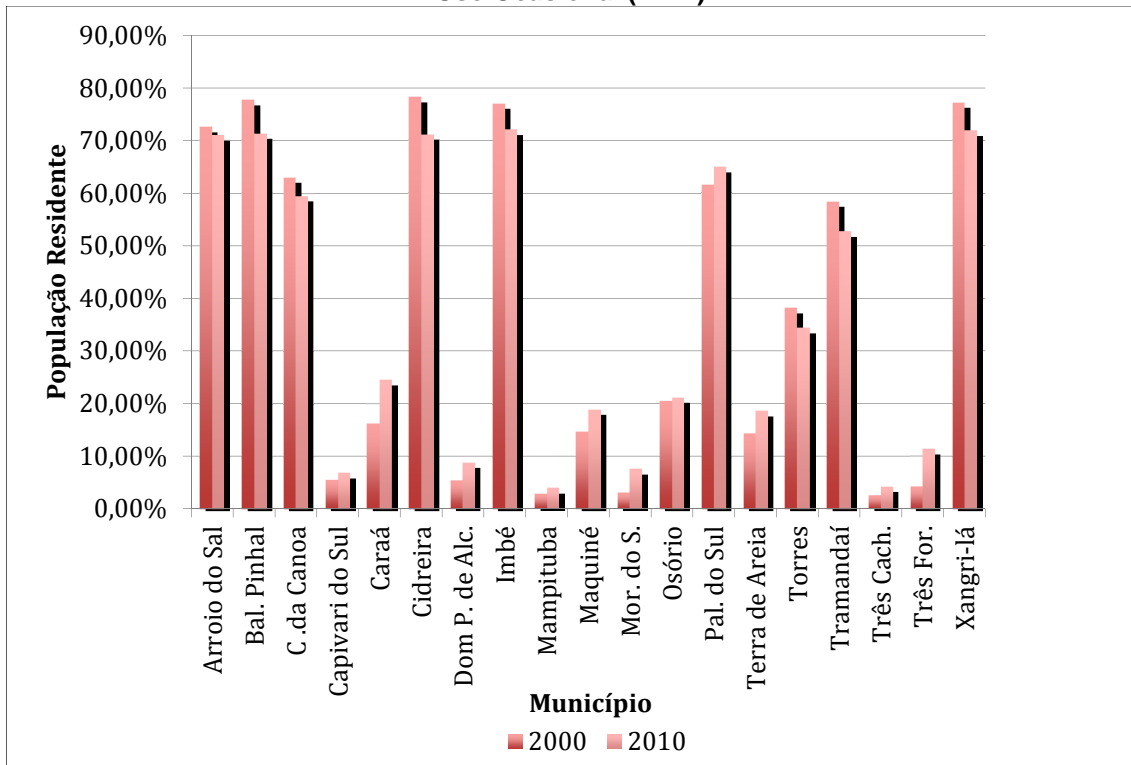
Fonte: CENSO (2000 e 2010).

**Gráfico 9 - Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em valores absolutos
Total de residências (fl. 72-73)**



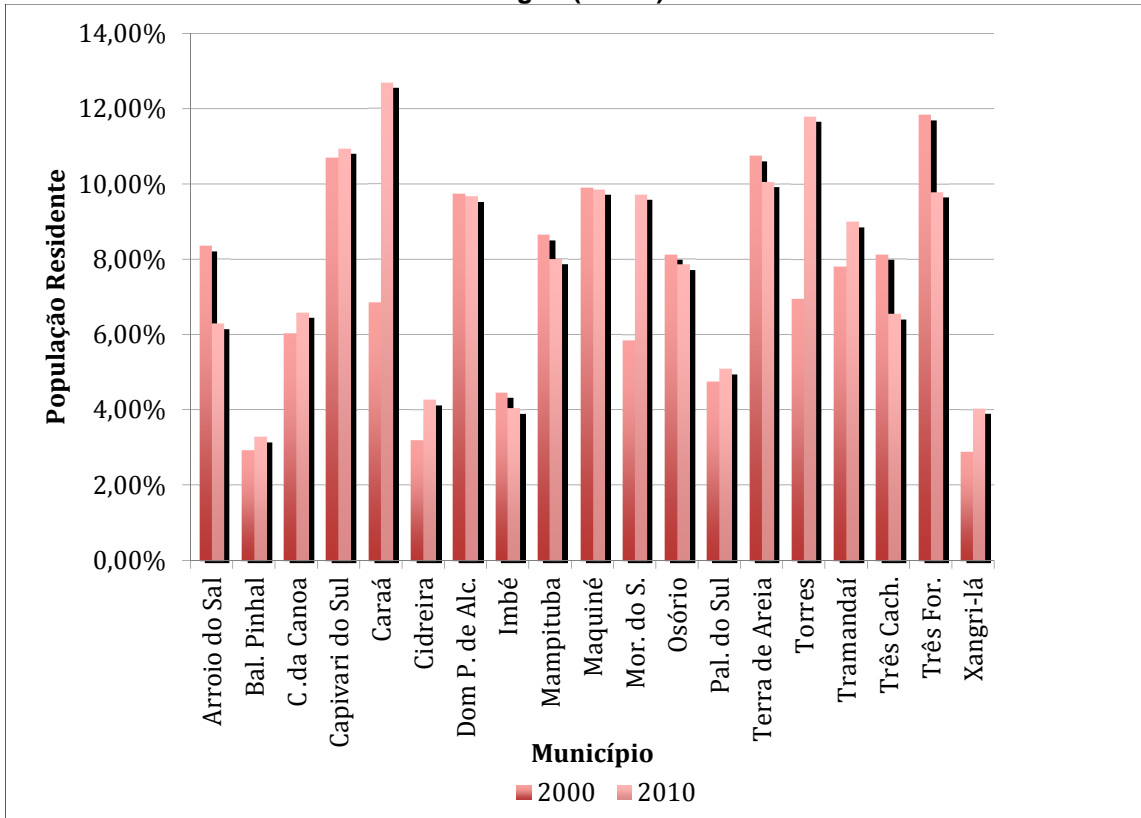
Fonte: CENSO (2000 e 2010).

**Gráfico 10 - Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em termos percentuais
Uso Ocasional (fl. 74)**



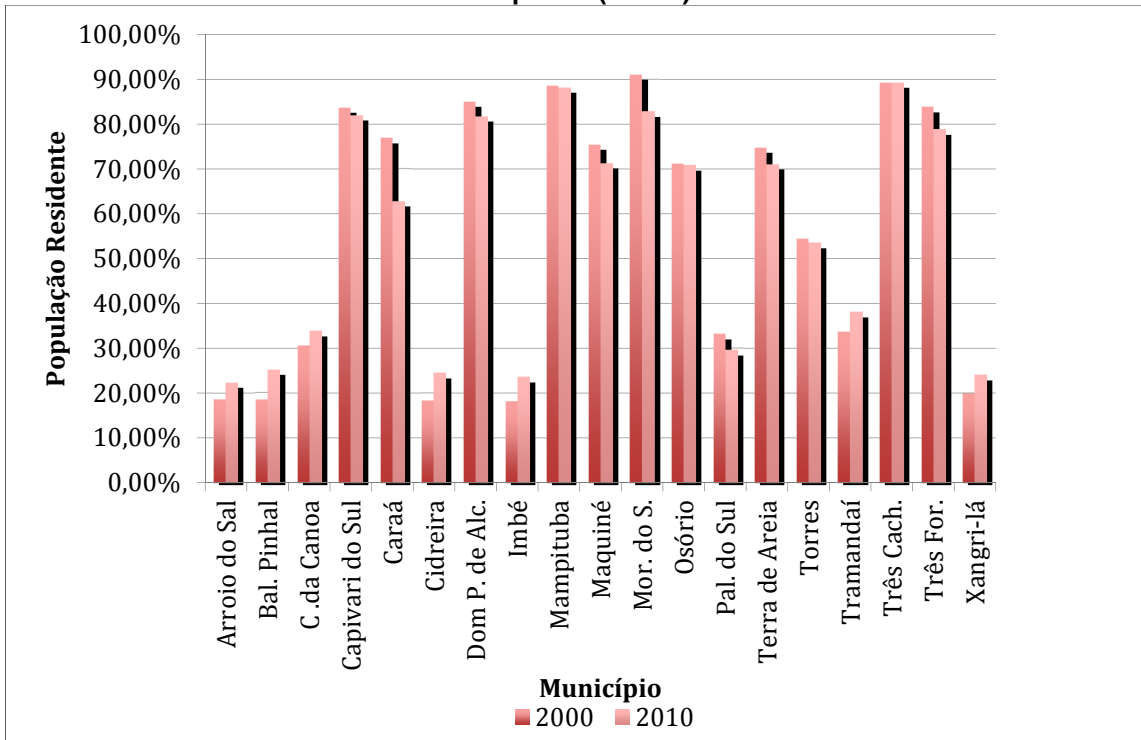
Fonte: CENSO (2000 e 2010).

Gráfico 11 - Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em termos percentuais Vagos (Fl. 74)



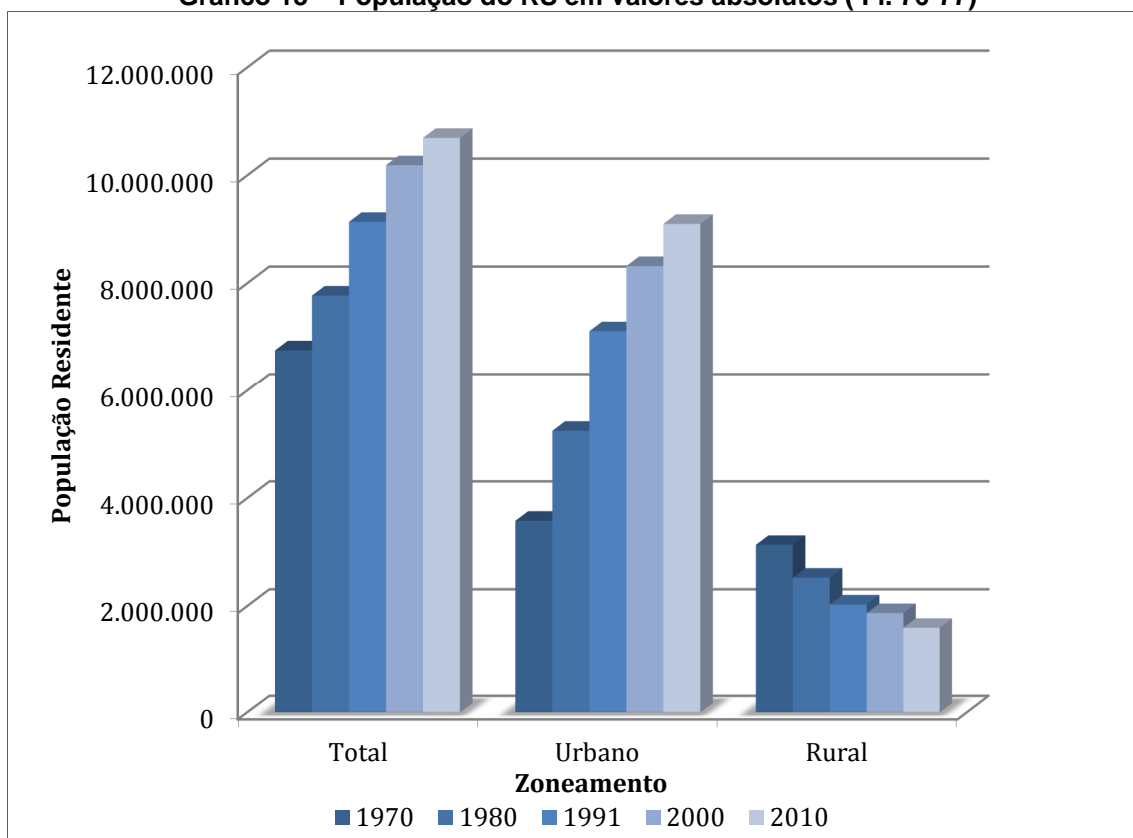
Fonte: CENSO (2000 e 2010).

Gráfico 12 - Destinação dos domicílios no Litoral Norte do RS em termos percentuais Ocupados (Fl. 74)



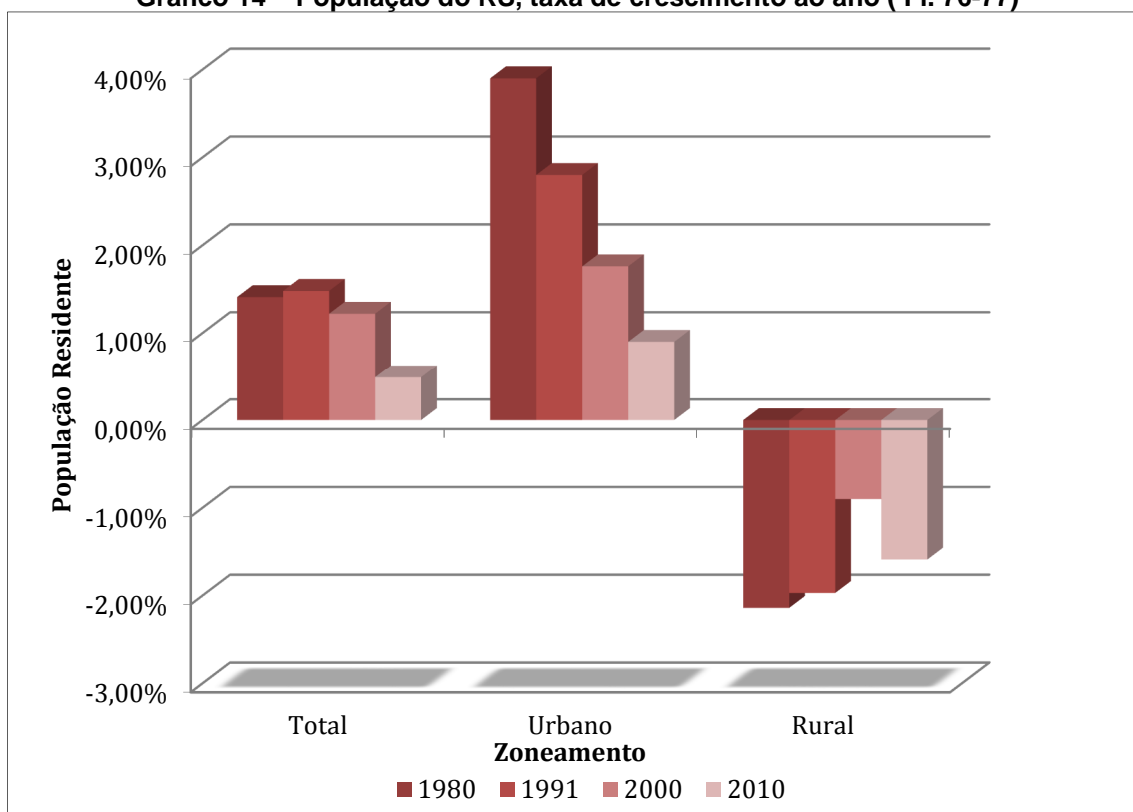
Fonte: CENSO (2000 e 2010).

Gráfico 13 – População do RS em valores absolutos (Fl. 76-77)



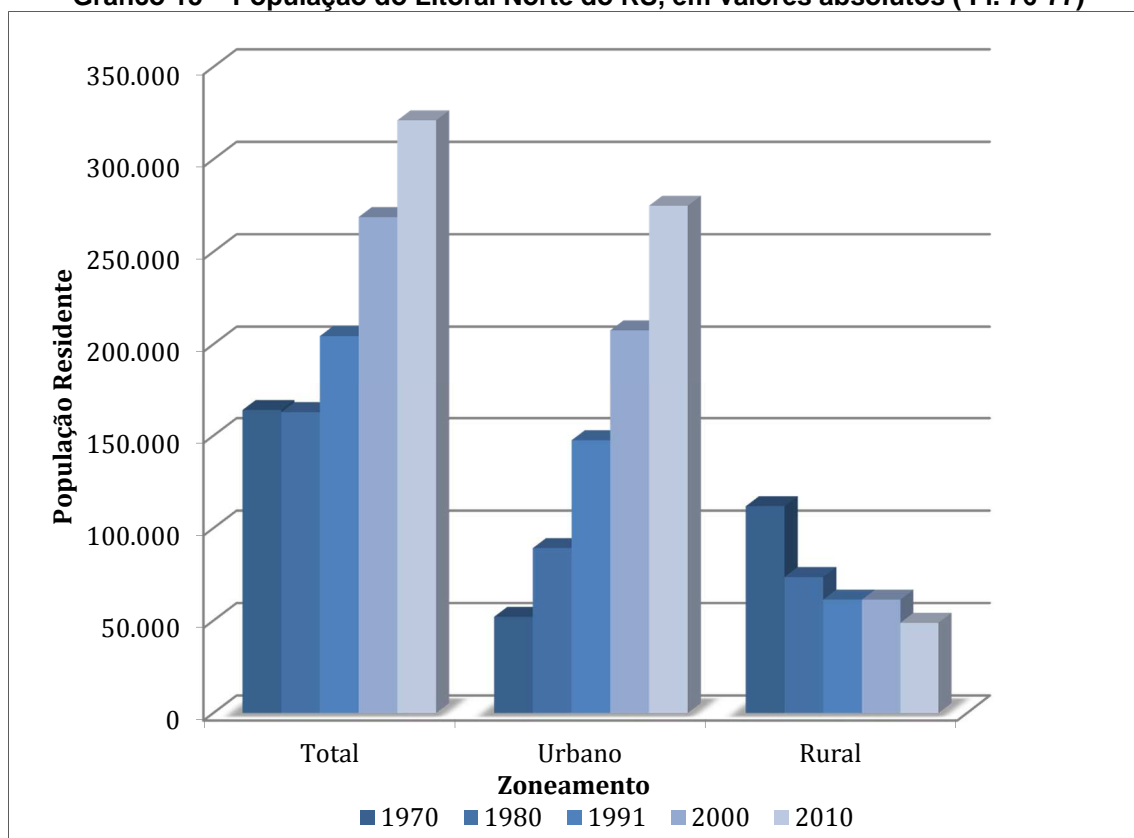
Fonte: CENSO, (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 14 – População do RS, taxa de crescimento ao ano (Fl. 76-77)



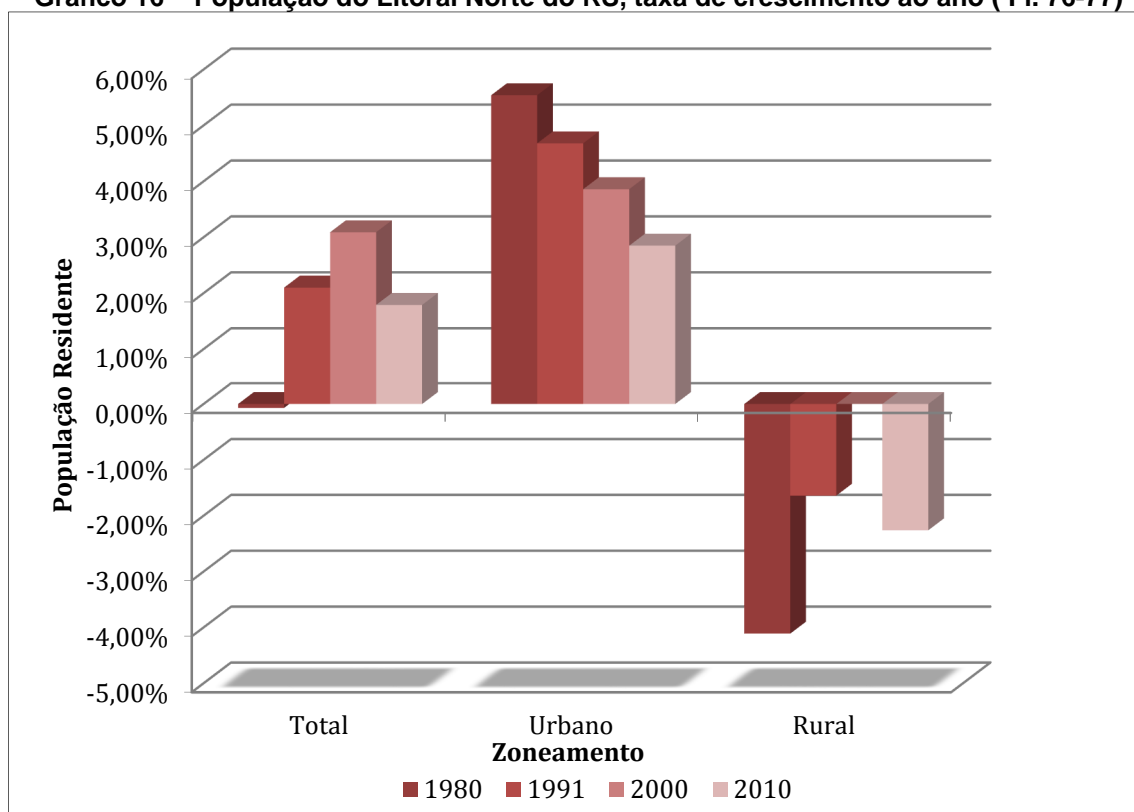
Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 15 – População do Litoral Norte do RS, em valores absolutos (FI. 76-77)



Fonte: CENSO (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 16 – População do Litoral Norte do RS, taxa de crescimento ao ano (FI. 76-77)



Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 17 – Crescimento populacional no Litoral Norte do RS (Fl. 77)

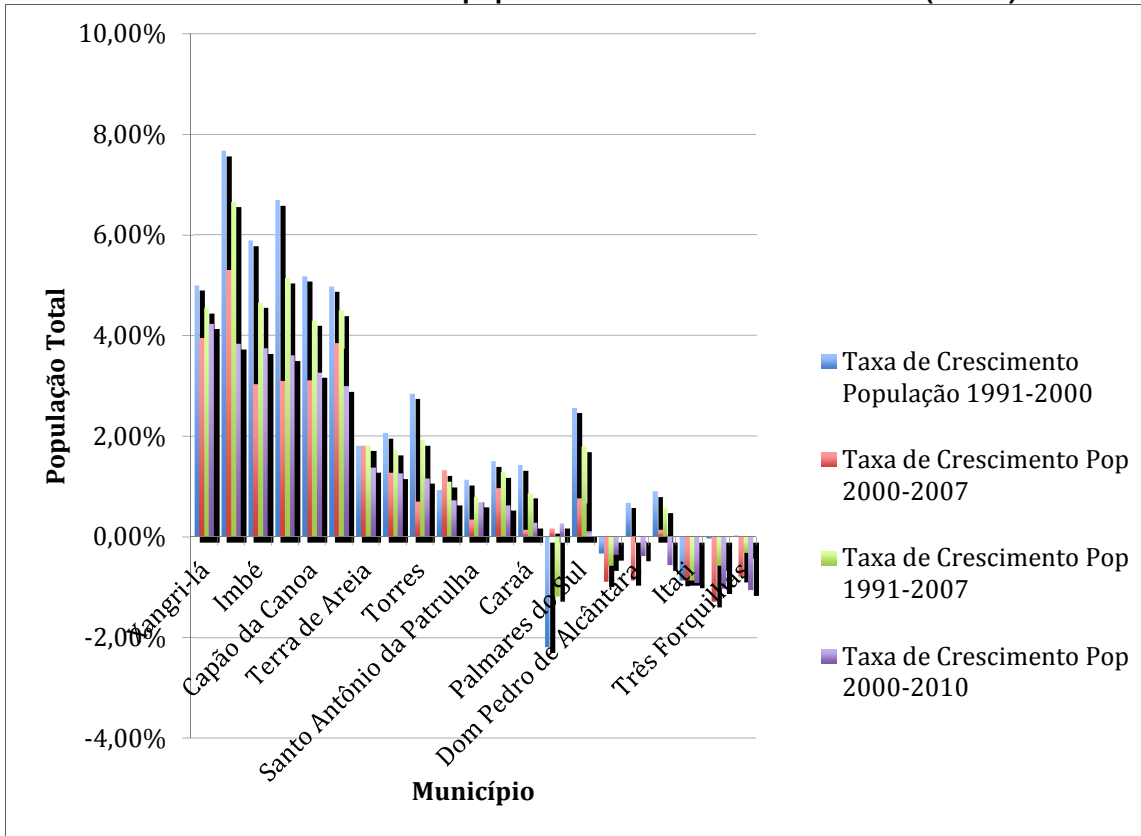


Gráfico 18 – População do Litoral Norte do RS conforme naturalidade, em valores absolutos (fl. 78)

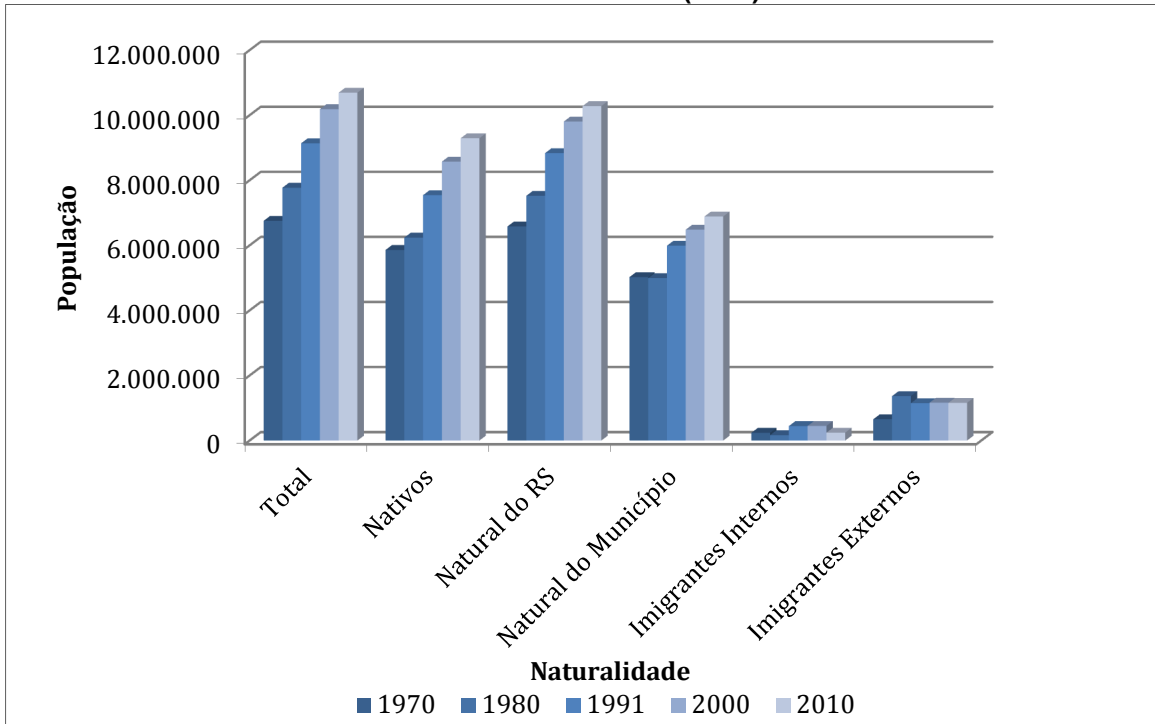
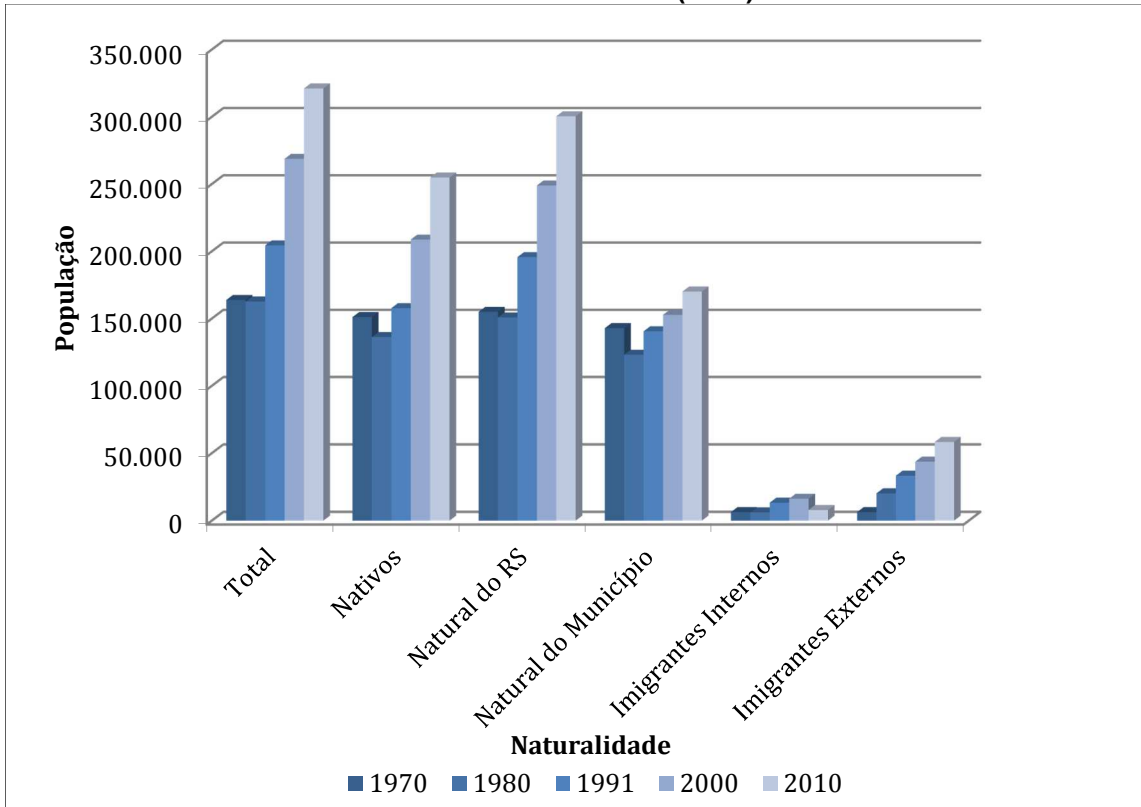
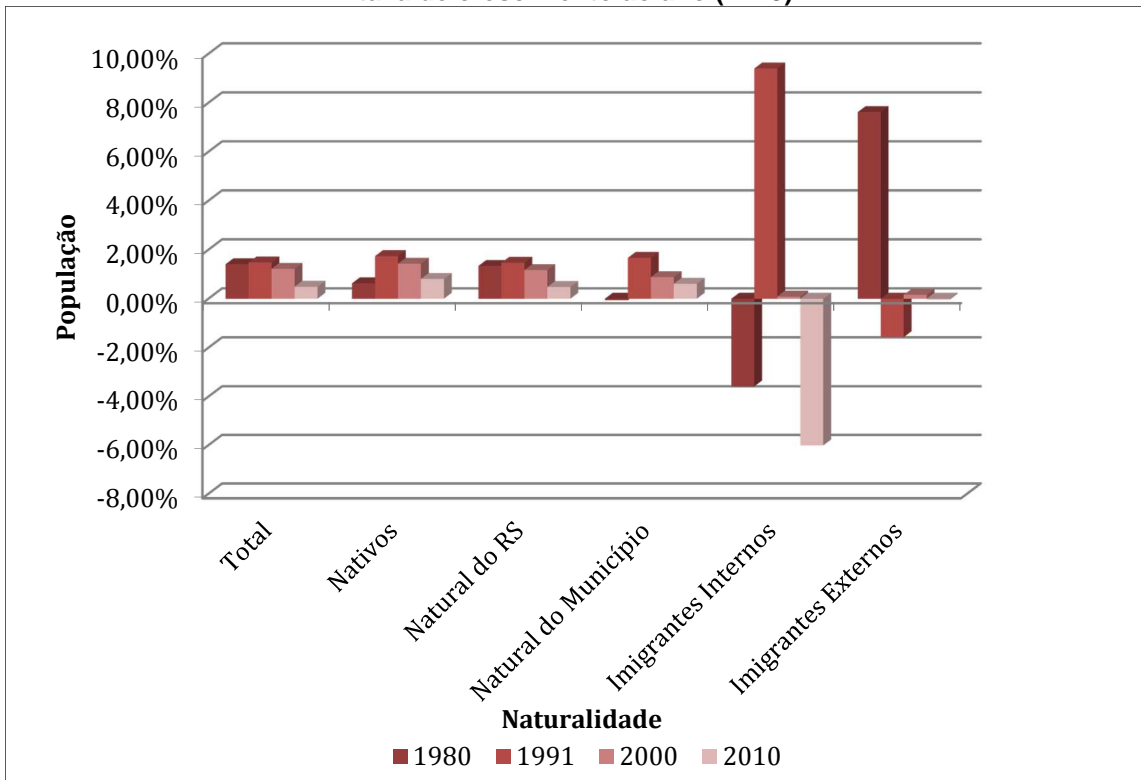


Gráfico 19 - População do RS conforme naturalidade, em valores absolutos (fl. 78)



Fonte: CENSO (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 20 - População do RS conforme naturalidade, taxa de crescimento ao ano (fl. 79)



Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 21 - População do Litoral Norte/RS conforme naturalidade, taxa de crescimento ao ano (fl. 79)

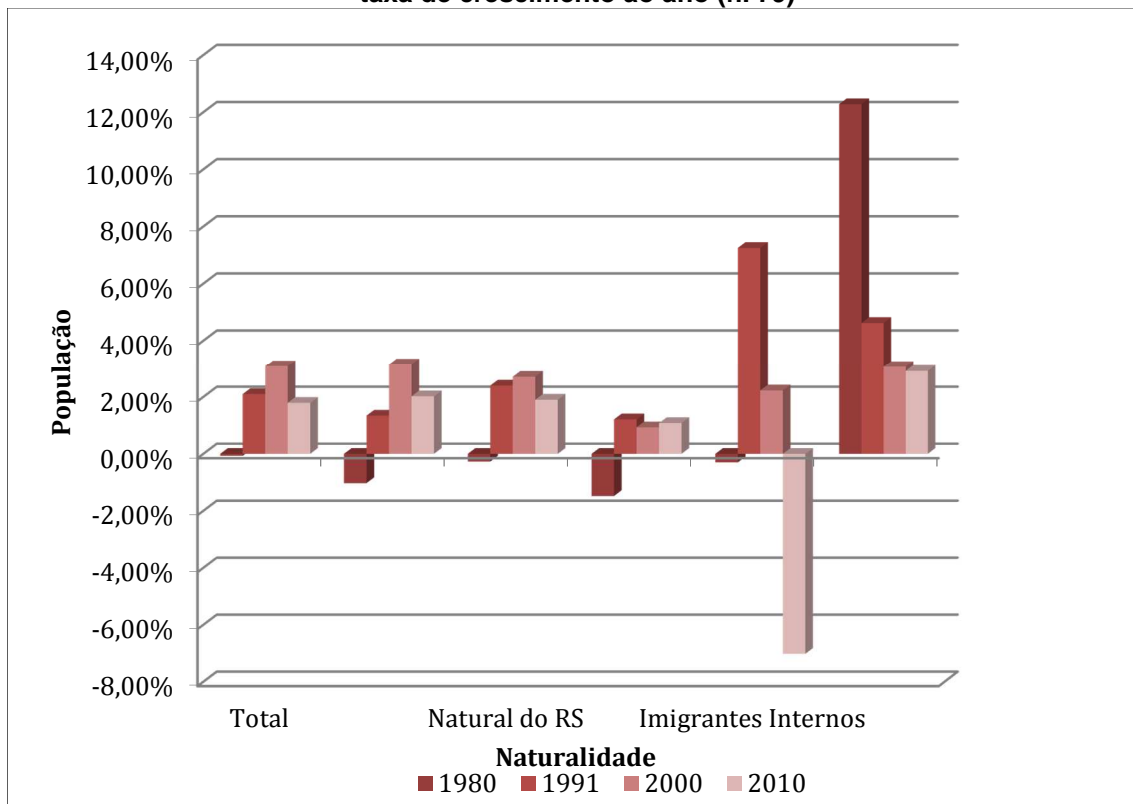


Gráfico 22 - População do RS conforme idade, em valores absolutos (fl. 80)

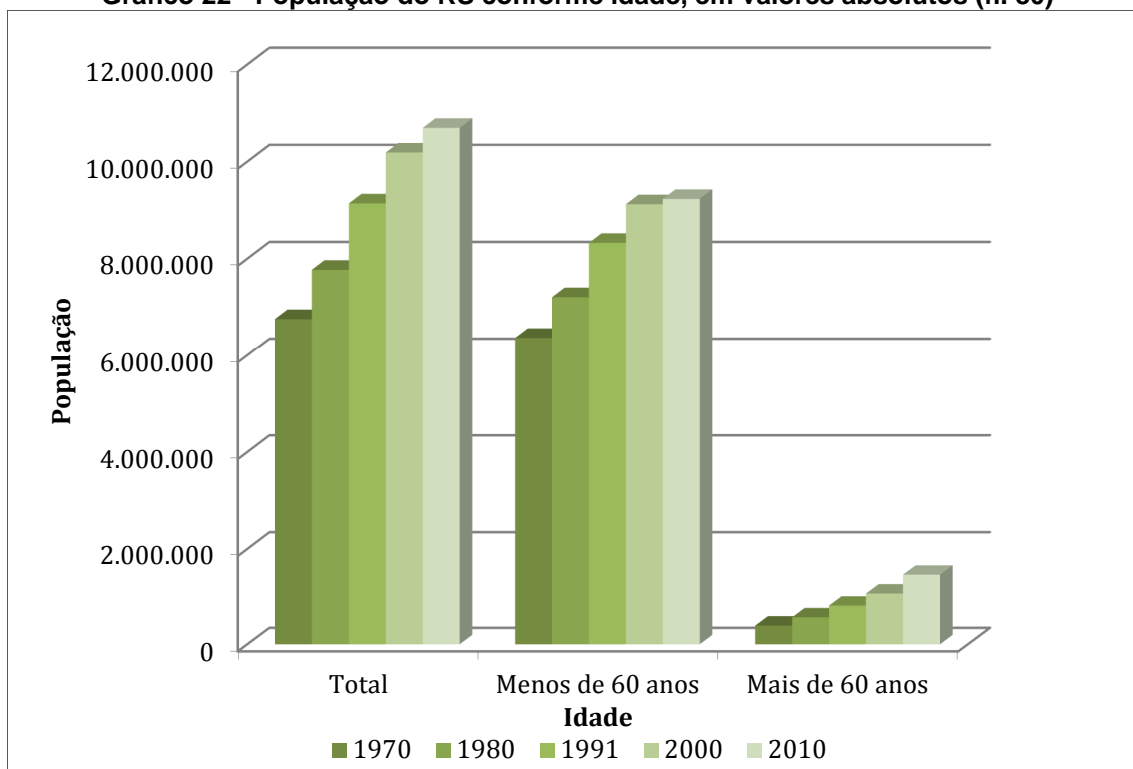
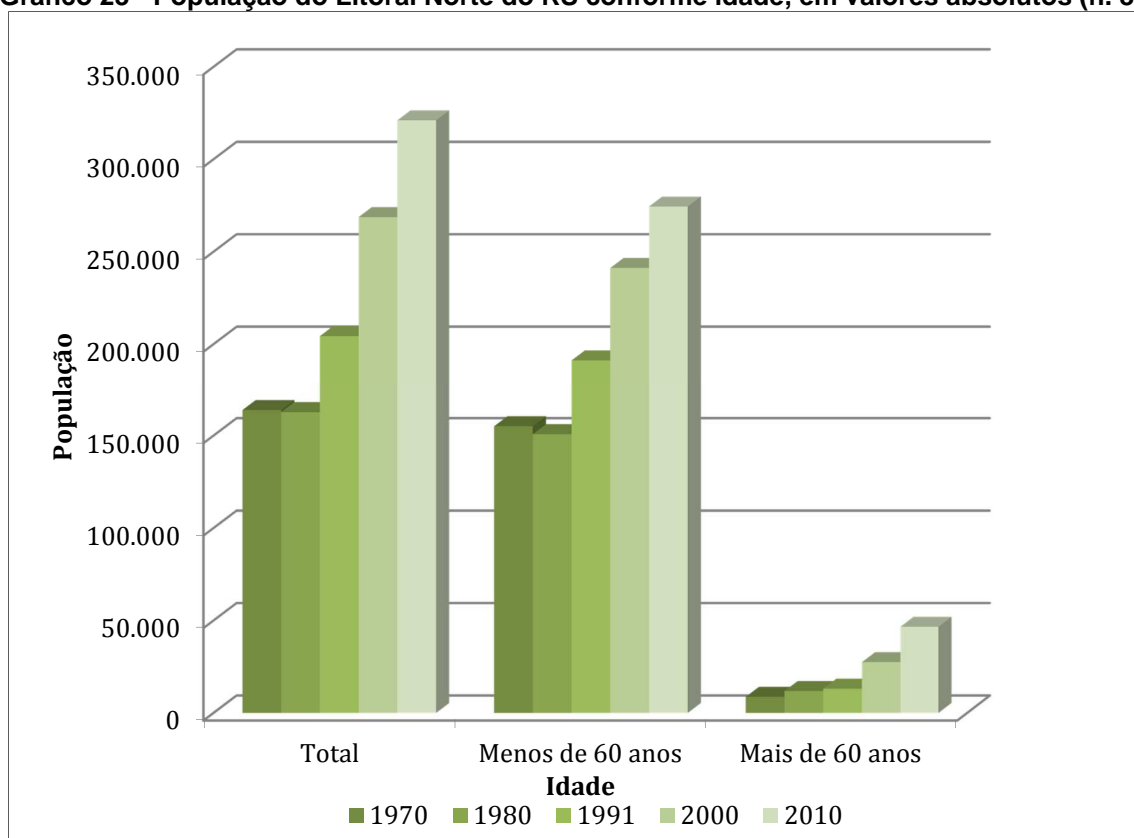
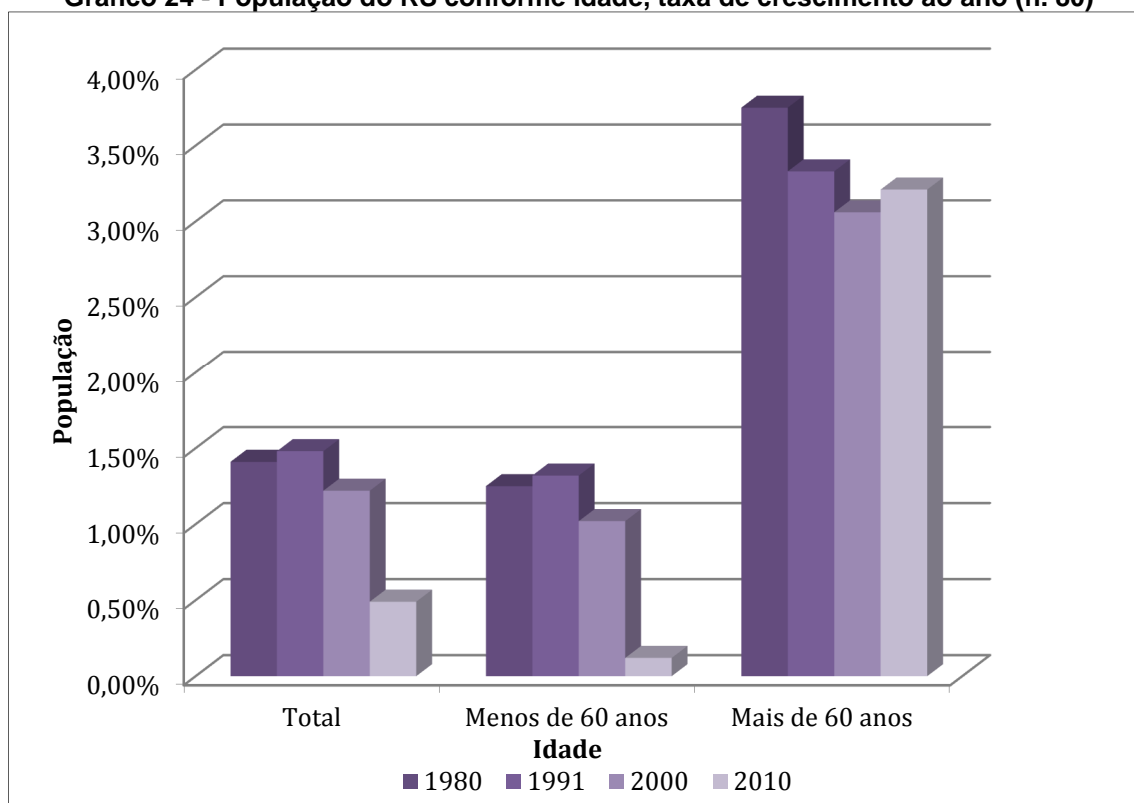


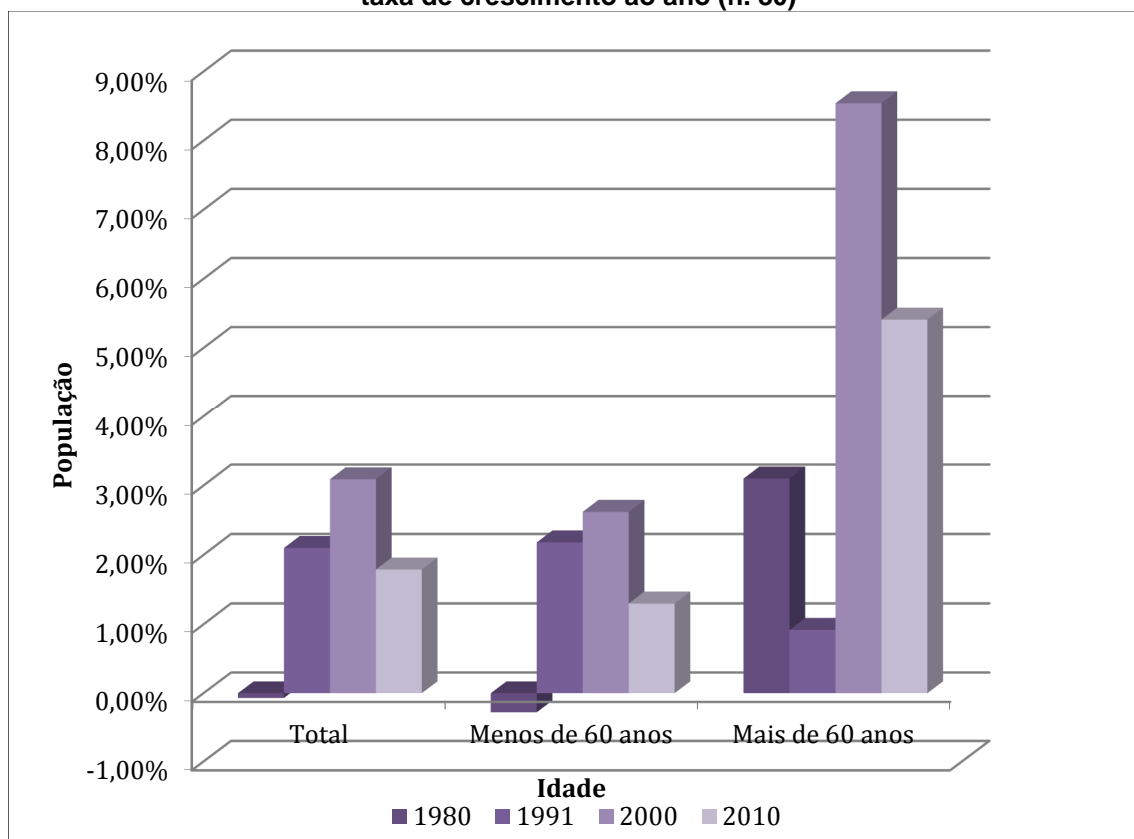
Gráfico 23 - População do Litoral Norte do RS conforme idade, em valores absolutos (fl. 80)

Fonte: CENSO (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 24 - População do RS conforme idade, taxa de crescimento ao ano (fl. 80)

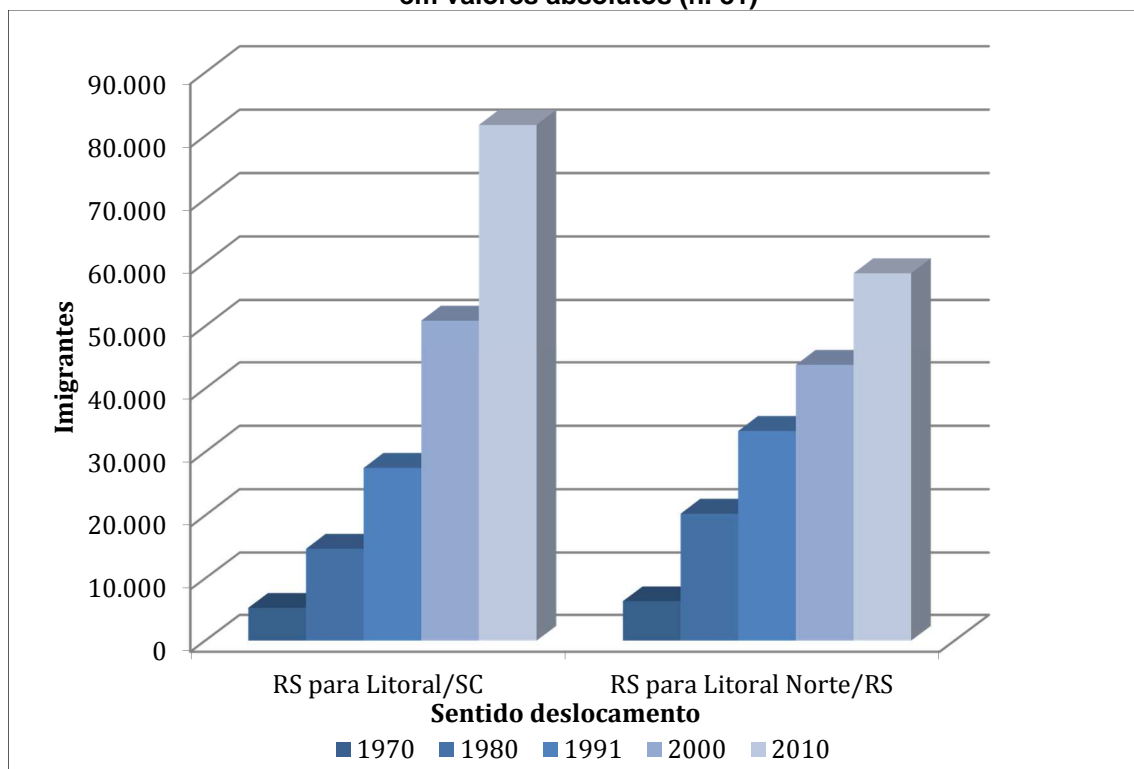
Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 25 - População do Litoral Norte/RS conforme idade, taxa de crescimento ao ano (fl. 80)



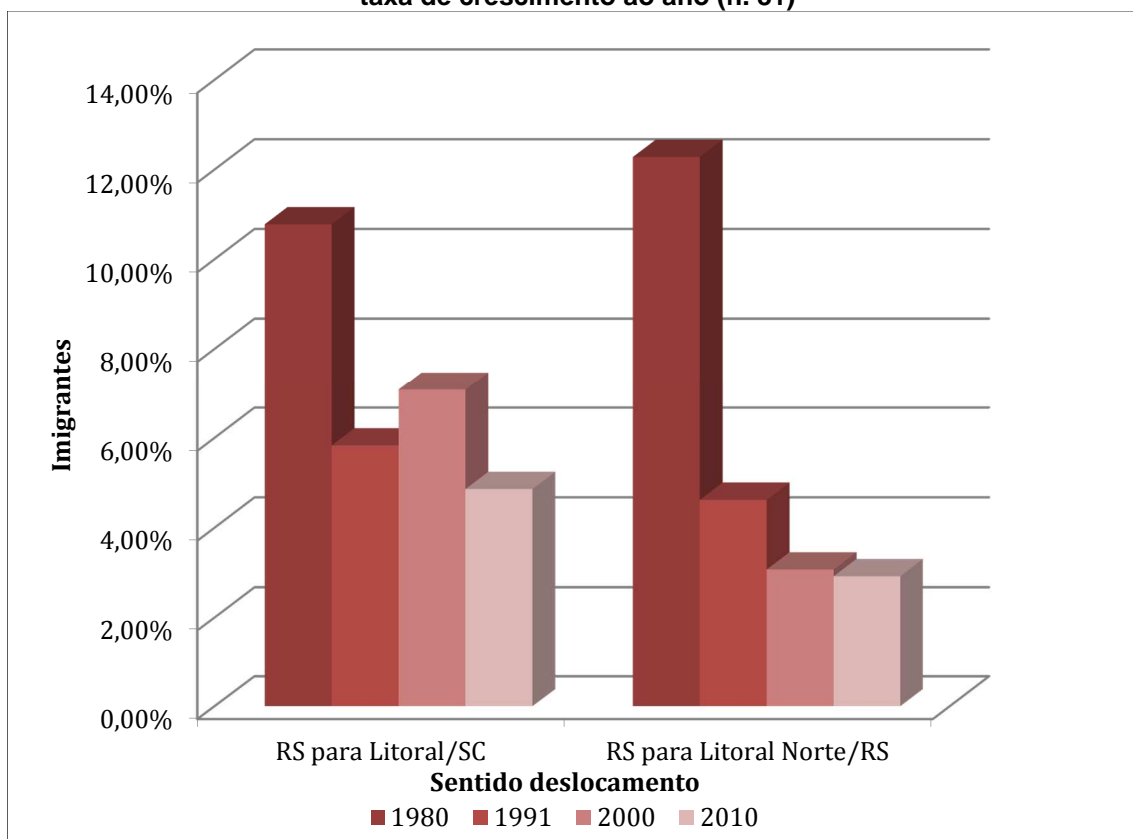
Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 26 – Dinâmica migratória do RS para o Litoral Norte do RS e para o Litoral de SC, em valores absolutos (fl. 81)



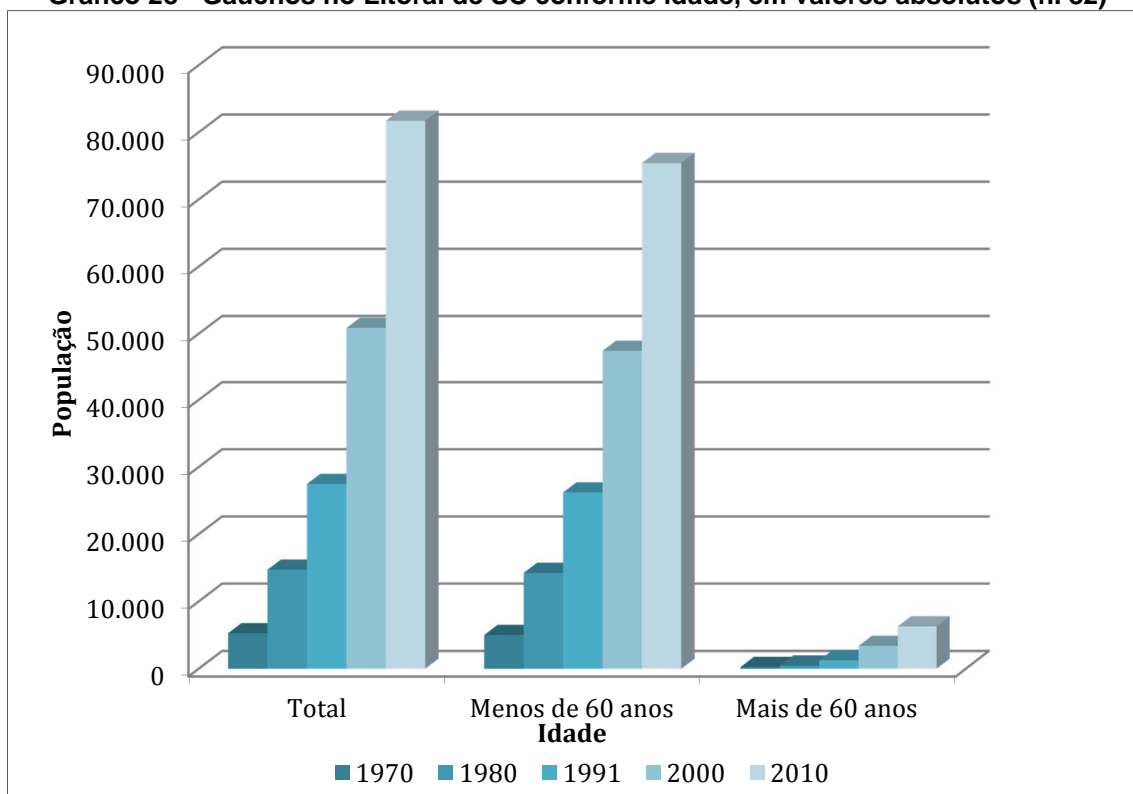
Fonte: CENSO (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 27 - Dinâmica migratória do RS para o Litoral Norte do RS e para o Litoral de SC, taxa de crescimento ao ano (fl. 81)



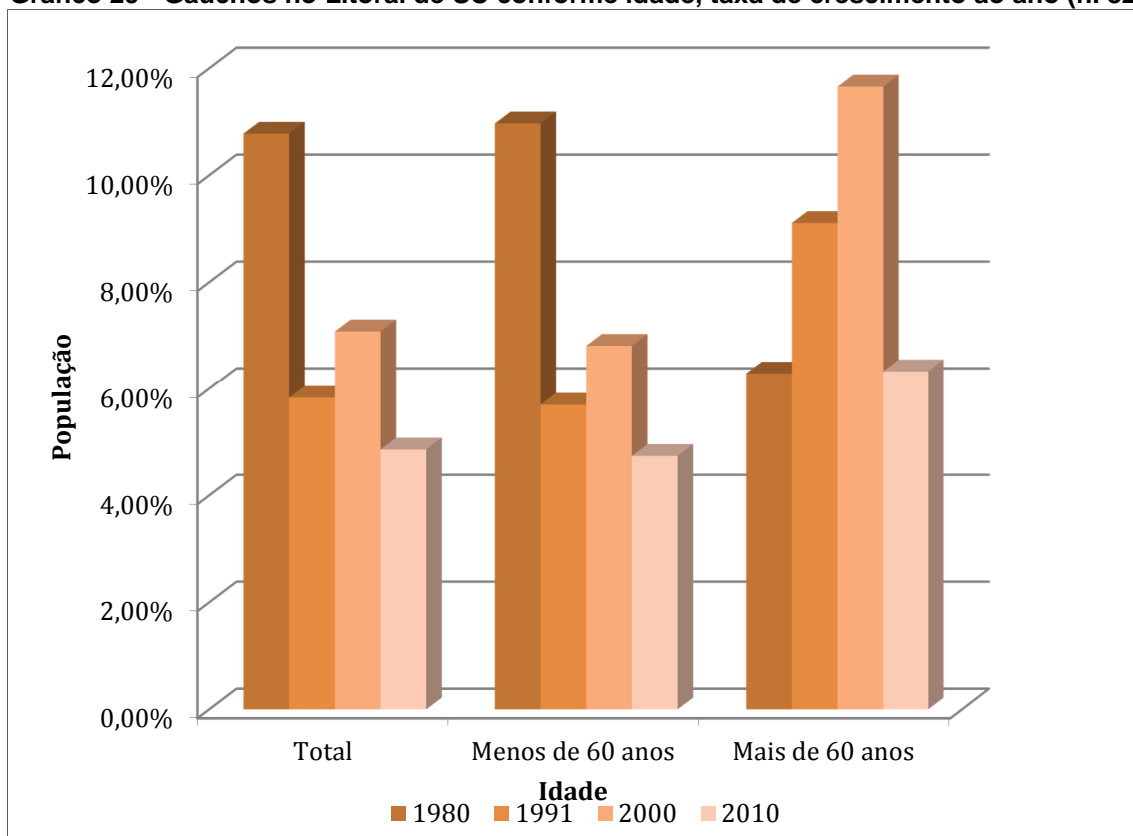
Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 28 - Gaúchos no Litoral de SC conforme idade, em valores absolutos (fl. 82)



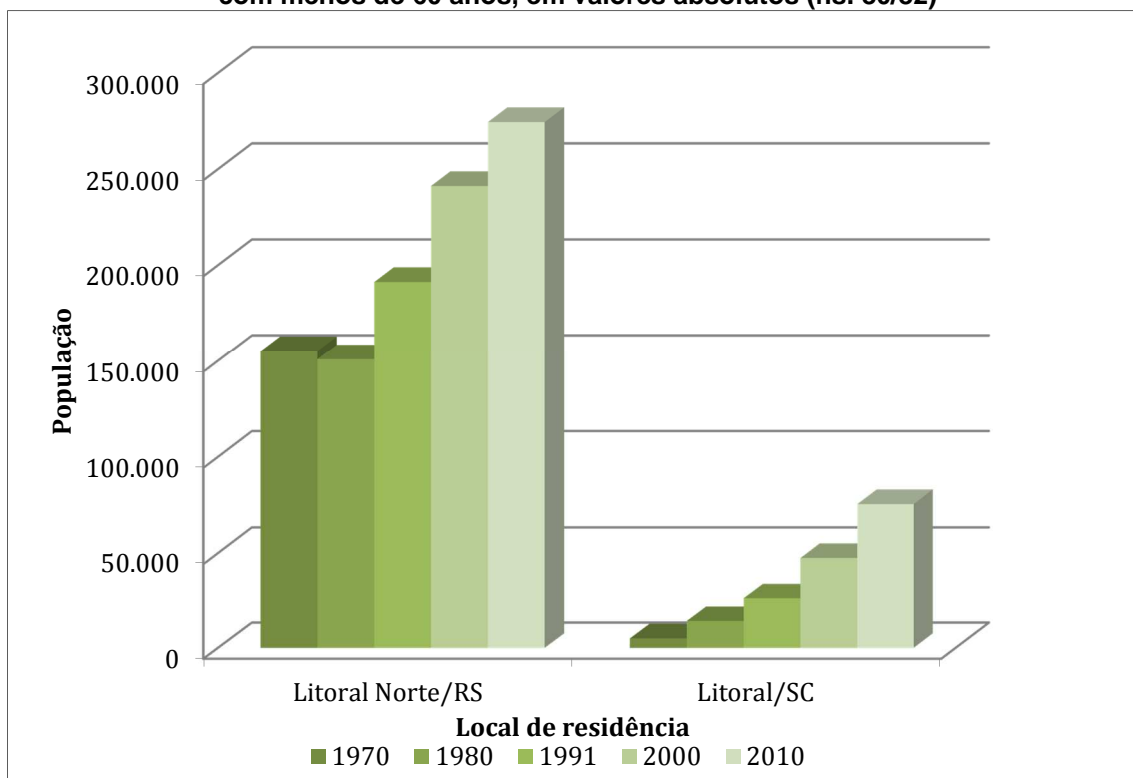
Fonte: CENSO (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 29 - Gaúchos no Litoral de SC conforme idade, taxa de crescimento ao ano (fl. 82)



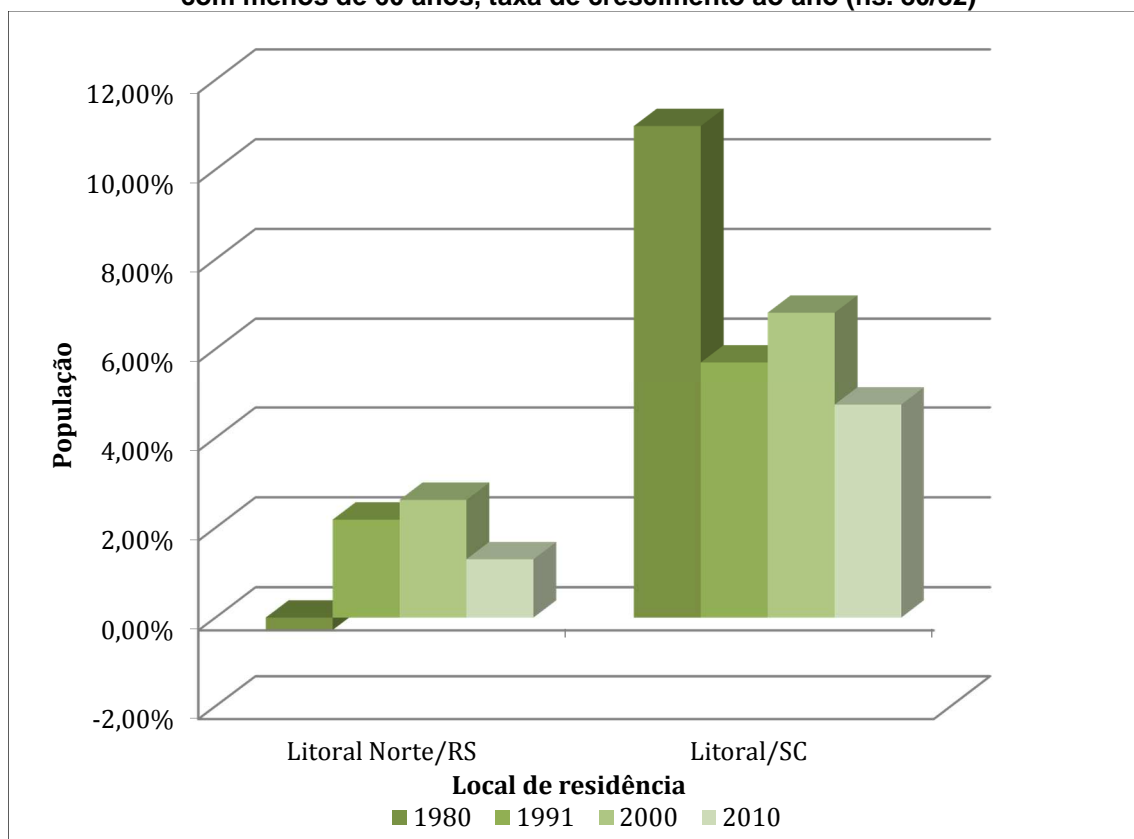
Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 30 - Comparativo entre gaúchos no Litoral Norte/RS e no Litoral/SC com menos de 60 anos, em valores absolutos (fls. 80/82)



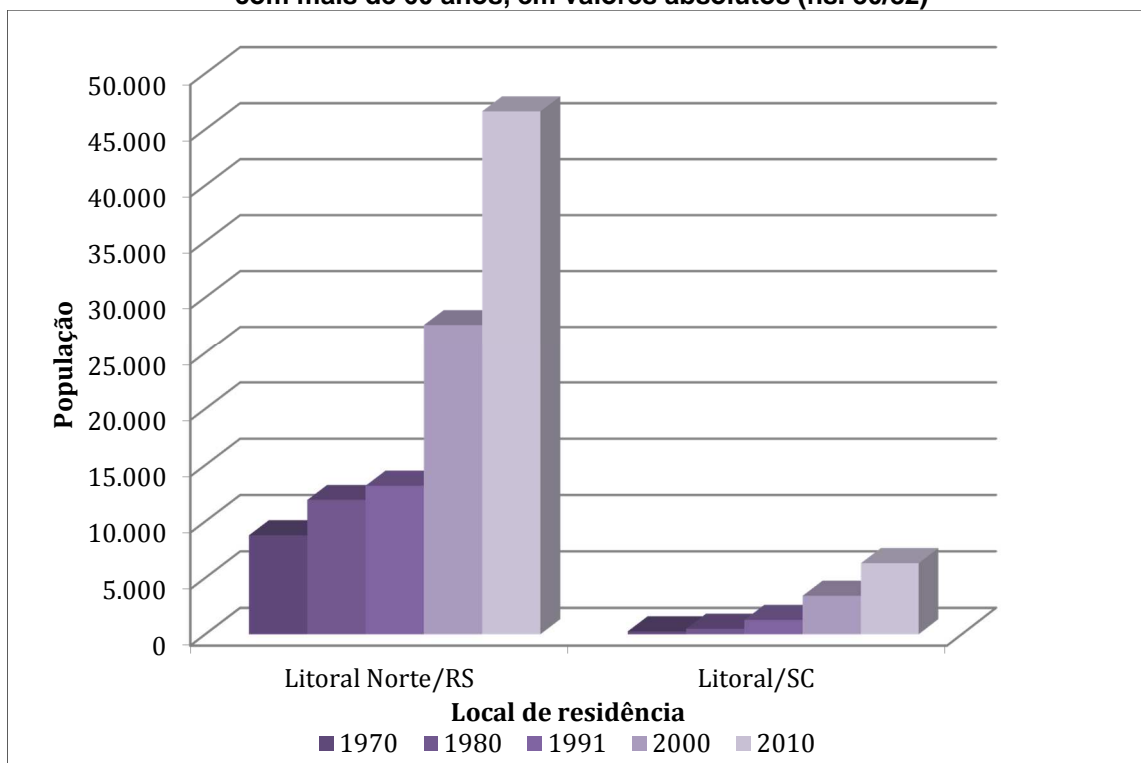
Fonte: CENSO (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 31 - Comparativo entre gaúchos no Litoral Norte/RS e no Litoral/SC com menos de 60 anos, taxa de crescimento ao ano (fls. 80/82)



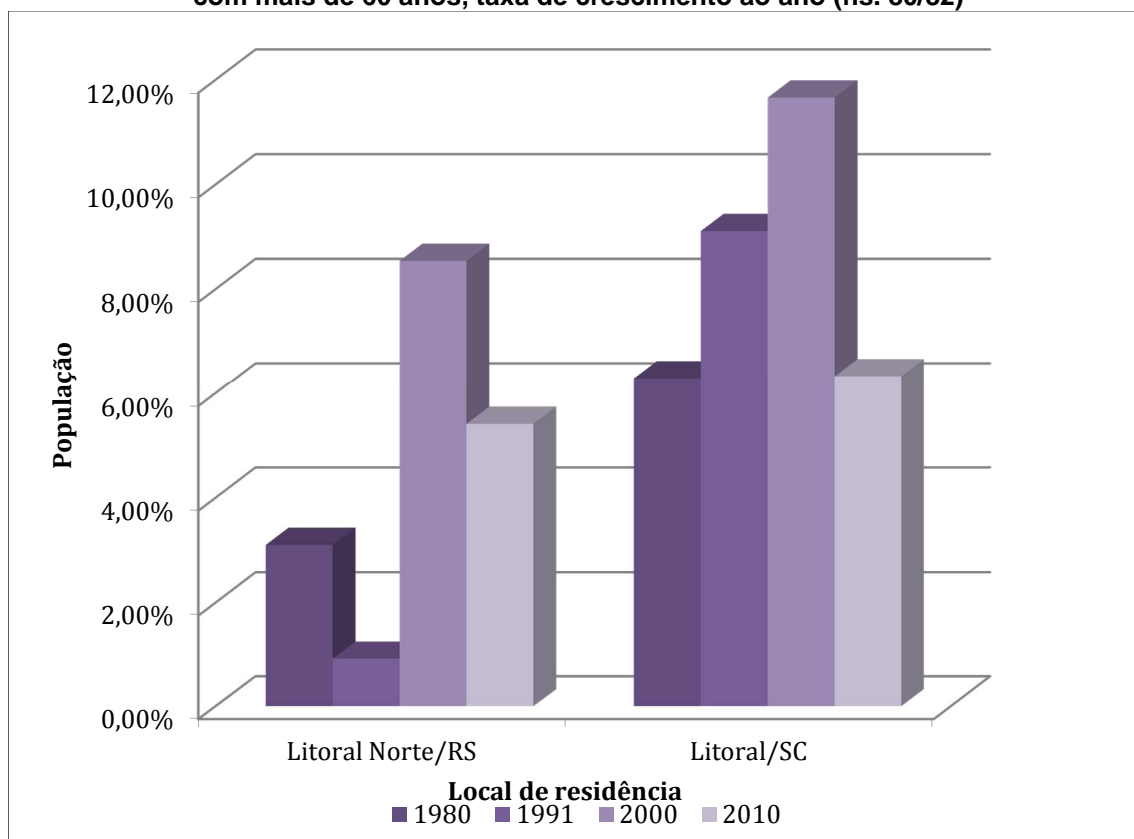
Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 32 - Comparativo entre gaúchos no Litoral Norte/RS e no Litoral/SC com mais de 60 anos, em valores absolutos (fls. 80/82)



Fonte: CENSO (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Gráfico 33 - Comparativo entre gaúchos no Litoral Norte/RS e no Litoral/SC com mais de 60 anos, taxa de crescimento ao ano (fls. 80/82)



Fonte: CENSO (1980, 1991, 2000 e 2010).

ANEXO

ANEXO A – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO COLHIDO NO MUSEU MUNICIPAL PROF^a. ABRILINA HOFFMEISTER, DE TRAMANDAÍ. NAS IMAGENS RETIRADAS DO MUSEU PROFESSORA ABRILINA HOFFMEISTER, NÃO FOI AUTORIZADA A RETIRADA DAS LEGENDAS.



A caminho de Tramandahy

Final do século XIX – Pioneiros a caminho do litoral para uma temporada de veraneio. Carretas enormes tracionadas por várias juntas de bois.



Os PIONEIROS - 1.898

JORGE FRANCISCO ENEAS SPERB.

ELIZABETHA JACOBINA DIEDRICH SPERB.



1.903 - Na chegada da diligência, com os veranistas, Jorge Eneas Sperb hasteava as bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul.



1.903 - Sala de refeições do Hotel Sperb, com luz de acetileno.



1.908 - Começaram a ser construídos os primeiros chalés do Hotel Sperb, por Jorge Francisco Eneas Sperb.



1.919 - Os primeiros automoveis começaram a chegar, levando 10 a 12 horas de P.Alegre à Tramandaí.



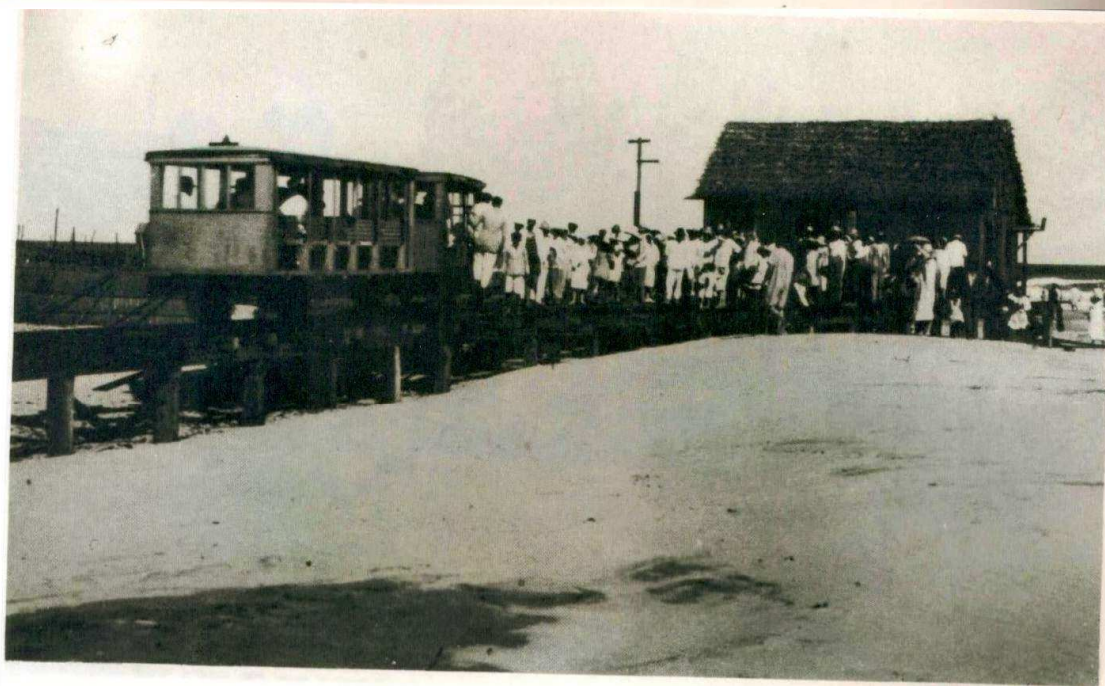
1.918 - No ômbus, entre veranistas, 6 filhos do ho teleiro: Elsa, Josefina, Alzira, Theobaldo, Jorge Luiz e Guilherme.



1918 - Hotel Strasburguer - Hospedes do hotel. Av. Emancipação, Antiga Av. Capitão Marante.



Praia de Tramandaí em 1922. Identificado bem à direita, de chapelão: Emilio Cornelius tendo pelas mãos Herta e Alma Cornelius.



Tramandaí em fevereiro de 1928. Vista do "bonde" e os trilhos que levavam os veranistas até à praia. O galpão era o fim da linha, bar e salva-vidas.

1920 – Hotel Corrêa. Hospedes em trajés normais.
 À direita bandinha do hotel, que animava os almoços e jantares, as 23 horas encerrava tudo.



Agência em Tramandahy - Hotel Operado por Pedro Martins

TRAMANDAHY

Diligências de Manoel Castro da Rosa

Saídas de Porto Alegre para Tramandahy		Saídas de Tramandahy para Porto Alegre	
Dezembro 26		Dezembro 29	
Janeiro... 2- 4- 8 -10-14-16-20-22-26-28		Janeiro .. 5- 7-11 -13-17-19-23-25-29-31	
Fevereiro 1- 3- 7 - 9-13-15-19-21-25-27		Fevereiro 4- 6-10 -12-16-18-22-24-28	
Março.... 3- 5- 9 -11-15-17-21-23		Março.... 2- 6- 8 -12-14-18-20-24-26	

As diligências sairão da **Varzea n. 78**, esquina da rua Aurora, nos dias designados às 5 horas da manhã em ponto.

As pessoas que desejarem tomar passagens para a Cidreira deverão entender-se com
O agente, Maximiliano Sant'Anna - Varzea, 78

Agência em Tramandahy-HOTEL CORRÊA, consideravelmente augmentado este anno, com novos chalets, bem arejados e hygienicos; cosinna de primeira ordem, dirigida pela senhora do proprietario.

acompanhando o itinerario das diligências, fica a disposição dos srs. banhistas, um carro do sr. João Virgilio Osorio, para a condução de

----- BAGAGENS -----

1915 – Correio do Povo – 3 de janeiro – A agência de Diligências especifica os dias de saídas de Porto Alegre a Tramandaí e vice-versa, durante a temporada de veraneio, de dezembro a março. As bagagens seguiam dias antes para chegar junto com a diligência.

ENFRENTE A INTENDENCIA MUNICIPAL

Praia da Cidreira Hotel Esperança

Reabre-se a 25 de dezembro o confortavel HOTEL ESPERANÇA, da praia de banhos da Cidreira, cuos aposentos para exmas. familias acabam de ser reformados e introduzidos importantes melhoramentos.

Os dormitorios, construidos a beira-mar, recebem ar e luz directas e têm á frente espaçoso avarandado com bellissima vista para o oceano.

O vastissimo salão de refeição construido com todas as regras de hygiene comporta

150 pensionistas

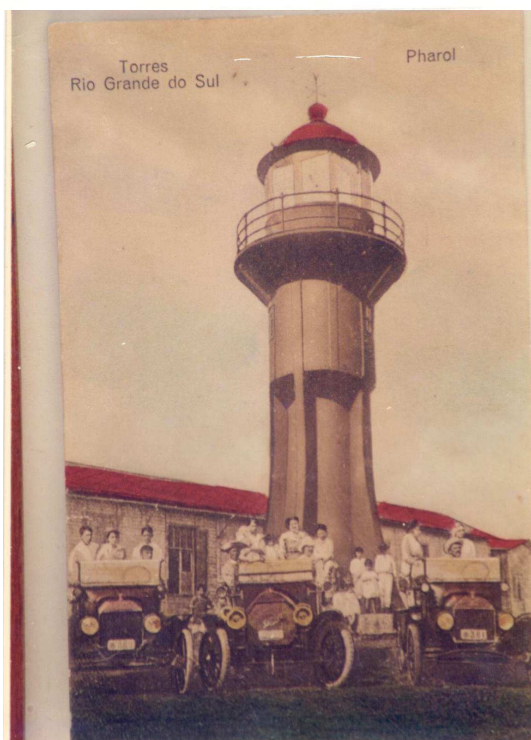
A cozinha está sob direcção de habil profissional, entã ora chefe em transatlanticos do Lloyd.

A praia de banhos da Cidreira é na opinião de abalissados medicos, a mais recommendável pelo facto das habitações estarem em contacto com o mar, recebendo o banhista o ar puro em primeira mão.

Para melhores informações com a CASA GOMES, Campo da Redempção n. 82, ou na Cidreira com o proprietario

Augusto Pereira

1915 – Correio do Povo de 7 de janeiro - Cidreira – Hotel Esperança de Augusto Pereira, entre outros melhoramentos em seu hotel, anuncia que sua cozinha está sob a direção de hábil profissional “outrora chefe em transatlânticos do Loyd.”



Torres –década de 20 – Automóveis no Farol de Torres.
(Cortesia da Casa de Cultura).



TORRES – ANOS 20 – (CORTESIA DA CASA DE CULTURA).



ANOS 20 - Banhistas com seus trajes de banho na praia de Tramandai.



1.921 - Veranistas se reúnem, antes do almoço, para uma foto.



1.922 - Viagem à Tramandaí:
Jorge Eneas e Elizabetha
com os filhos: Waldemar, Jo-
sefina, Guilhermina, Elza,
Alzira (que bateu a foto) e
filha de criação Adolfina.



**1930 – Hotel Strasburguer, situado na antiga Av. Capitão Mariante , atual Av. Emancipação.
Doação: Luiz Fernandes Feijó Borba.**




**1930 – Hotel Strasburguer
Doação: Luiz Fernandes Feijó Borba.**



Torres – 1939 – Composição fotográfica da Revista "A Gaiivota".


Balneario Farol Hotel
TORRES
 ABERTO TODO O ANO

Dispõe de confortáveis edificações recém construídas e comodas para veranistas e viajantes — Excelente cozinha e asseio rigoroso — instalações sanitarias MAXIMO CONFORTO e PREÇOS MODICOS, BÓA GARAGE E COCHEIRA



SITUADO NA MELHOR PRAIA BALNEARIA DO ATLANTICO

ESTADIO DE PRIMEIRA ORDEM



O proprietario: **Gabriel Atanazio**

Torres – 1939 – composição fotográfica da Revista "A Gaiivota" do Balneário Pharol Hotel – vista externa e interior do hotel.



1939 - Capão da Canoa - Hotel "Balneário Rio-Grandense".

Agradecimento

Desde saindo do Hospital Francisco, em estado grave, em consequência de uma hernia estrangulada, recebi, no dia seguinte, a minha admissão, para a competência profissional do grande médico, Dr. Braga Pinheiro, em suas memórias, e sua técnica consumada restituiu-me ao sentimento da vida. Fui pois com o maior e profundo reconhecimento que tenho, em particular a minha gratidão, e também a todos os ilustres facultativos, e especialmente, um dos de grande relevo, da Associação Médica Brasileira.

Proveio uma oportunidade para patentear a minha vida gratidão aos Drs. Drs. Lourenço, Archimedes, Amiel, Aldemir Amiel, e inclusive a todos que me auxiliaram em tão dolorosa prova da minha vida. Porto Alegre, 9 de Fevereiro de 1951.

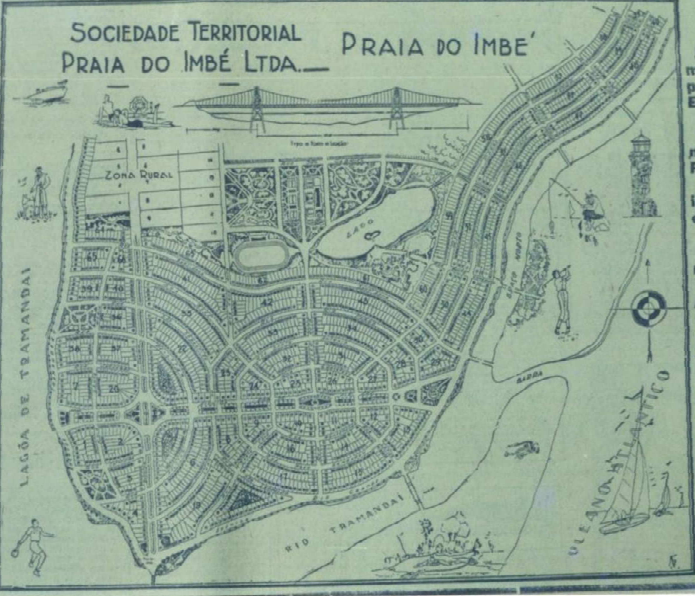
MIGUEL BRAGA
F. 26432

... e se há de ser, a grandeza do fato. Assim, o Senhor Doutor, sempre se lembrando das circunstâncias, dando o pagamento devido, sem o menor atraso, com a certeza de que, em suas relações, sempre se dá a palavra, e que, em suas relações, sempre se dá a palavra, e que, em suas relações, sempre se dá a palavra...

... e se há de ser, a grandeza do fato. Assim, o Senhor Doutor, sempre se lembrando das circunstâncias, dando o pagamento devido, sem o menor atraso, com a certeza de que, em suas relações, sempre se dá a palavra...

... e se há de ser, a grandeza do fato. Assim, o Senhor Doutor, sempre se lembrando das circunstâncias, dando o pagamento devido, sem o menor atraso, com a certeza de que, em suas relações, sempre se dá a palavra...

Aproveite o preço de início de venda dos terrenos da
PRAIA DO IMBE'
(JUNTO A TRAMANDAY)



Moderno arruamento aprovado pelo Governo do Estado.

A praia de mar mais próxima de Porto Alegre. Acesso seguro independente do estado da praia.

Terrenos gramados.

AGUA CANALISADA, LUZ E CALÇAMENTO JÁ EXECUTADOS

Terrenos vendidos em prestações sem juros.

ESCRITORIO: Galeria Municipal, 59.

1941 - Mapa do loteamento de Imbé, então distrito de Tramanday - propaganda Correio do Povo de 9 de fevereiro, p.9.